

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Kauê Otávio

OS SAMURAI EM ESBOÇO:
Uma análise dos Documentos Tannowa nos séculos XIII e XIV

FLORIANÓPOLIS

2021

Kauê Otávio

**OS SAMURAI S EM ESBOÇO:
Uma Análise dos Documentos Tannowa nos Séculos XIII e XIV**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de História da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção
do grau de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Otávio, Kauê

Os Samurais em Esboço : Uma análise dos Documentos
Tannowa nos séculos XIII e XIV / Kauê Otávio ; orientador,
Rodrigo Bragio Bonaldo, coorientador, Alex Degan, 2021.
152 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História do Japão. 3. Japão Medieval. 4.
Samurais. 5. História Medieval. I. Bonaldo, Rodrigo Bragio.
II. Degan, Alex. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. IV. Título.

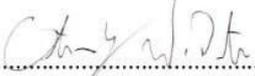
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 7 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Rodrigo Bragio Bonaldo** (Orientador e Presidente); Prof. **Alex Degan** (membro); Prof. **Otávio Luiz Vieira Pinto** (membro), designados pela Portaria TCC nº 15/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Kauê Otávio** intitulado: “**Os Samurais em Esboço: Uma análise dos documentos Tannowa nos séculos XIII e XIV**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Rodrigo Bragio Bonaldo**, nota 10, Prof. **Alex Degan**, nota 10, Prof. **Otávio Luiz Vieira Pinto**, nota 10, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 14 de julho de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 7 de julho de 2021


 Documento assinado digitalmente.
 Rodrigo Bragio Bonaldo
 Data: 07/07/2021 16:18:12-0300
 CPF: 006.985.030-58
 Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):.....

Prof. (Membro):.....



 Documento assinado digitalmente.
 Alex Degan
 Data: 07/07/2021 16:08:25-0300
 CPF: 269.404.488-37
 Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(Membro):.....


 Documento assinado digitalmente.
 Kauê Otávio
 Data: 07/07/2021 16:20:54-0300
 CPF: 007.729.389-46
 Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto, eu, Rodrigo Bragio Bonaldo, que o acadêmico, Kauê Otávio, matrícula n.º16201319, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Os Samurais em Esboço: Uma análise dos documentos Tannowa nos séculos XIII e XIV", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de julho de 2021.



Documento assinado digitalmente
Rodrigo Bragio Bonaldo
Data: 12/07/2021 10:54:56-0300
CPF: 006.985.030-58
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Dentre todas as pessoas às quais devo agradecimento pela materialização deste trabalho, a primeira delas é minha mãe, Isolete Metzger, meu principal pilar, que ocorre estar de aniversário em 25/06, data de submissão deste trabalho à banca.

Além dela, agradeço profundamente a um grupo muito próximo de amigos que fiz ao longo de muitos anos. Humberto, Alice, João, Victor, Joe, Bruno, Marcus, João Gabriel, Rafael, Sandra, Priscila, nossa profunda amizade foi, ao longo dos muitos anos, constante fonte de motivação. Incluo ainda Hisae e Yoshihiko Kaneoya, além de Gisele Orgado, grandes amigos aos quais devo muito ao longo dos anos, dentre outras coisas, minha primeira viagem ao Japão.

Não posso deixar de mencionar, é claro, aqueles que por anos vieram me acompanhando no NEJAP, e já eram ou tornaram-se amigos no decorrer desta jornada, independente de ainda estarem no Núcleo ou não. Peço desculpas, mas hei de citá-los pelo primeiro nome, saberão de quem falo: Vanessa, Mariana, Poliana, Jonas, Guilherme, Juliana, Leopoldo, Márcio, Yumi, e Thomas e tantos outros.

Agradeço também aos professores que ajudaram-me servindo de responsáveis institucionais pelo NEJAP ao longo dos anos, e contribuindo, cada qual à sua maneira, para minha formação como acadêmico e extensionista: Aline Dias da Silveira, João Klug, Rodrigo Bragio Bonaldo, e Alex Degan. Além destes, devo agradecimentos a muitos outros que de uma forma ou de outra deram-me apoio e serviram-me de inspiração. Incluo o professor Fábio Lopes da Silva, meu tutor quando fui bolsista no PET Letras, o professor Gustavo Sartin, que muito me ajudou na decisão de retornar ao curso de História, o professor Otávio Luiz Vieira Pinto, que ajudou-me a ver que a vida acadêmica ainda é um caminho legítimo e passível de ser seguido. Agradeço postumamente ao querido professor José Ernesto de Vargas, que enterneceu o ambiente acadêmico com sua presença.

Dos citados acima, três precisam ser agradecidos duplamente: devo agradecimentos ao professor Rodrigo Bragio Bonaldo por aceitar orientar uma proposta de trabalho tão ousada para sua área de atuação, e não posso deixar de reforçar o agradecimento a ele e aos professores Otávio Luiz Vieira Pinto e Alex Degan, cujas contribuições como membros da banca deste trabalho levaram-me a repensar várias questões.

Por fim, agradeço a um grupo seletivo de amigos que, cada qual à sua maneira,

contribuíram para a elaboração deste trabalho. Ao Lucas Marques Vilhena Motta, agradeço pela paciência em ler todo o trabalho e dar-me suas considerações enquanto historiador. À Clara Ályygra Lyra Petter, agradeço imensamente por ajudar com minhas dúvidas sobre os documentos originais em japonês. À Larissa Redditt, por me fornecer uma luz onde encontrar informações sobre a fugidia província de Izumi. À Michelly Christine Vieira, pela ajuda com a primeira revisão do trabalho, e pela amizade e apoio emocional na reta final de elaboração.

Envio ainda meus agradecimentos aos servidores técnico-administrativos do Curso de Graduação de História da UFSC, Cristiane Valerio de Souza, Milano Cardoso Cavalcante, e Raphael Tarso Silveira (este último, por sinal, foi parte da geração que me precedeu no NEJAP). E claro, tal projeto não seria possível sem a parceria entre as Universidades de Kyōto e Princeton, o *Kyoto-Princeton Project*. Por mais que seus membros nunca venham a ler o presente trabalho, deixo aqui minha mais profunda gratidão.

Agradeço também a quem quer que sem obrigação alguma venha a ler este trabalho.

Finalizo agradecendo aos mortos com quem converso cada vez que saio de meu cotidiano e embrenho-me pelas fontes de minhas pesquisas.

Por quaisquer inevitáveis omissões, minhas mais humildes desculpas.

In Memoriam

WALDEMAR METZGER

(20/01/1938 – 30/04/2019)

Amado avô e sábio homem do campo

RESUMO

O presente estudo analisa os documentos da família Tannowa, uma família guerreira que residia em Tannowa-no-shō, província de Izumi, e busca compreender sua trajetória ao longo dos séculos XIII e XIV. Na busca destes objetivos, o estudo faz uma análise contextualista das fontes primárias, frequentemente trazendo à tona questões de fundo que operavam na sociedade, como o modelo de organização familiar e transmissão de propriedade dentre as famílias guerreiras, o sistema de administração de terras, o jogo político entre Corte Imperial e *bakufu*, dentre outros fatores. Conforme o estudo avança, somos confrontados com as novas realidades do século XIV, onde o primeiro *bakufu* é derrubado, o segundo surge por sobre suas cinzas, e uma guerra de seis décadas prossegue, resultante de um cisma na família imperial. Neste cenário, líderes guerreiros autônomos (*tōzama*) buscam prestar seus serviços aos que melhor os recompensarem. Ao longo do estudo, vemos que os Tannowa passaram por uma série de etapas, começando como meros oficiais do proprietário de Tannowa-no-shō para no século XIV afirmarem-se como *tōzama*, alternarem entre a Corte do Norte e Corte do Sul, e formarem uma forte base de poder regional em Izumi, de modo que terminam o século como magnatas provinciais conhecidos por *kokujin ryōshu*. Sua história ainda permite um raro vislumbre dos guerreiros a serviço da Corte do Sul, e apresenta conflitos familiares esmaecidos, possivelmente parte do que os compiladores queriam legar ao esquecimento.

Palavras-chave: Tannowa; samurai; Período Kamakura; Período Muromachi; Nanbokuchō.

ABSTRACT

The current study analyzes the documents of the Tannowa family, a warrior family which resided in Tannowa-no-shō, Izumi province, and seeks to understand their path throughout the thirteenth and fourteenth centuries. In the pursuit of these goals, this study engages in a contextualist analysis of the primary sources, frequently bringing to the fore background matters that operated within the society, such as the model of familial organization and conveyance of property within the warrior families, the system of land administration, the political play between the Imperial Court and the *bakufu*, among other factors. As the study advances, we are confronted by the new realities of the fourteenth century, where the first *bakufu* is overthrown, the second one rises over its ashes, and a war of six decades proceeds, product of a schism within the imperial family. In such a background, autonomous warrior leaders (*tōzama*) seek to offer their services to those who can better reward them. Throughout this study, we see the Tannowa advancing through a series of steps, from their humble beginnings as mere officials under Tannowa-no-shō's proprietor to their ascension to *tōzama* status in the fourteenth century, alternating between the Northern and Southern Court and consolidating a firm base of regional power in Izumi, ending the century as provincial magnates known as *kokujin ryōshu*. Their history also allows a rare glimpse of the warriors under the Southern Court and presents faded familial conflicts, possibly pertaining to a part of their history that the compilers wished to forget.

Keywords: Tannowa; samurai; Kamakura period; Muromachi period; Nanbokuchō.

SUMÁRIO

Glossário.....	13
Figura 1 & Figura 2.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
I. Apresentação.....	16
II. O que dizem os Documentos Tannowa: Problemas de Pesquisa.....	17
III. Onde pretendo chegar: objetivos gerais e específicos.....	18
IV. Buscando por respostas e encontrando perguntas: metodologia.....	19
V. As fontes primárias: breve análise dos Documentos Tannowa.....	24
VI. Notas sobre a transcrição de nomes, títulos e datas.....	26
VII. Uma nota final de cautela.....	28
1. DOS TACHIBANA AOS TANNOWA: ENTRE OS KUJŌ E HŌJŌ.....	29
1.1. Antes dos Tannowa.....	30
1.1.1. O cenário geográfico: Tannowa-no-shō e a província de Izumi.....	35
1.1.2. O sistema <i>ritsuryō</i> e <i>shōen-kokugaryō</i>	36
1.1.3. O cenário político-social: Guerra Jōkyū e Política Kōbu.....	40
1.2. Tachibana Shigemoto.....	41
1.2.1. Os <i>shōen</i> e os <i>shiki</i>	45
1.2.2. O caso de Kaneshige.....	49
1.2.3. As reconfirmações de Tachibana Shigemoto: hipóteses.....	51
1.3. De Shigemoto a Kinnara.....	55
1.3.1. Transmissão de propriedade e organização familiar dos <i>buke</i> no século XIII.....	56
1.3.2. Tannowa Shōen: eram os Tannowa Guerreiros?.....	60
2. OS TANNOWA EM UM MUNDO DIVIDIDO: AS GUERRAS GENKŌ E NANBOKUCHŌ.....	61
2.1. Preâmbulo da Guerra Genkō e a queda do primeiro <i>bakufu</i>	62
2.1.1. A autocracia Hōjō e o cisma imperial.....	62
2.1.2. Faccionalismos e fissuras no fim do <i>bakufu</i>	67
2.1.3. Go-Daigo e a Derrubada do Primeiro <i>Bakufu</i>	70
2.2. Da Restauração Kenmu ao Nanbokuchō.....	72
2.2.1. A rebelião dos Ashikaga e os primeiros anos de guerra.....	74
2.2.2. Os Tannowa na Restauração Kenmu e no início das Guerras Nanbokuchō.....	76
2.3. Autonomia, dever, e serviço.....	81
2.3.1. <i>Chūsetsu</i> : poder e autonomia dos <i>tōzama</i>	82
2.4. Os Distúrbios da Era Kannō.....;;	87
2.4.1. Os Tannowa nos Distúrbios da Era Kannō.....	88
2.4.2. Os Tannowa entre as duas Cortes.....	90
3. OS TANNOWA EM ASCENSÃO: PODER LOCAL DOS KOKUJIN RYŌSHU.....	96

3.1. O <i>bakufu</i> após a Era Kannō.....	97
3.1.1. A ascensão dos <i>shugo</i>	98
3.1.2. <i>Shugo</i> e <i>kokujin</i> : tensões e acomodações.....	102
3.2. Os Tannowa como exemplo de <i>kokujin ryōshu</i>	106
3.2.1. Problemas documentais: identificando os Tannowa.....	106
3.2.2. Os Tannowa e as honrarias de Corte.....	109
3.2.3. Uma análise da evolução das posses territoriais dos Tannowa.....	114
3.2.4. Os Tannowa entre as duas Cortes: estratégias e conflitos familiares.....	120
3.5. Os Tannowa no fim do século XIV.....	124
CONCLUSÃO.....	127
APÊNDICE I: ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA DOS DOCUMENTOS TANNOWA.....	129
APÊNDICE II: TRADUÇÃO DOS DOCUMENTOS TANNOWA.....	130
BIBLIOGRAFIA.....	147

GLOSSÁRIO

<i>akutō</i> (悪党): “bando mau”, termo utilizado para praticantes de determinadas categorias de crimes, também designava grupos que praticavam banditismo, pilhagem e pirataria nos séculos XIII e XIV.
<i>azukari-dokoro</i> (預所): oficial de um <i>shōen</i> , geralmente no topo da hierarquia dos <i>shiki</i> , podendo ser residente ou não.
<i>bakufu</i> (幕府): órgão de governo fundado no fim do século XII, chefiado por um <i>shōgun</i> , comumente conhecido por “xogunato”. No século XIV acaba suplantando a Corte Imperial como governo central.
<i>buke</i> (武家): famílias guerreiras que cultivavam tradições militares privadas; também pode designar o estamento guerreiro como um todo.
<i>bushi</i> (武士): guerreiro; membro dos <i>buke</i> .
<i>chiten no kimi</i> (治天の君): título para indicar o mandante supremo da Corte Imperial a partir do século XIII.
<i>gesu</i> (下司): oficial de um <i>shōen</i> , geralmente o mais alto oficial residente, com exceção do <i>azukari-dokoro</i> , tendo por responsabilidade a administração geral do <i>shōen</i> . Por vezes, as posições de <i>gesu</i> e <i>azukari-dokoro</i> confundiam-se.
<i>gokenin</i> (御家人): vassalo do <i>bakufu</i> (lit. “membro da Casa”).
<i>hanzei</i> (半済): “meio-tributo”, prática surgida no séc. XIV, permitia que os <i>shugo</i> tomassem posse de metade dos tributos de determinadas propriedades em suas províncias, e posteriormente, de metade das propriedades em si.
<i>honke</i> (本家): nível mais alto na hierarquia dos <i>shiki</i> em um <i>shōen</i> , por vezes traduzido como sumo-proprietário. O <i>honke</i> era o garantidor máximo da segurança do <i>shōen</i> na Corte, podendo ser o proprietário, ou as vezes, atuar apenas como patrono.
<i>honryō</i> (本領): “terra ancestral”, conceito que populariza-se dentre os guerreiros provinciais a partir do século XIII, e marca a terra em que seus ancestrais estabeleceram sua base de poder. Era de suma-importância para os guerreiros.
<i>in</i> (院): título comum para um imperador abdicado que decide governar de modo extra-oficial. Pode ser usado como sufixo <i>-in</i> seguido ao nome do imperador em questão (ex.: Go-Saga- <i>in</i>).
<i>jitō</i> (地頭): <i>shiki</i> concedido pelo <i>bakufu</i> a seus vassalos, muitas vezes em porções do <i>kokugaryō</i> ou em um <i>shōen</i> .
<i>kanpaku</i> (関白): conselheiro imperial, posição monopolizada pelos ramos regentais do clã Fujiwara. Para todos os propósitos, servia como regente para um imperador adulto.
<i>kanrei</i> (管領): no segundo <i>bakufu</i> , posto logo abaixo do <i>shōgun</i> , reservado às famílias Shiba, Hosokawa e Hatakeyama. Dentre outras prerrogativas, era o responsável por intermediar a relação entre o <i>shōgun</i> e os <i>shugo</i> .
<i>kokugaryō</i> (国衙領): terras do domínio público, cujos tributos iam diretamente para o governo, ou, no caso de uma província proprietária, para o proprietário designado.
<i>kuji</i> (公事): tributos de natureza diversa, podendo vir em forma de manufaturas, produtos especializados de uma dada região, corveia, etc.
<i>kumon</i> (公文): oficial de um <i>shōen</i> equivalente a um secretário, responsável pela documentação e registro de terras e receitas. Também constituía um <i>shiki</i> .

<i>mandokoro</i> (政所): “chancelaria”, escritório administrativo de grandes templos, aristocratas, e líderes guerreiros. Também um órgão do <i>bakufu</i> com atribuições similares.
<i>miuchi</i> (御内): guerreiro não-autônomo, subordinado a um senhor. Guerreiro dependente.
<i>myō</i> (名): unidade de terras de área variável, sob responsabilidade de um <i>myōshu</i> .
<i>myōshu</i> (名主): responsável por um <i>myō</i> ; tratava-se de um <i>shiki</i> que dava ao detentor a responsabilidade de pagar os tributos sobre seu <i>myō</i> . No entanto, os <i>myōshu</i> na verdade compunham uma classe de magnatas agrícolas cujas terras eram cultivadas por parentes, dependentes e destituídos.
<i>nengu</i> (年貢): tributo anual pago em arroz e calculado pela área de terra cultivada.
<i>renshō</i> (連署): co-sinatário do <i>shikken</i> , posto do primeiro <i>bakufu</i> que equivalia ao segundo em comando, após o <i>shikken</i> .
<i>ryōke</i> (領家): proprietário de um <i>shōen</i> , logo abaixo do <i>honke</i> , quando houvesse um. Na ausência deste, era o mais alto dos <i>shiki</i> .
<i>samurai</i> (侍): originalmente, servidor ou membro de comitiva. Posteriormente, guerreiro que decidia servir a um superior. Atualmente, é utilizado de modo indiscriminado para tratar dos guerreiros japoneses como um todo.
<i>satanin hyakushō</i> (沙汰人百姓): termo genérico para o conjunto de oficiais e poderosos em um <i>shōen</i> .
<i>sesshō</i> (摂政): regente imperial de um imperador não-adulto, posição monopolizada pelos ramos regentais dos Fujiwara.
<i>shiki</i> (職): espécie de direitos específicos com possíveis responsabilidades na forma de um oficialato hereditário, como de <i>jitō</i> , <i>gesu</i> , etc. As prerrogativas variavam de acordo com o <i>shiki</i> em questão.
<i>shikken</i> (執権): para propósitos práticos, regente de um <i>shōgun</i> . Posição monopolizada pelo clã Hōjō durante o primeiro <i>bakufu</i> como meio de manter o poder sobre o <i>bakufu</i> . No primeiro <i>bakufu</i> , o <i>shikken</i> era o verdadeiro mandante.
<i>shōen</i> (荘園): propriedade de terra onde incidiam diversas diferentes camadas de direito sobre parcelas de terras distintas. Os proprietários, geralmente aristocratas, imperiais, ou instituições religiosas, eram ausentes, dependendo dos oficiais locais, tais quais o <i>gesu</i> ou <i>azukari-dokoro</i> para cuidar dos assuntos do <i>shōen</i> .
<i>shōen-kokugaryō</i> (荘園国衙領): sistema de terras que predomina especialmente entre o século XII-XV, onde as terras eram divididas entre <i>kokugaryō</i> e <i>shōen</i> .
<i>shōgun</i> (将軍): para os propósitos deste estudo, líder nominal ou real do <i>bakufu</i> .
<i>shugo</i> (守護): posição de chefia militar de uma província, ligada ao <i>bakufu</i> . Durante o primeiro <i>bakufu</i> , os <i>shugo</i> eram pouco poderosos, sendo pouco mais que intermediários entre os <i>gokenin</i> e o <i>shōgun</i> . Durante o segundo <i>bakufu</i> , ao longo dos séculos XIV e XV, tornaram-se verdadeiros senhores provinciais.
<i>sōryō</i> (惣領): líder da família; também designava o sistema de organização familiar que surgiu dentre os guerreiros no século XIII.
<i>tennō</i> (天皇): algo próximo a “soberano celeste”, título que até hoje designa o que costumamos traduzir por imperador do Japão.
<i>tōzama</i> (外様): líder guerreiro autônomo, cujo serviço precisava ser comprado com promessas de recompensa.

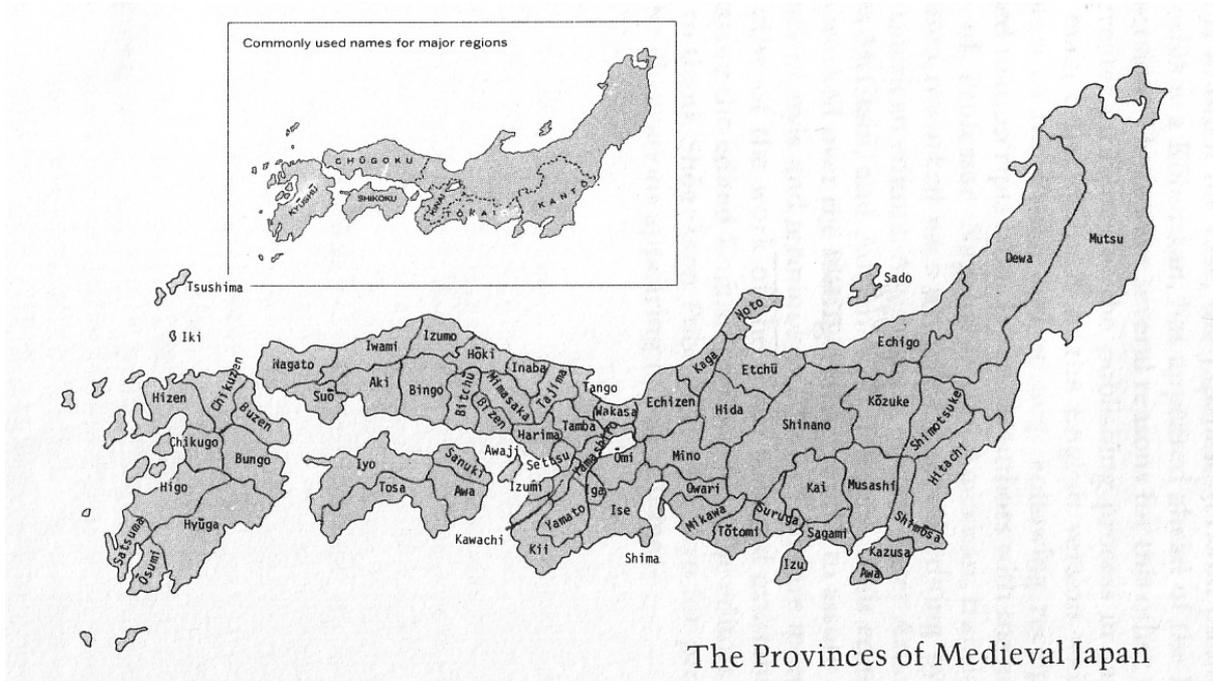


Figura 1: Mapa das províncias do Japão Medieval e principais regiões

Retirado de: HALL, John Whitney; NAGAHARA, Keiji; KOZO, Yamamura. **Japan Before Tokugawa: Political Consolidation and Economic Growth, 1500 to 1650.** Princeton: Princeton University Press, 1981, p. 2.

PERÍODOS DA HISTÓRIA JAPONESA	
Período Kofun	c. 250-710
Período Nara	710-784
Período Heian	784-1185
Período Kamakura	1185-1333
Período Muromachi	1333-1573
- Período Nanbokuchō	1336-1392
- Período Sengoku	1467-1573
- Período Azuchi-Momoyama	1568-1600
Período Edo/Tokugawa	1600-1868
Era Meiji (começo do Japão atual)	1868-1912

Figura 2: Períodos da História Japonesa

INTRODUÇÃO

I. Apresentação

Como muitos dos que pegam-se indo parar num curso de História, o estudo da guerra sempre me encantou. Não que eu julgue a guerra em si encantadora, mas não posso negar que desperta-me até hoje grande interesse. Da mesma forma, desde que comecei a interessar-me por história, atraía-me estudar aqueles que conduziam a guerra, dos heróis míticos da antiguidade greco-romana aos cavaleiros medievais. Por outras razões, o Japão também é alvo de interesse pessoal desde a adolescência. Antes mesmo de entrar para o curso de História, comecei, por conta própria, a estudar história japonesa, e venho conduzindo tais estudos dos meus dezesseis anos para cá, primeiramente sozinho, e depois, em grupo, junto de meus amigos do NEJAP, Núcleo de Estudos Japoneses da UFSC.

Com o passar dos anos, amadureci como historiador, interessando-me por uma multiplicidade de outras questões, como as relações familiares, as relações entre as pessoas e a terra, entre centro e periferia, os discursos de legitimidade dos governantes, e assim por diante. Isso, no entanto, não apagou meu interesse pela guerra e pelos guerreiros. No decorrer dos últimos quatro anos, estudei intensivamente o que caracterizamos como Japão medieval, e há ainda mais tempo venho estudando o agrupamento de homens que atemporalmente conhecemos por samurais.

Digo tudo isto para que fique claro como cheguei no atual estudo. Quando chegou a hora de montar um projeto de pesquisa, minha escolha era óbvia: estudaria os samurais, e queria, sobretudo, estudá-los na longa duração, especialmente dos séculos XIV ao XVI, pois via que o século XIV era amplamente explorado em língua inglesa, mas sobre o XV e XVI, predominava (e largamente predomina) o silêncio. Queria, além disso, fazer um estudo macroanalítico, mas sem abrir mão do micro, jogando com as escalas. E foi assim que montei um projeto que propunha-se a estudar a evolução dos ditos samurais enquanto estamento guerreiro ao longo de três séculos, reduzindo para um por insistência de meu orientador, que tentava puxar-me para a realidade. Estudaria o século XIV, e o faria através de uma infinidade de tipos diferentes de fontes: das crônicas de guerra aos documentos administrativos, dos diários aos testamentos, e assim por diante.

Novamente era lembrado de que tratava-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, e que o escopo e complexidade do que eu propunha deveriam ser reservados para um empreendimento mais válido. Com o tempo, e as dores de cabeça durante o início de redação de um projeto muito mais ambicioso do que deveria ser, comecei a dar ouvidos aos conselhos

que recebia de amigos e professores. Meu orientador estava certo, mas eu não conseguia encontrar um recorte menor. Segui empreendendo meu projeto descabido quando, de súbito, esbarrei com verdadeiro milagre: o *website* de um dos historiadores que mais me influenciou, Thomas Conlan, lançou, durante o período que eu redigia meu TCC, um compêndio documental completo em japonês, quase inteiramente traduzido para inglês. Tratava-se de uma coletânea de meros 53 documentos, dos séculos XIII ao XVI, mas focando majoritariamente no XIV. Os documentos tratavam de apenas uma família, uma obscura família de samurais que adotou o sobrenome Tannowa. Estava aí o recorte que eu tanto buscava.

De imediato, li a documentação por cima, refiz meu projeto, marquei uma reunião com meu orientador, e sem dúvidas, deixei-o muito mais tranquilo. Trataria de algo factível, dentro, supostamente, do escopo esperado para um Trabalho de Conclusão de Curso. Deste segundo projeto para o presente trabalho, no entanto, tudo mudou. Tinha, a princípio, a intenção de estudar os Tannowa através do mesmo referencial teórico, fazendo perguntas muito parecidas com as que levantava no meu primeiro projeto. A documentação, porém, calava-se, e calava-me. Ela claramente tinha algo a dizer, mas o que quer que fosse, no geral, não era o que eu buscava.

Tinha também por objetivo traduzir do inglês para o português toda esta documentação (ignorando os quatro documentos não traduzidos para o inglês), e conforme fui realizando a tradução, que compõe o Apêndice II do presente trabalho, novos problemas foram surgindo. Fui sendo forçado a fazer uma tradução mista, onde utilizava o texto base em inglês, mas cada vez mais tinha que consultar o texto original em japonês na busca de termos que esclarecessem as dúvidas que foram surgindo. Desse modo, quando vi, meu projeto estava inteiramente mudado.

Tendo conscientizado o leitor desta tortuosa trajetória, sigo na Introdução apresentando o problema de pesquisa que proponho responder com tal estudo, os objetivos que pretendo alcançar, os meios que utilizei para buscar respostas às perguntas que levantava, para por fim tratar dos documentos em si, como um todo, já que ao longo do trabalho eles serão vistos separadamente.

II. O que dizem os Documentos Tannowa: Problemas de Pesquisa

Depois de averiguar a incompatibilidade dos problemas que eu pretendia solucionar diante do que a documentação apresentava, fui obrigado a reorientar completamente a trajetória do estudo. Com esta lição, parto de um problema geral muito simples, do qual

desdobram-se outros. É ele: o que os documentos dos Tannowa nos dizem sobre a trajetória desta família ao longo dos séculos XIII e XIV?

A partir desta questão básica, busco responder outras: quais as particularidades políticas e sociais que vigoravam na época de cada documento, ou conjunto de documentos? Como o caso dos Tannowa encaixa-se no desenvolvimento do estamento guerreiro japonês como um todo? Onde os documentos diferenciam-se do contexto geral, isto é, onde os Tannowa são, ou mesmo se chegam a ser, exceção, diante das demais famílias guerreiras? O que os documentos não dizem? Por qual razão não o dizem? O que pode-se vislumbrar nas entrelinhas?

Foi com estas questões em mente que redigi o presente trabalho, especialmente com a pergunta fundamental, pois tendo ela como linha-mestra, as outras perguntas foram surgindo no decorrer da análise documental, e mesmo ao longo da redação do trabalho, que mais de uma vez reorientou-se por novas perguntas ou possibilidades. Outras questões pontuais surgiram, e quando possível, foram tratadas. Tantas outras poderiam ser levantadas, mas dado o escopo deste estudo, não pude incluí-las, de modo que pretendo fazer deste trabalho uma base sobre a qual possa construir outros trabalhos mais pontuais, mas também possivelmente mais avançados em seus questionamentos.

III. Onde pretendo chegar: objetivos gerais e específicos

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar a trajetória dos Tannowa ao longo dos séculos XIII e XIV diante das mudanças que todo o Japão vivenciava: a instauração e evolução do primeiro *bakufu*, a maturação do sistema de terras conhecido como *shōen-kōkugaryō*, a crise e declínio de ambas as instituições, a queda do primeiro *bakufu* e instauração do segundo, os sessenta anos de guerra civil no Japão causados por um cisma na família imperial, e o despontar, por fim, dos guerreiros como governantes. Esta relação entre texto e contexto é não só parte do objetivo geral do trabalho porque ajuda a responder as questões que busco, mas também porque é indispensável para a compreensão do que será examinado. A relação indissociável de texto e contexto força-me a seguir tal linha, muito embora tal linha já estivesse nos meus planos. Mais que isto, pelo parco número de estudos de história medieval japonesa empreendidos no Brasil (e falo aqui de história propriamente dita, pois seria injusto não mencionar que na área da literatura há estudos riquíssimos e numerosos), explicitar o contexto é uma necessidade. Este contexto também não é um, mas vários: trata-se de um panorama de transições no campo da política, da sociedade, do sistema de organização de terras, das práticas de organização e sucessão familiar, e do próprio

estamento guerreiro que conhecemos por samurais. Os objetivos específicos, portanto, seguem nesta linha, e para facilitar a leitura, eles apresentam-se junto dos documentos de modo mais ou menos cronológico.

Assim sendo, o Capítulo 1 tem por objetivo apresentar a conjuntura política da instauração do primeiro *bakufu*, o sistema de terras *shōen-kōkugaryō*, e as práticas sucessórias nas famílias guerreiras, enquanto analiso os Tannowa no começo de sua trajetória, durante o século XIII.

O Capítulo 2, por sua vez, tem como tema central a crise política que levou à derrubada do primeiro *bakufu*, a guerra, e as mudanças pelas quais passou o estamento guerreiro do fim do século XIII até a metade do século XIV. Aqui, analiso os Tannowa principalmente enquanto guerreiros, e sigo sua trajetória na Guerra Genkō e nas Guerras Nanbokuchō.

Por fim, o Capítulo 3 tem por objetivo mostrar a consolidação política dos guerreiros. Apresento a crise que o segundo *bakufu* enfrentou no meio do século XIV, e os desdobramentos dela, com o surgimento de poderosos senhores provinciais na forma dos *shugo*, que buscaram meios para avassalar os guerreiros provinciais que lutavam para continuar autônomos. Nesta senda, busco analisar estes guerreiros provinciais e sua busca pela consolidação regional de poder, mostrando como os Tannowa encaixam-se neste modelo, e como, pelo meu argumento, eles próprios tornaram-se *kokujin ryōshu*, guerreiros provinciais com bases sólidas de poder regional.

IV. Buscando respostas e encontrando perguntas: metodologia

Quando falar do conjunto documental que compõe as fontes primárias usadas neste trabalho, ficará claro que sua organização não é cronológica. Deste modo, o primeiro passo para o trabalho foi reorganizar toda a documentação, permitindo entender o que ocorreu a cada tempo, e com quem. Cada documento diz respeito, em maior ou menor grau, a questões específicas de sua época, por isso a interpretação e exposição dos documentos no trabalho teve que vir acompanhada de explicações do contexto, que me levaram a ler sobre os mais diversos tópicos: da organização familiar e transmissão de propriedades entre as casas guerreiras no século XIII e início do XIV ao sistema de terras conhecido como *shōen-kokugaryō*, da antiga ordem *ritsuryō* que dava coesão ao Estado burocrático-aristocrático dos períodos Nara e Heian, e teve longa sobrevivência para além disso, ao surgimento dos samurais e à fundação do *bakufu*, e assim por diante. Fossem estes tópicos de conhecimento geral, amplamente difundidos no Brasil, arrisco dizer que o trabalho poderia ter metade de sua

extensão, mas tais contextualizações são necessárias, quando não para dar solidez a uma linha argumentativa, pelo menos para situar os leitores, e creio que neste jogo de texto e contexto encontra-se a real virtude deste estudo, pois sendo poucos os estudos de história que tratem do Japão dos séculos XIII e XIV por si mesmo em língua portuguesa, o mais indicado é começar do básico.

É com o básico em mente que, uma vez mudadas minhas perguntas, nos encontros e desencontros, encantos e desencantos com os documentos, decidi orientar-me. Diria que este estudo é muito mais um trabalho hermenêutico simples, de buscar nos documentos o que é possível deles extrair, e traçar linhas argumentativas amparadas por estudos de terceiros, que ajudem a clarear as conjunturas – há mais de uma – que permearam a sociedade japonesa no decorrer destes dois séculos de análise. Trata-se de um exame empírico das fontes numa busca pelas primeiras perguntas e respostas, no mais elementar dos níveis.

Ainda assim, há fontes de inspiração que me ajudaram a tomar um ou outro rumo. Primeiramente, quanto à leitura dos documentos, este trabalho tem forte caráter contextualista. Usei às avessas a crítica de Hayden White, de certa forma, e inspirei-me nos paradigmas de argumentação histórica esboçados por ele para achar lá algo que me convencesse. Por Contextualismo, falo de uma consciência teórica que opõe-se a modelos teleológicos ou generalizantes, e tenta buscar as relações e tendências próprias de cada contexto histórico pelas formas que eram exprimidas a seu tempo¹. Os fenômenos estudados explicam-se, portanto, através dos agentes e agências históricos particulares, de modo que evito o máximo possível a sobreposição de modelos e constructos alheios à época, e quando ocorre de usá-los, busco ao menos torná-los explícitos.

Nesta operação, a de análise contextualista, faz-se necessário tanto um recuo temporal, de modo a determinar as origens de um evento ou contexto, como também um avanço, para que se possa avaliar as consequências dele provenientes. Vale lembrar, todavia, que tratam-se sempre de relações e características *presumivelmente* verdadeiras, uma vez que as causas históricas concretas do que quer que seja jamais poderão ser desvendadas em caráter definitivo². Esta atitude contextualista foi também forte motivador para que eu revisasse as traduções inglesas no processo de elaboração das minhas traduções para o português, buscando os termos japoneses utilizados, pois a exemplo, *estate* e *shōen*, *land tax* e *nengu*, *office* e *shiki*, dentro de uma infinidade de outros casos, nunca são plenamente compatíveis, e muito pôde ser encontrado de singular nessa busca pelos termos originais. Os termos, afinal,

1 WHITE, Hayden. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 17-19.

2 Ibidem.

seja em inglês, japonês, ou português, são polissêmicos, mas seus respectivos campos semânticos nunca são inteiramente compatíveis. É claro que trata-se de um empreendimento incompleto e imperfeito, e que não deixo de eu mesmo apresentar, por vezes, traduções/aproximações.

Como entrei no tópico das traduções, não posso deixar de citar brevemente ferramentas que foram indispensáveis para a elaboração deste trabalho. Neste caso, cito o *Online Glossary of Japanese Historical Terms* disponibilizado no site do *Historiographical Institute The University of Tokyo*³, que possibilita a busca de termos históricos em dezenas de glossários de obras especializadas, muitas já fora de publicação.

As considerações sobre a guerra trazidas por John Keegan, e especialmente por seguidores dele nos estudos japoneses, Karl Friday e Thomas Conlan, também fizeram-me reavaliar o fenômeno da guerra, que perpassa boa parte do trabalho. Aqui faço minhas as palavras de Karl Friday quando, ao definir a guerra, rejeita totalmente tipologias como a de Carl von Clausewitz, atentando-se para o fato de que enquanto o conflito armado entre bandos de homens seja muito provavelmente um fenômeno universal, que ocorre em todos os tempos e lugares onde humanos reuniram-se em grupos definidos, a guerra em si está longe de ser universal, e embora apresente-se em toda ou quase toda sociedade humana, é sempre particular, e portanto, culturalmente condicionada⁴. Isso torna o significado da guerra altamente particularizado em diferentes tempos e lugares, assim como mutável, sua mudança geralmente ditada por mudanças tanto tecnológicas quanto sociais. Somos assim advertidos para o fato de que a guerra pode ter múltiplas dimensões, inclusive numa mesma sociedade e época. Ela pode ser uma forma de comunicação, meio de divinação ou exercício de religiosidade, uma competição, um modo de expressão de grupos, além de poder ter um caráter jurídico ou ritual, ultrapassando a concepção simplista de que a guerra seria somente um meio de resolver disputas de natureza política entre entidades diferentes. Da mesma forma que a guerra é particular, o mesmo vale para suas regras, isto é, para as condutas tidas como aceitáveis dentro da guerra, para as causas tidas como justificativas válidas (e em contrapartida, para aquelas consideradas inválidas, resultando portanto em guerras injustas e ilegítimas, muitas vezes recebendo denominações diferentes, como banditismo, pirataria, e termos similares), e para o meio pelo qual a guerra é conduzida, ou seja, como os homens organizam-se para o combate, quais homens têm direito (ou obrigação) de combater, e como

3 THE HISTORIOGRAPHICAL INSTITUTE THE UNIVERSITY OF TOKYO (Japão). **Database List**. Disponível em: <https://wwwap.hi.u-tokyo.ac.jp/ships/shipscontroller-e>. Acesso em: 25 jun. 2021.

4 FRIDAY, Karl F. **Samurai, Warfare, and the State in Early Medieval Japan**. New York: Routledge, 2004, p. 19-20.

os combates são conduzidos⁵.

Trago ainda acréscimos de outro grande historiador do assunto, Thomas Conlan, que trata do caráter desestruturador/reorganizador da guerra, assim como seu caráter totalizante: a partir do momento em que a guerra começa, tudo torna-se – ou tem potencial para tornar-se – secundário: privilégios sociais, direitos jurídicos, e autoridade política são todos fatores que podem ser subordinados à obtenção da vitória, focando todos os componentes da sociedade neste único objetivo. Na busca pela vitória, a sociedade reestrutura-se conforme as demandas da guerra, podendo sofrer drásticas alterações no tecido social. Ainda segundo o autor, a guerra não é uma força externa, catalisadora de mudanças sociais em uma sociedade estática, mas algo que cria uma ordem própria e peculiar das coisas, e subordina tudo a esta ordem: se no começo de uma guerra, objetivos específicos, como consolidação de poderes políticos, ditavam seu rumo, uma vez em estado de guerra, a ordem das coisas se reorienta, ao ponto que o objetivo primário torna-se a obtenção da vitória⁶.

Este não é um estudo sobre a guerra, mas sobre uma família de guerreiros cujos documentos muitas vezes não tratam da guerra em si, mesmo quando ela é seu plano de fundo. Ainda assim, as considerações acima ajudam a tomar consciência do fenômeno da guerra por novas lentes.

Por fim, se uso um modelo macroanalítico, ele vem dos estudos japoneses. Trata-se de uma chave de leitura que ajuda a compreender elementos próprios da ordem medieval japonesa. É o que Mary Elizabeth Berry caracterizou por Estado Corporativista Complexo. Em resumo, a sociedade medieval japonesa e suas múltiplas instituições e grupos humanos, deram-se num processo evolutivo caótico, onde estrato acima de estrato foram sendo colocados por sobre um todo outrora coeso, formando por acreção um sistema de difícil inteligibilidade, ponto defendido por diversos autores dedicados ao tema. A definição dada por Mary Elizabeth Berry em *The Culture of Civil War in Kyoto* é de grande valor para o entendimento deste conjunto social e análise de seus processos, e para além de seu uso explícito no trabalho, esta concepção serviu de plano de fundo para minha própria compreensão e análise da sociedade medieval japonesa.

Por Estado, a autora faz referência à superestrutura formada pelo *bakufu* e pela Corte Imperial, que eram as fontes de autoridade legítima e real poder político, agindo na capacidade de executoras de políticas e mediadoras de conflitos, sendo parte de suas atribuições garantir recompensas e confirmar reivindicações a determinados recursos através

5 Ibidem.

6 CONLAN, Thomas Donald. **State of War: The Violent Order of Fourteenth-Century Japan**. Ann Harbor: University Of Michigan, 2003. p. 1-3.

de nomeações, ações judiciais, e éditos. Não poucas vezes eram também partes interessadas nestas transações.

Por Corporativista, a autora faz referência aos grupos verticais de interesse que eram mediados pelo Estado, mas forjados em caráter privado, tomando forma de associações de pessoas e grupos particulares para a exploração de determinados recursos e propriedades numa relação de patronos e clientes. Os subordinados, assim, eram grupos de camponeses, artesãos, ou até mesmo samurais, que buscavam um patrono poderoso o bastante para agir como garantidor de seus direitos locais, enquanto este gozava dos benefícios de encabeçar tal cadeia de influências, como por exemplo a extração de parte dos recursos produzidos a nível local pelos seus subordinados, ou a prestação de serviços de variadas naturezas. Estes acordos eram formais, podendo suas disputas ser levadas às cortes, mas tinham em si um forte caráter tradicional, ditado geralmente por precedentes locais.

Por Complexo, faz-se alusão à enorme variedade de formas encontradas nas unidades discretas do Estado Corporativista, levantando a questão de que os modos de distribuição de poder entre estas alianças verticais (corporações) eram particulares a cada unidade, e mutáveis ao longo do tempo, negando a predominância da distribuição de poder meramente hierárquica. “Complexo” também diz respeito às infundáveis permutações encontradas em diferentes corporações, e à preferência de negociações a fórmulas na formação destas unidades. Por isso a adoção de sistemas que priorizem uma visão monolítica de exercício do poder, concentrado nas mãos do Estado ou de senhores locais, impede que se enxergue o nexo de relações privadas que davam à sociedade medieval japonesa uma coerência funcional, da mesma forma que impedem a apreensão do caráter oportunista e constantemente mutável das relações de poder nesta sociedade⁷.

Dado o caráter contextualista do trabalho, conforme afirmei, a adoção de tal modelo pode parecer contraditória, mas na verdade, tomados os cuidados necessários, o modelo esboçado ajuda a desembaraçar os contextos estudados, e compreender que eles são frutos de evoluções históricas particulares. As demais constatações apresentadas orientaram minha própria reflexão sobre dados fenômenos, e em maioria sequer aparecem explicitamente no trabalho, mas pelo modo como fizeram-me reavaliar determinadas coisas, seria desonesto não citá-las.

Seja qual for o resultado da mistura do que foi aqui esboçado, o crédito deve-se a muitos outros para além de mim, mas os erros, inevitáveis, são inteiramente meus.

7 BERRY, Mary Elizabeth. **The Culture of Civil War in Kyoto**. Berkeley: University Of California Press, 1994. p. xxix-xxxi.

V. As fontes primárias: breve análise dos Documentos Tannowa

Em março de 2020, a Universidade de Kyōto e a Universidade de Princeton inauguraram um projeto conjunto que busca viabilizar o acesso a documentos japoneses em posse do Museu da Universidade Kyōto, disponibilizando-os através de imagens, transcrições e traduções, com o objetivo final de disseminar conhecimento sobre história e cultura do Japão ao redor do globo e permitir um aprofundamento nestes tópicos⁸.

Os Documentos Tannowa (*Tannowa Monjo*, 淡輪文書), ou a Coleção Tannowa (*Tannowa Collection*) são a primeira coleção assim disponibilizada, e a única até então. Tratam-se de 53 documentos colados em cinco rolos, tratando das ações e da história da família Tannowa, uma família de guerreiros que residiam em Tannowa-no-shō, na província de Izumi. Os documentos vão do século XIII ao início do XVI, embora com grande foco no século XIV, e segundo consta, seu valor se dá especialmente por registrarem feitos de guerreiros do Japão central, da região de Kinai, pouco representados na documentação da época⁹.

Dos 53 documentos, 49 foram traduzidos para o inglês, e os apresento neste trabalho com suas respectivas traduções para o português, ainda provisórias, mas como meio de viabilizar um contato inicial com tais fontes. As traduções inglesas nasceram de um seminário de Thomas Conlan, “*Sources in Ancient and Medieval Japanese History*”, no outono de 2019. Depois desta experiência, os alunos Antonin Ferré, Filippo Gradi, Joseph Henares, e Michelle Tian passaram um semestre traduzindo tais documentos, que foram disponibilizados com apoio de Yoshikawa Shinji, Iwasaki Naoko, Uejima Susumu, Noda Taizō, Kido Hironari, Suzuki Sō, e os funcionários da Universidade de Kyōto, da Biblioteca da Universidade de Kyōto, e do Museu da Universidade de Kyōto, sendo o *website* em inglês trabalho de Ben Johnson, do *Princeton's McGraw Center for Teaching and Learning*. Thomas Conlan é o responsável final pelo projeto em Princeton¹⁰.

Nada é dito sobre quando tais documentos foram compilados. Sendo o último discutivelmente de 1517, segundo inferências de Conlan¹¹, assume-se que sua organização foi posterior. Ainda assim, como argumento especialmente na porção final do trabalho, o processo de seleção e preservação dos documentos deve ter sido contínuo, de geração em geração, pois embora parte dos documentos em posse da família até o século XIV tenham

8 PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **Tannowa Collection**: the Kyoto-Princeton Project. 2020. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

9 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

10 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

11 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

sido perdidos durante o caos das Guerras Nanbokuchō, ou mais especificamente, segundo apontam, durante os distúrbios da Era Ōan (1368-1375)¹², sem dúvidas outros tantos documentos foram propositalmente descartados por razões diversas.

A própria organização dos documentos nos cinco rolos, por si só, é um trabalho de editoração. Eles não apresentam-se cronologicamente, mas cada rolo diz respeito, em maior ou menor grau, a algum tipo de tópico ou tema. O primeiro rolo, por exemplo, trata extensivamente da ligação da família com as terras, suas recompensas, relações com o proprietário de Tannowa-no-shō, e assim por diante. O segundo rolo apresenta os documentos emitidos pela família Kusunoki, especialmente por Kusunoki Masanori. O terceiro rolo apresenta os feitos de guerra da família, e outros documentos como convocações para prestar serviço militar. O quarto rolo fala da sua ligação com a Corte do Sul na segunda metade do século XIV, e trata especialmente das várias honrarias que obtiveram durante este período. O quinto rolo, por fim, apresenta apenas um documento, um juramento coletivo na tentativa de resolver uma disputa.

Em sua forma digitalizada no *website* de Princeton, cada documento individual apresenta uma imagem em alta resolução de seu manuscrito, uma transcrição japonesa do manuscrito em caracteres digitais, e a tradução inglesa, salvo os quatro documentos não traduzidos, que carecem apenas deste último elemento.

Neste *corpus* documental apresentam-se diversos tipos diferentes de documento, e acredito ser proveitoso, neste momento, apresentar suas diferenças. Um dos mais comuns dentre os tipos documentais apresentados é o *kudashibumi* (下文), édito de duração permanente emitido por instituições poderosas tais quais aristocratas, o *bakufu*, imperadores e imperadores abdicados, e guerreiros de alto prestígio, tendo força de lei¹³. Outro documento muito comum, sobre o qual não encontrei informações, é o *kakikudashi* (書下), que pela similaridade dos *kanji* e conteúdo, assumo ser próximo do *kudashibumi*: essencialmente, uma ordem de superior a inferior.

Ainda dentre os tipos gerais, temos o *shigyōjō* (施行状), documento de execução de ordem ou de certificação, emitido por um oficial inferior em nome de um superior¹⁴; *shojō* (書状), cartas privadas¹⁵; e *hōsho* (奉書), documento reconhecendo a execução de uma ordem¹⁶.

12 Documento 5.1, p. 146.

13 CONLAN, 2003, p. 403; GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (Ed.). **Land, Power, and the Sacred: The Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 467.

14 MASS, Jeffrey P. **The Kamakura Bakufu: A Study in Documents**. Stanford: Stanford University Press, 1976, p. 207.

15 MASS, Jeffrey P. **Yoritomo and the Founding of the First Bakufu: The Origins of Dual Government in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 309.

16 MASS, 1976, p. 197.

Dos tipos mais especializados, temos o *honinjō/buninjō* (補任状), documento de nomeação¹⁷; *migyōsho* (御教書), comunicado ou instruções emitidos por um nobre de Terceiro Grau ou superior, ou pelo *bakufu*¹⁸; *gechijō* (下知状), geralmente uma ordem do *bakufu*, menos formal que o *kudashibumi*, mas mais formal que o *migyōsho* (estes três constituindo as principais vias pelas quais ordens do *bakufu* eram transmitidas)¹⁹; *rinji* (綸旨), édito pessoal de um imperador²⁰; *kuzen'an* (口宣案), ordens imperiais faladas, transmitidas em forma documental por um camareiro imperial²¹. Temos ainda um subtipo documental, *kogirimi* (小切紙): tratava-se de um documento pequeno, feito para ser facilmente ocultável, muitas vezes carregado para além das linhas inimigas²².

Por fim, restam três tipos especiais de documentos de guerra que aparecem no compêndio. O primeiro deles, *chakutōjō* (着到状), era um documento comprovando que guerreiros chegaram no campo de batalha²³. No caso dos Tannowa, estes documentos estão juntos dos documentos de convocação. O segundo tipo é o *gunchūjō* (軍忠状), petições de recompensas emitidas por guerreiros após prestação de serviços militares, relatando seus feitos em batalha²⁴. Por fim, o último tipo encontrado é o *kanjō* (感状), documento elogioso, com caráter de reconhecimento dos méritos militares de um guerreiro pelo superior remetente²⁵.

Os tipos documentais encontram-se nos títulos que foram atribuídos a eles, e estão preservados nas traduções aqui apresentadas. Quando fizer referência a estas fontes primárias ao longo do trabalho, referenciarei diretamente às versões encontradas no Apêndice II, tratando-as por “Documento X.Y”, onde “X” é o número do rolo, e “Y” o número do documento dentro daquele rolo, seguido do número da página em que tal documento encontra-se no referido Apêndice.

VI. Notas sobre a transcrição de nomes, títulos e datas

Não é incomum encontrar em traduções de fontes primárias, ou mesmo em livros de história, um enorme número de variantes para a transcrição de nomes japoneses, embora no

17 GOODWIN & PIGGOTT, 2018, p. 461.

18 Ibidem, p. 467.

19 CONLAN, 2003, p. 397.

20 MASS, Jeffrey P. (Ed.). *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History*. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 294.

21 PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **Komonjo**. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

22 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

23 CONLAN, 2003, p. 396.

24 Ibidem, p. 399.

25 Ibidem, p. 401.

geral as diferenças sejam mínimas. Por exemplo, para Go-Daigo, podemos encontrar em diferentes textos Go-daigo, Godaigo, GoDaigo, Go Daigo, e assim por diante. Estas variantes tratam-se apenas de preferência pessoal e estilística. Outros nomes, ainda, possuem mais de uma possibilidade de leitura para seus caracteres, e são apresentados de formas diversas em obras diferentes, como o Príncipe Morinaga, cujo nome também podia ser lido como Moriyoshi. Há, além disso, a questão dos nomes chineses, que em algumas obras são citados pelo sistema mais antigo de transcrição fonética, o *wade-giles*, enquanto outras obras trazem o sistema mais em voga atualmente, o *pinyin*.

Por questões de coesão textual, mesmo quando fazendo uma citação direta, optei por manter uma só versão de cada nome japonês ao longo de todo trabalho. Assim, se a citação apresentar “Godaigo” ou “GoDaigo”, eu a substituirei por “Go-Daigo”. Títulos como *shugo*, *jitō*, *shōgun*, etc. e outros termos japoneses diversos serão mantidos com a demarcação de sílaba longa, e sempre em itálico, independente do seu grau de ocorrência no texto, e também os mantereí padronizados na tradução de citações. Quando tratando-se da tradução destes títulos em outras obras (por exemplo, a já corrente convenção de traduzir-se *jitō* para *steward*, ou *shōen* para *estate*), apresentarei o termo japonês, pois apresentar a tradução portuguesa da adaptação de um termo japonês para o inglês causará mais confusão que esclarecimento. Todas as transcrições de termos e nomes japoneses seguem o método *Hepburn*, internacionalmente adotado, enquanto para os poucos termos chineses, opto por utilizar o *pinyin*.

A Corte Imperial, também tratada simplesmente por a Corte, sempre será tratada com iniciais maiúsculas, de modo a diferenciá-la das cortes, isto é, das cortes judiciais e tribunais.

Com relação ao calendário, como seria demasiadamente dispendioso correlacionar com perfeição o calendário lunar japonês com nosso calendário solar, os meses nunca receberão nomes, e as datas serão expostas em dia-mês-ano, sendo o ano a única unidade de real equivalência ao nosso calendário (1-1-1333 no texto difere de 1º de Janeiro de 1333). Os nomes e anos de eras serão apresentados quando pertinente, ou quando em citação direta, mas sempre seguidos do ano equivalente no calendário gregoriano (por exemplo, Genkō 1 [1331]). Todas as datas apresentadas são EC, Era Comum, não sendo necessário explicitar EC ou AEC (em oposição a a.C. e d.C.).

Qualquer desvio do exposto aqui, assim como casos omissos, serão justificados no corpo do texto ou em notas de rodapé.

VII. Uma nota final de cautela

A quem quer que possa vir a ler o presente trabalho, cabe uma advertência. O leitor que, passando por todos os itens explorados a seguir, chegar ao fim deste estudo, pode sair com duas impressões muito erradas sobre o Japão em mente.

Primeiro, ele pode pensar que o Japão, aqui tratado em isolado do resto do continente asiático, com raras citações de ligações à China, seguia de fato isolado. Isto não é verdade. Ocorre que a natureza regional da documentação explorada não deu pontes possíveis para mostrar suas intensas trocas com o resto da Ásia. O mito da insularidade do Japão contribuir para seu desenvolvimento separado do resto da Ásia já foi derrubado por muitos.

Em segundo lugar, igualmente grave, a imagem que o leitor pode tirar do Japão da época é de um local extremamente secularizado. Outro infeliz acidente: os documentos não tratam em momento algum da religiosidade dos Tannowa, e os templos e santuários, quando aqui aparecem, são nas condições de aliados militares ou administradores e proprietários de terras. A verdade é que a religiosidade e as crenças e práticas ligadas ao sagrado e ao sobrenatural eram completamente indissociáveis da alta política da Corte Imperial, assim como, embora por expressões diferentes, da vida cotidiana da população.

Que esta breve nota sirva para corrigir uma distorção perigosa, fruto acidental do exame de uma documentação muito restrita e particular.

1. DOS TACHIBANA AOS TANNOWA: ENTRE OS KUJŌ E OS HŌJŌ

Os sinos do templo Jetavana ressoam a passagem de todas as coisas. Árvores sal geminadas, brancas em plena floração, declaram a queda certa dos grandes homens. Os arrogantes não perseveram: são como um sonho em uma noite de primavera. Os bravos e audaciosos, no fim, perecem: são como pó diante do vento. (Heike Monogatari, Livro I)¹

Início o primeiro capítulo deste trabalho, um trabalho dedicado ao estudo dos samurais, com a abertura do *Heike Monogatari*, obra mais emblemática do gênero *gunkimonogatari*, gênero histórico-literário cujas baladas de guerra remontavam os feitos dos guerreiros e os imortalizavam, mesmo que tendessem aos exageros próprios de todo gênero análogo ao épico. O trecho, tal qual a obra, diz respeito às fortunas do clã Taira, mais especificamente da linhagem de Taira no Kiyomori, que junto de seus parentes, dominaria o Japão por um breve espaço de tempo. Poderia, no entanto, servir muito bem para contar o destino daqueles que os derrotaram, os Minamoto da linhagem de Yoritomo. Yoritomo é lembrado até hoje como o fundador do primeiro *bakufu*, marco histórico do início de um longo e gradual processo de declínio dos poderes tradicionais, encerrados na Corte Imperial, e concomitantemente, da ascensão, também gradual, dos guerreiros ao domínio do Japão. Os Minamoto, no entanto, responsáveis pela fundação do primeiro *bakufu*, durariam apenas três gerações no poder: eis o sumo da evanescência da glória, tão presente na estética japonesa, tão ricamente ilustrado na abertura do *Heike*.

Este capítulo tratará de remontar as condições anteriores à fundação do primeiro *bakufu*, para então adentrar numa análise do século XIII, onde encontraremos a família Tannowa, alvo do presente estudo, pela primeira vez. Para fazer mínima justiça aos tópicos estudados, será necessário não só alternar constantemente no jogo de escalas, como tornar tão claras possíveis as condições que caracterizavam o século XIII no Japão. Tal empreendimento é fadado a malograr, pois muito do que será apresentado abaixo teve, obrigatoriamente, que ser sintetizado ao ponto da injustiça. Ainda assim, espero que os tópicos abordados bastem para compreender em que mundo, sob quais condições, temos nosso primeiro encontro com a família Tannowa, e que com isso possamos acompanhar os primeiros passos de seu desenvolvimento, os primeiros capítulos de sua história.

1 TYLER, Royall. **The Tale of Heike**. New York: Viking, 2012, p. 3.

1.1. Antes dos Tannowa

De 1180 a 1185, ocorreu a monumental Guerra Genpei, cujas consequências mudariam permanentemente a tessitura social do Japão, dando origem ao primeiro *bakufu* (幕府)², fundado e encabeçado por Minamoto no Yoritomo, parte vitoriosa da guerra. As narrativas sobre a Guerra Genpei, imortalizada especialmente no épico *Heike Monogatari*, tendem a simplificar o panorama político como uma disputa pela supremacia entre os dois grandes clãs militares, os Taira e Minamoto. No entanto, tal relato é falho, pois deixa de levar em consideração tanto o fato de que tais clãs não eram entidades unificadas, mas dividiam-se em vários ramos, muitos dos quais possuíam parentesco muito frouxo com seus pares – isto quando o possuíam – quanto fatores políticos e sociais de outras naturezas, como as razões pelas quais os bandos de guerreiros abaixo de cada facção lutavam³.

Contextualizar a Guerra Genpei em si não é objetivo deste estudo. Cabem, no entanto, algumas palavras. A Guerra Genpei, para a presente análise, deve ser vista como a irrupção de um movimento que começa a construir-se no século X, com a ascensão de um estamento guerreiro provincial que passa a ser ligado ao poder central pelo intermédio de membros da média aristocracia. Nas províncias, antigas lideranças, algumas mais antigas que o Estado japonês como tal⁴, continuavam detendo poder e influência regionais, e desde a inepção do Estado japonês foram responsáveis por suprir o exército com oficiais⁵. Pelo fim do século VIII, o sistema nacional de conscrição para o serviço militar que vigorou por cerca de um século foi majoritariamente abolido, e após algumas experimentações, surgiu o modelo que passou a vigorar incontestado, embora não imutável, do século X em diante.

Neste sistema, os magnatas provinciais, muitos dos quais eram das antigas famílias de

-
- 2 Comumente tratado como órgão que governou o Japão a partir de sua criação, e que era encabeçado por guerreiros e chefiado pelo *shōgun*, o *bakufu*, em verdade, tem uma história muito mais complexa. Enquanto o segundo *bakufu* tenha lançado-se como governo nacional por excelência, usando a Corte do Norte como fonte de legitimidade, o primeiro *bakufu* limitava-se a governar Kantō e manter a ordem entre os guerreiros no Japão, num regime diárquico com a Corte Imperial em Kyōto, embora no decorrer do século XIII, condições foram empurrando-o cada vez mais para um papel de proeminência às expensas da Corte, conforme exposto adiante.
 - 3 MASS, Jeffrey P. The Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 47; PIGGOTT, Joan R. Estates: Their History and Historiography. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (Ed.). **Land, Power, and the Sacred: The Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 24-25; FRIDAY, 2004, p. 10-12, 33.
 - 4 Por Estado japonês entende-se aqui a entidade política formada entre 645 e 672, das Reformas Taika à vitória de Tenmu na disputa pelo trono. Em suma, o reino de Yamato, quando atinge um grau de centralização e maturidade administrativa e burocrática, e passa a partir de então a ser o que consideramos o Japão enquanto entidade política. Trata-se, obviamente, de outra simplificação, e as discussões possíveis em cima dessa conceitualização são infundáveis.
 - 5 FRIDAY, Karl F. **Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1992, p. 37, 44. Para uma análise detalhada do sistema militar imperial dos séculos VII-VIII, cf. caps. 1-2 da mesma obra.

kuni no miyatsuko (国造)⁶, mantinham tradições militares privadas e agrupavam abaixo de si dependentes, em grupos geralmente bastante pequenos. Estes mesmos *kuni no miyatsuko* também detinham postos nos governos provinciais, fossem cargos provinciais auxiliares e secundários, ou cargos de chefia a nível distrital⁷.

Quando a Corte Imperial precisava de serviços militares, ela concedia uma comissão militar a um funcionário da baixa ou média aristocracia da capital, comumente com laços em uma ou mais províncias, encarregando-o de arregimentar tropas privadamente, por meio de sua rede de laços pessoais. Estes líderes guerreiros eram membros de um estrato social que normalmente ocupava os postos de governadores provinciais, e os sobrenomes mais comuns a destacar são Minamoto, Taira, Fujiwara, e Tachibana (vale lembrar, os próprios Tannowa tinham sobrenome Tachibana antes de adotar Tannowa, e utilizaram Tachibana em documentos posteriores, como era comum, para mobilizar o prestígio de sua família ancestral, da mesma forma que os Hōjō, por exemplo, faziam ao assinar certos documentos com o sobrenome de seu clã originário, os Taira⁸). Eles formavam, como concluiu Jeffrey P. Mass, *figuras-ponte* entre o mundo dos aristocratas da capital e o mundo dos guerreiros provinciais. Por meio de títulos centrais como os de *ōryōshi* (押領使), *tsuibushi* (追捕使), *tsuitōshi* (追討使), eles tinham legitimidade para convocar seus dependentes pessoais ao combate, e tinham também legitimidade para recompensá-los⁹. Tais figuras de liderança são comumente conhecidas por *miyako no masha* (都の武者), “guerreiros da capital”, e com o tempo, foram fundando bases sólidas nas províncias e casando-se com membros dos *kuni no miyatsuko*. Estas elites militares encabeçadas pelos ditos *miyako no masha* podiam, quando necessário, reunir de início centenas, posteriormente, milhares de homens, em bandos montados por efeito cascata, onde um líder convocava seus associados mais próximos, por si só líderes de pequenos bandos, e os membros dos bandos destes geralmente levavam seus próprios dependentes para prestar o serviço em armas. Entretanto, tais bandos formavam exércitos temporários, e eram entidades muito efêmeras, geralmente não ultrapassando a vida de seu líder, e podendo variar muito em número em uma mesma campanha¹⁰. Os mecanismos para

6 Os *kuni no miyatsuko* eram figuras de liderança nas províncias que foram anexadas pela centralização ocorrida nos séculos VII-VIII, e postas, nominalmente, ao menos, sob jugo da Corte, embora em suas respectivas regiões podiam ser relativamente independentes.

7 FRIDAY, 1992, p. 18-20, 65-66, 71-72, 119.

8 Para alguns exemplos, cf. MASS, 1976, p. 46 (doc. 21), 48-49 (doc. 25), 183 (doc. 174), dentre inúmeros outros.

9 FRIDAY, 1992, p. 123-125, 171. Um tratamento aprofundado das funções e evolução destas três comissões pode ser encontrado em Ibidem, p. 144-160.

10 Ibidem, p. 80-81, 93-95, 99-101, 113-119; RIZŌ, Takeuchi. The rise of the warriors. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 648; FRIDAY, 2004, p. 8-10, 39-41.

uma maior solidez destes grupos incipientes de “vassallos” seriam desenvolvidos ao longo dos séculos X a XIII. Eis, em linhas muito gerais, o surgimento do que hoje convencionamos chamar de samurais.

A seu tempo, no entanto, estes guerreiros eram tratados por designações diversas. Tratar de cada uma delas à exaustão é não só desnecessário, como criaria uma leitura enfadonha. Basta dizer que dentre os muitos termos pelos quais estes guerreiros são referenciados nas crônicas, especialmente as mais antigas, destacam-se *tsuwamono* (兵), *mononofu* (武士) *musha* (武者), e, é claro, os dois mais importantes, *samurai* (de particular importância para nós), e ainda mais importante na linguagem então corrente, *bushi*.

A palavra *samurai* (侍) origina-se do verbo arcaico *saburau*, “servir”, e não designava, a princípio, necessariamente guerreiros. Na tradução para português do clássico nipônico *Makura no Sōshi*, aqui *O Livro do Travesseiro*, consta no rico glossário das tradutoras: “servidor: *saburai*, 侍, a maior parte era do Quinto e Sexto Grau [de Corte], prestavam vários afazeres domésticos e acompanhavam seus senhores.”¹¹ Ou seja, a princípio, tratava-se de uma designação genérica para servidor ou membro de comitiva. Thomas Conlan dá um indicativo de como o termo veio a designar um certo estrato de guerreiros: alguns *hyakushō*, guerreiros de baixa estatura, buscaram servir magnatas que pudessem oferecer proteção, e passaram a ser conhecidos como samurais, guerreiros autorizados a agir individualmente com o consentimento de seu senhor, e que tinham obrigações para com seu senhor, e não com seus pares – como era o caso dos *hyakushō*¹². Trata-se de um fenômeno do começo do século XIV, ainda bem adiante no tempo.

Já os termos *bushi* (武士, guerreiro) e *buke* (武家, casa guerreira) são um tanto mais específicos. Designam, desde o princípio, aquele que serve em armas, que pratica as artes da guerra, ou no caso de *buke*, as casas, clãs, cujos membros dedicavam-se a tais artes. Isto é, famílias de uma elite guerreira por excelência.

Para critérios de simplificação, no entanto, usarei majoritariamente o termo *samurai*, ou simplesmente guerreiro(s), quando estiver tratando do estamento guerreiro como um todo, ou de seus indivíduos, de modo genérico. Quando preciso, como no caso de citação de fontes, ou de explicações sobre as estratificações internas deste estamento guerreiro, outros termos serão utilizados. Quando, porém, julgar mais apropriado num dado contexto, utilizarei os termos *bushi* e *buke*, sendo *bushi* aqui intercambiável com guerreiro, enquanto *buke* toma a conotação mais específica de destacar não os indivíduos voltados para a guerra, mas as

11 CORDARO, Madalena Hashimoto (org.). *O Livro do Travesseiro*. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 560.

12 CONLAN, 2003, p. 119-120.

famílias que ocupavam-se da profissão das armas, ou mesmo o conjunto de guerreiros como tal.

O Japão, que não via ameaças externas desde o século VII, utilizava suas forças militares de caráter privado e temporário quando necessitava esmagar rebeliões ou coibir banditismo ou faccionalismos locais que terminavam em violência. Desta forma, o adágio chinês de “pôr os bárbaros para caçar os bárbaros” foi muito bem aplicado ao caso japonês, como ilustrado na seguinte passagem:

Ainda assim, o sistema, atuando em conjunto a outras forças centrípedas sócio-políticas, fez um notável trabalho ao pôr bandidos para pegar bandidos. Ao deputizar líderes guerreiros poderosos, a Corte deu-lhes uma chance de sobrevivência no governo, e ligou o sucesso destes ao seu próprio. A isto foram adicionadas recompensas na forma de graus de Corte, cargos, e terras concedidas por performance meritória das tarefas que lhes eram atribuídas.¹³

Em linhas gerais, os responsáveis por cometer tais “ultrajes” contra o poder central eram membros do mesmo estrato que era posto para caçá-los, e mais de um líder guerreiro já esteve em ambas as posições. As Guardas Imperiais e o *kebiishi-chō* (檢非違使庁)¹⁴ da capital, da mesma forma, passaram a recrutar guerreiros provinciais de prestígio (reforçando o papel do serviço militar como porta de entrada para o serviço público dentre os provinciais), ao mesmo tempo que famílias poderosas como os Fujiwara, que possuíam burocracias privadas extensas, passaram a empregar guerreiros provinciais como membros de suas guardas pessoais. Os próprios grandes templos passaram a empregar *bushi* em seus domínios¹⁵. Em contrapartida, membros das elites provinciais eram encorajados a dominar as artes da arquearia, equitação, esgrima, e armar-se com os equipamentos que os permitissem exercer suas funções enquanto guerreiros¹⁶. Como pode-se notar, tratava-se de um ciclo retroalimentar, que levava cada vez mais ao direcionamento dos provinciais ao exercício das funções militares, e à dependência da Corte dos serviços destes.

Da mesma forma que este estamento guerreiro em germinação, originário das províncias (noutro vocabulário, da periferia – em oposição ao centro – o mundo da capital),

13 FRIDAY, 2004, p. 38.

14 Idem, 1992, p. 29-30, 130-131. O *Kebiishi-chō* vira um órgão de polícia de grande influência e poder na capital e na região de Kinai.

15 HALL, John Whitney. **Government and Local Power in Japan, 500 to 1700: A Study Based on Bizen Province**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies University Of Michigan, 1966, p. 134; Cf. ADOLPHSON, Mikael S. **The Teeth and Claws of the Buddha: monastic warriors and sōhei in japanese history**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2007, cap. 3, que dedica-se a examinar a composição das tropas monásticas, dentre as quais encontram-se grande números de guerreiros, muitos destes ocupando posições em *shōen* dos templos em questão, como apontado na p. 71.

16 FRIDAY, 1992, p. 84-85, 88; HALL, 1966, p. 133.

mobilizava patronos na capital para legitimar suas ações ou intervir em seu favor, os patronos aristocratas levavam cada vez mais os guerreiros provinciais para suas disputas políticas da capital, Heian-kyō, imortalizada por seu nome medieval que perdura ainda hoje: Kyōto. O clima político na capital torna-se mais e mais dado a crescentes faccionalismos, primeiro pela disputa dos Fujiwara uns com os outros pelo monopólio dos postos de *sesshō* (摂政) e *kanpaku* (関白)¹⁷, e depois, pelo fim do século XI, com a participação de um “novo” ator: a figura do Imperador, o *tennō* (天皇), afastado da política pelos Fujiwara por séculos, mas que retornou de modo muito criativo ao cenário político com o regime dos *in* (院) – imperadores abdicados – que passaram a deixar os imperadores reinantes com o fardo das cerimônias de Estado e concentraram-se em formular burocracias próprias, privadas, através das quais emitiam seus éditos, contornando os órgãos tradicionais de Estado¹⁸.

Tudo isso culmina em dois incidentes violentos na capital, os incidentes de Hōgen (1156) e Heiji (1159). Originalmente uma disputa entre membros do clã imperial (Go-Shirakawa, o *tennō* reinante, contra Sutoku, ex-*tennō* que queria governar como *in*), cada qual apoiado por membros diferentes da família Fujiwara, o Conflito de Hōgen vê Go-Shirakawa sair vitorioso, e os Taira fortalecerem-se como o principal clã militar às custas dos Minamoto. O Conflito de Heiji, em partes uma tentativa desesperada dos Minamoto de recuperar o prestígio que vinham perdendo, só os deixa mais enfraquecidos, com seu ramo mais proeminente sendo quase extinto¹⁹. Os Taira, especialmente sob a liderança de Taira Kiyomori (1118-1181), ascenderiam meteoricamente nas próximas décadas, até darem seu próprio golpe de Estado, infiltrando suas filhas na família imperial através de casamentos, e pondo Go-Shirakawa, então *in*, em prisão domiciliar. Em 1180, os Taira governavam o Japão, e este foi o contexto que permitiu Minamoto Yoritomo a rebelar-se e declarar guerra contra os Taira em Kantō, culminando na Guerra Genpei (1180-1185)²⁰. O *bakufu* nasce após a Guerra Genpei, como evolução do regime privado que Yoritomo criou em Kantō nas primeiras etapas da

17 *Sesshō* designa um regente imperial, que cuida dos afazeres do Estado até que o imperador atinja a maioridade; *Kanpaku*, teoricamente um “sumo-conselheiro”, vira, para todos os propósitos, o regente de um imperador adulto, sendo costumeiramente traduzido desta forma.

18 Sobre faccionalismos, cf. HALL, 1966, p. 138, 142-143, 146; para uma análise do complexo regime de governo dos imperadores abdicados, o *insei*, cf. HURST, G. Cameron III. *Insei*. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 563-643.

19 RIZŌ, 1999, p. 688-691 (conflito de Hōgen), p. 691-694 (conflito de Heiji); as principais fontes primárias a relatar ambos os conflitos são o *Hōgen Monogatari* e *Heiji Monogatari*, ambos integralmente traduzidos para o inglês em TYLER, Royall. **Before Heike and After: Hogen, Heiji, and Jokyuki**. Charley's Forest: Bluetongue Books, 2016.

20 Além das citações apontadas no início do presente capítulo, uma análise mais detalhada da ascensão dos Taira e da Guerra Genpei em si encontra-se em RIZŌ, 1999, p. 695-709. A principal fonte primária para o estudo da Guerra Genpei é a crônica histórico-literária *Heike Monogatari*, traduzida integralmente para o inglês em TYLER, 2012.

guerra, mas continua a modificar-se, e só atinge maturidade no século XIII, não sob a tutela dos Minamoto, mas dos Hōjō, família da esposa de Yoritomo, Hōjō Masako. A partir daí, os Hōjō monopolizaram o título de *shikken* (執権), que passou a funcionar como um regente para o *shōgun* (将軍), e durante boa parte do século XIII travaram campanhas contra as outras grandes famílias guerreiras que ajudaram a instaurar o regime de Yoritomo²¹.

Aqui cabe ressaltar um ponto muito importante: há inúmeros estudos que tratam dos guerreiros deste período, mas a maioria trata diretamente dos guerreiros associados ao *bakufu*, o que causa uma distorção ótica, levando a crer que ser *bushi* era sinônimo de estar sob as ordens do *bakufu* (muito embora os mesmos textos apresentem a dicotomia entre os *gokenin* 御家人 – vassallos – e *hi-gokenin* 非御家人 – não-vassallos, eles tendem a focar no primeiro grupo). Isto não podia ser mais distante da realidade, e meu diagnóstico é que por mais que o campo tenha estudos muito sólidos sobre os guerreiros e o *bakufu* no século XIII, ainda falta um estudo abrangente e específico tratando dos guerreiros que não tinham laços com o *bakufu*. Por um tempo, como veremos, este será o caso dos Tannowa aqui estudados, mas o presente estudo não tem por objetivo dar conta desta lacuna. Resta deixar claro que ser guerreiro não implicava em servir ao *bakufu* (e desfrutar dos privilégios desta relação), e que, inclusive, ser *gokenin* não necessariamente implicava ser guerreiro.

1.1.1. O cenário geográfico: Tannowa-no-shō e a província de Izumi

Do compêndio documental sobre os Tannowa, quase nada é dito a respeito de Tannowa-no-shō. Sabe-se que o *shōen* em questão localiza-se na província de Izumi, uma das cinco províncias que formavam a região de Kinai, o “centro” do Japão, composto pelas províncias que ficavam em volta de Kyōto. Tratava-se de uma província relativamente pequena, mas de suma importância estratégica, como seria visto nas guerras do século XIV. Informações sobre a própria província de Izumi são escassas. Como outras províncias vizinhas, era uma província aluvial que abria-se para o Mar Interior ao oeste, com montes e montanhas a leste e sul, encontrando-se com as planícies de Kawachi ao norte. Fazia fronteira com as províncias de Settsu, ao norte, Kawachi, ao leste, e Kii, ao sul²², não ficando distante

21 Para a ascensão dos Hōjō e seus conflitos com outras famílias *gokenin*, cf. VARLEY, H. Paul. The Hōjō Family and Succession to Power. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 143-167; para um exame do período de governo por conselho (*hyōjōshu*) montado pelos *shikken* Hōjō, cf. GOBLE, Andrew. The Hōjō and Consultative Government. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 168-190.

22 COMPLETE JAPANESE ENCYCLOPEDIA (ENCYCLOPEDIA NIPPONICA). “和泉国”. Disponível em: <https://japanknowledge.com>. Acesso em: 17 jun. 2021; ENCYCLOPEDIA OF JAPANESE HISTORY. いずみのくに【和泉国】. Disponível em: <https://japanknowledge.com>. Acesso em: 17 jun. 2021.

nem de Yamato, onde ficavam as montanhas de Yoshino nas quais a Corte do Sul se refugiaria no século XIV, nem de Yamashiro, onde ficava a capital de Kyōto. Era fortemente associada aos Kujō, assim como às *nyoin* (女院), damas imperiais de vastas propriedades, e a uma série de instituições religiosas, como o Kōyasan e o Santuário Kasuga, ficando na província outro *shōen* dos Kujō famoso pelo número de estudos a seu respeito, Hine-no-shō²³.

Antes mesmo dos Tannowa entrarem em cena, nos dois primeiros documentos do compêndio, outro incidente é tratado. Através dele é que ficamos sabendo que Tannowa-no-shō era então posse do ramo Kujō do clã Fujiwara, uma das famílias aristocráticas mais importantes e poderosas no século XIII. O Documento 1.1 declara que Tannowa-no-shō era “um *shōen* especialmente pequeno”, o que agravava o quadro dos ultrajes denunciados. Ficamos, no entanto, sem saber, ao longo de todo o compêndio documental, qual a extensão de Tannowa-no-shō, se dedicava-se a algum tipo de produção especializada, ou mesmo quais suas características, até em termos de topografia. Sabemos incidetamente que Tannowa-no-shō tinha campos abertos, montanhas, recursos hídricos, mas apenas porque um samurai é presenteado com a posse destes recursos. Afinal, como diz Hirota Kōji, guerreiros e cortesãos produziram vasta documentação sobre as partes que lhes interessavam, mas raramente preservaram-se materiais históricos que falem sobre a topografia dos *shōen* e as amenidades que pudessem possuir²⁴, quadro válido para todo o Japão, e não só Tannowa-no-shō.

1.1.2. O sistema *ritsuryō* e *shōen-kokugaryō*

O regime ou sistema *ritsuryō* (律令) é o nome que se dá ao modelo de governo imperial-burocrático instituído no Japão durante os séculos VII-VIII, quando deu-se a centralização do poder pelas mãos dos soberanos de Yamato, marcando mais ou menos o que aqui chamo de fundação do Estado japonês, embora ainda com algumas guerras de conquista, em especial ao norte, contra os *emishi*, etnicamente distintos, seguindo até o século X. A ordem *ritsuryō* é marcada por um maquinário estatal de alta complexidade, baseado em extensos códigos de leis penais e administrativas, onde o Japão passa a ser dividido em províncias, e ter governadores provinciais apontados da capital, com mandatos de quatro anos²⁵. É também o regime *ritsuryō* que determina os Graus de Corte, as recompensas por serviço militar, os recenseamentos provinciais, os tributos a serem coletados das províncias, e

23 KOJI, Hirota. Hine Estate in Izumi Province: archaeology, landscape reconstruction, and village structures. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 106.

24 *Ibidem*, p. 105.

25 NAGAHARA, Keiji. The decline of the *shōen* system. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 275.

assim por diante²⁶.

Todavia, este regime, que começa marcado por caráter meritocrático – próprio do modelo burocrático chinês que serviu-lhe de exemplo – prova-se ineficaz no Japão, se aplicado à risca. Em vez de abandoná-lo, no entanto, foram implementando-se medidas *ad hoc* extra-codais, garantindo a longevidade do regime, assim como da aristocracia que dele dependia. As próprias comissões militares citadas, de *ōryōshi*, *tsuibushi*, e *tsuitōshi* são resultado de adaptações posteriores ao abandono do sistema nacional de conscrição militar conhecido por *gundan* (軍團) e previsto pelo *ritsurō*²⁷.

Onde, no entanto, as mudanças foram mais profundas, foi no regime de administração das terras. O processo em si que levou à desagregação do sistema de terras públicas, “nacionalizadas” e distribuídas entre os cultivadores, e à formação de enclaves territoriais conhecidos como *shōen*, é de enorme complexidade, não cabendo aqui explicá-lo em detalhes, tendo em vista que foi um processo iniciado já no século VIII, sofrendo mudanças profundas no século X, mas continuando a evoluir e adaptar-se a novas realidades até sua extinção, no século XVI²⁸. Cabe, no entanto, explicar sua funcionalidade, pois de outra forma, será impossível entender os documentos dos Tannowa.

A este sistema, sobreposto ao *ritsurō*, dá-se o nome de sistema *shōen-kokugaryō* (荘園国衙領)²⁹. *Shōen* (荘園) são um fenômeno cuja explicação simples nos escapa, e chamá-los de propriedades agrícolas, propriedades privadas, senhorias, ou qualquer outro designativo

26 Sobre o *ritsurō*, cf. MITSUSADA, Inoue. The century of reform. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan**. New York: Cambridge University Press, 1993, p. 163-220; NAOKI, Kōjirō. The Nara state. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan**. New York: Cambridge University Press, 1993, p. 221-267; MORRIS, Dana. Land and society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 183-235; KILEY, Cornelius J. Provincial administration and land tenure in early Heian. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 236-340. Esta é meramente uma introdução a um tema muito mais complexo, com gigantesca produção historiográfica a seu respeito.

27 Em FRIDAY, 1992 e 2004, o autor defende a noção de que a deputização das forças militares pela Corte Imperial não significou uma perda do controle militar por parte desta em boa parte do período Heian, mas uma adaptação necessária frente aos problemas e circunstâncias de novos tempos, podendo ser entendida como uma adaptação e sobrevivência dos princípios da ordem *ritsurō* no aspecto militar da mesma forma que outros enxergam os *shōen* como uma adaptação e sobrevivência destes mesmos princípios no plano econômico e administrativo.

28 O número de estudos sobre *shōen* é gigantesco, e muitos deles foram essenciais para a montagem e compreensão do presente capítulo. Enquanto MORRIS, 1999, NAGAHARA, 1990, e ŌYAMA, Kyōhei. Medieval *shōen*. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 89-127 servem para uma compreensão básica do fenômeno, uma leitura mais atualizada é GOODWIN & PIGGOTT, 2018, cujos capítulos temáticos enriqueceram muito a visão atual dos *shōen*, e cuja introdução não só resume bem os principais pontos de sua evolução, como apresenta também o delinear dos estudos nas últimas décadas, e o atual estado da arte no Ocidente e no Japão, sendo a obra mais recente em língua inglesa a dedicar-se ao tema.

29 Em japonês, mais comumente referido por *shōen-kōryōsei* (荘園—公領制), sistema *shōen-kōryō*.

simples induz ao engano. Pior ainda seria chamá-los de feudos. Por muito tempo a literatura tratou-os como propriedades privadas que iam contra o *ritsuryō*, e só recentemente uma nova concepção permitiu que estes fossem percebidos como uma adaptação do *ritsuryō* e um modo de perpetuar o *status quo* que o *ritsuryō* deveria defender. Nesta nova concepção, tais terras não eram privadas, pois serviam para corrigir a evasão fiscal e erosão das rendas da aristocracia de Kyōto, que antes era sustentada por estipêndios encaminhados das terras provinciais³⁰. Fatores-chave para esta mudança foram o abandono gradual dos recenseamentos (por sua vez seguidos de redistribuição de terras à população camponesa), a mudança, também gradual, do papel dos governadores provinciais, *kokushi* (国司), que com o passar do tempo passaram a seguir carreira de província em província e ver nestes postos uma forma de enriquecimento, e, por fim, o estabelecimento no século X de um regime de cotas provinciais que permitiu o enriquecimento de tais governadores, pois bastava que pagassem as cotas estabelecidas para cada província (que diminuía cada vez mais), e podiam embolsar todo o resto que coletavam, alterando radicalmente a dinâmica da administração provincial³¹.

Isso não está de modo algum desligado do surgimento e desenvolvimento dos samurais. Pelo contrário, os já citados *miyako no musha* eram parte de um grupo de governadores provinciais de carreira que acabou ganhando o nome de *zuryō* (受領), e os agentes coletores de tributos, por sua vez, eram os antigos poderosos locais, os também já citados *kuni no miyatsuko*, além de outros que pelo meio de conexões e da força conseguiram estabelecer alguma base de poder regional. Desta forma, os governadores e os magnatas provinciais teoricamente agiam em conjunto, estes coletando para aqueles, e ficando com parte para si, além de ganhar apontamentos oficiais dentro das burocracias provinciais. Isto, no entanto, é uma enorme simplificação, pois as tensões entre estes grupos eram tão ou mais constantes quanto as alianças que eles formavam uns com os outros.

Por sua vez, os aristocratas da capital e os grandes templos passaram a adquirir *shōen*, porções de terras contíguas ou não, das mais variadas extensões, onde os camponeses viviam mais ou menos como arrendatários, pagando tributos aos proprietários. A consolidação dos *shōen* passa por várias etapas, e eles atingem um estágio de maturidade só pelo século XII, quando passam a consolidar imunidades não só tributárias (isto é, os rendimentos dos *shōen* não eram encaminhados ao governo provincial, mas exclusivamente ao proprietário), mas cada vez mais, imunidades administrativas e jurisdicionais, de modo que os funcionários do Estado não podiam entrar em muitas destas propriedades nem mesmo para capturar

30 GOODWIN & PIGGOTT, 2018, p. 28.

31 MORRIS, 1990, p. 199-215, 217-221.

criminosos, precisando para isso contar com a colaboração das forças dos próprios *shōen*, que muitas vezes criam seus próprios *ōryōshi* e *tsuibushi*³². Cabe ressaltar que estes proprietários não residiam no local, e dependiam dos poderosos locais para servir em funções administrativas em suas terras, os mesmos poderosos locais que serviam aos *zuryō*. Muitos destes funcionários de *shōen* eram parte dos *buke*, e podiam atuar simultaneamente em um ou mais *shōen* como agentes dos proprietários, e nos domínios públicos – chamados de *kokugaryō* (国衙領) – como agentes dos governadores provinciais.

Por fim, em 1069, Go-Sanjō *tennō* (r. 1068-1073) abre o *kirokusho* (記録所), órgão para a inspeção documental dos *shōen*, visando coibir sua proliferação descontrolada. No entanto, esta política de “caça aos *shōen*” não dura: Toba (r. 1107-1123), segundo *tennō* a governar como *in* (cujo governo como *in* vai de 1129-1156), quebra com as políticas de seu avô, Shirakawa, sucessor de Go-Sanjō tanto no trono quanto no projeto político. Desde Go-Sanjō, os *shōen* tidos como irregulares eram confiscados e tornados *shōen* imperiais³³. Isso só acelera após Toba, e o que vemos no século XII pode ser descrito como uma “*shoenização*” do Japão: mesmo as terras de domínio público, o *kokugaryō*, sofrem grandes mudanças com a criação das chamadas *chigyōkoku* (知行国), províncias cedidas temporariamente a um dono, que tirava delas os rendimentos do *kokugaryō*, e podia apontar, a seu gosto, o governador provincial³⁴. Nesta época, os governadores provinciais sequer iam às províncias, deixando tais assuntos para delegados seus, e tanto no *kokugaryō* quanto nos *shōen*, o que ocorria era a formação de alianças verticais dos aristocratas ou grandes templos – as ditas classes proprietárias – com os *zaichō kanjin* (在庁官人), termo para os poderosos locais, uma mistura dos *kuni no miyatsuko*, dos *zuryō* que estabeleceram bases provinciais, e outros elementos poderosos a nível regional³⁵.

Com a fundação do primeiro *bakufu*, o quadro ganha ainda mais complexidade, pois para recompensar os guerreiros que lutaram ao seu lado na Guerra Genpei, muitos dos quais

32 Ibidem, p. 227-235; FRIDAY, 2004, p. 42-43; PIGGOTT, 2018, p. 6-7. Em Ibidem, p. 20, é apresentada uma nova cronologia do desenvolvimento dos *shōen*, desenvolvida pelo Shōen History Research Group do Japão, em 5 estágios: (1) os *shōen* primitivos dos sécs. VIII-IX; (2) o estabelecimento de *shōen* aristocráticos nos sécs. X e XI, com busca de imunidades tributárias; (3) uma fase de grande dinamismo nos sécs. XI-XII, conforme a família imperial passa a deter um enorme portfólio de *shōen*; (4) uma fase de tensões entre os sécs. XIII-XIV, onde os *shōen* se complexificam e sua administração torna-se mais problemática; (5) declínio do sistema nos sécs. XIV e XV por conta das constantes guerras.

33 HURST, 1999, p. 588-592, 596, 612-614.

34 Ibidem, p. 610-611; MASS, 1990, p. 49; ARNESEN, Peter J. Suō Province in the Age of Kamakura. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 94. ARNESEN, 1982, é um estudo do regime de *chigyōkoku* na província de Suō, e uma excelente leitura para a compreensão deste desenvolvimento em particular.

35 FRIDAY, 1992, p. 77-81. Estas alianças verticais não eram novidades, predominando desde o início do período Heian. Dentro do modelo proposto por Mary Elizabeth Berry, elas seriam as designadas “corporações” verticais que formariam o Estado Corporativo Complexo.

depois ganharam também o designativo de *gokenin*, os mandantes do *bakufu* passam a apontar estes guerreiros para posições administrativas dentro e fora dos *shōen*, normalmente sob o cargo de *jitō* (地頭)³⁶. Em suma, muitos dos *shōen* passam a receber um administrador extra, não apontado pelo proprietário, algo que geraria tensões ao longo de todo o século XIII.

1.1.3. O cenário político-social: Guerra Jōkyū e Política Kōbu

Ainda hoje é comum ver nas obras não-acadêmicas sobre o Japão uma visão ultrapassada que prega que desde a fundação do primeiro *bakufu* o governo do Japão passou para a figura do *shōgun*, o *tennō*, então, tornando-se uma figura meramente representativa. Não é possível negar que de fato houve uma perda de poder imperial e aristocrático, mas há muito tempo já se sabe que durante o regime do primeiro *bakufu*, o que realmente ocorreu foi a instauração de uma diarquia, cujo balanço ora pendia para um lado, ora para outro. A este sistema diárquico entre *tennō* e *shōgun*, ou, mais acertadamente, Corte Imperial e *bakufu*, dá-se o nome de *kōbu* (公武)³⁷.

Mais uma vez, o que apresento é uma grande simplificação do estado das coisas. Como já mencionado, os Hōjō, família guerreira de baixa estirpe responsável pela tutela de Minamoto no Yoritomo após o conflito de Heiji, acabaram tomando as rédeas do *bakufu* ao longo do século XIII. Yoritomo casou-se com Hōjō Masako antes mesmo de rebelar-se e iniciar a Guerra Genpei, e Hōjō Tokimasa, antigo guardião e sogro de Yoritomo, tornou-se uma figura de relativa importância. Os Hōjō, no entanto, eram uma dentre muitas famílias vassaladas do *bakufu*, e embora tenham começado seu projeto de dominação política do *bakufu* logo após a morte de Yoritomo, em 1199, a consolidação deste projeto deu-se ao longo de décadas.

Com o tempo, os Hōjō viriam a estabelecer-se como *shikken*, comumente traduzido por regente shogunal. Por sua vez, em Kyōto, os Fujiwara continuavam a ocupar cargos de *sesshō* e *kanpaku*, os imperadores de fato, *tennō*, reinavam mas raramente governavam, e os imperadores abdicados, *in*, continuavam como mandantes da Corte, sempre num ambiente de tensões políticas onde os diferentes ramos regentais dos Fujiwara disputavam entre si e com as figuras do clã imperial, e estas também seguiam com disputas internas. Isto ainda é um quadro muito simplificado da extremamente complexa realidade política do período.

De todo modo, se até 1221 a balança de poder estava equilibrada, ou até mesmo

36 MASS, 1990, p. 83-84. Para uma compreensão mais acertada da evolução dos *jitō* em todas as suas etapas, é indispensável a leitura do capítulo 4 de MASS, 1999.

37 HURST, G. Cameron III. The Kōbu Polity: Court-Bakufu Relations in Kamakura Japan. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History*. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 3-28 examina as diversas etapas deste regime diárquico que vigorou durante o período Kamakura.

pendendo para Kyōto, após essa data, ela pesa para Kamakura, a capital que Yoritomo havia estabelecido na região de Kantō como sede de seu *bakufu*. Isto porque neste ano ocorreu a Guerra Jōkyū, onde Go-Toba, que reinou como *tennō* de 1183-1198, e era então *in*, podendo-se dizer o verdadeiro governante da Corte Imperial, rebelou-se contra o *bakufu*, tentando sobretudo conseguir a simpatia dos guerreiros do oeste do Japão e de Kinai³⁸, muitos dos quais não tinham laços com o *bakufu*, ou tinham laços muito frouxos.

A guerra termina em cerca de um mês, com estrondosa vitória para as forças do *bakufu*, que apropriam-se de um número enorme de *shōen* (embora viessem a devolver muitos deles), e começam um longo programa de recompensas, instalando guerreiros seus nestas novas propriedades conquistadas. Go-Toba é exilado junto de dois filhos, também *in*, Tsuchimikado e Juntoku. O *tennō* reinante, Chūkyō (r. 1221), filho de Juntoku, foi substituído pelo *bakufu* por um sobrinho de Go-Toba, Go-Horikawa (r. 1221-1232). Como Go-Horikawa não era filho de um *tennō*, seu pai foi feito *in* sob o nome de Go-Takakura sem nunca ter ocupado a dignidade imperial. Nesta mesma ocasião, o *bakufu* cria um ramo em Kyōto, o Rokuhara *tandai*³⁹. Esta seria a primeira intromissão do *bakufu* em assuntos ligados à sucessão imperial, abrindo um perigoso precedente.

O *bakufu*, por sua vez, estava sem *shōgun* desde 1219, quando o terceiro *shōgun*, Minamoto Sanetomo, foi assassinado⁴⁰. Desde então, os Hōjō vinham tentando negociar com Kyōto o envio de um príncipe imperial para assumir a dignidade de *shōgun*, pois era crucial para eles que houvesse um *shōgun* à frente do *bakufu* para justificar sua própria participação nos assuntos políticos. Antes da Guerra Jōkyū, em negociações com Go-Toba, este havia concordado em enviar não um príncipe imperial, mas um membro dos Kujō, enviado a Kamakura aos dois anos de idade, meses depois do assassinato de Sanetomo⁴¹. Kujō Yoritsune foi instalado como *shōgun* aos oito anos de idade, em 1226, e permaneceu nesta posição até 1244, antes que viesse a causar problemas para os Hōjō.

1.2. Tachibana Shigemoto

Depois desta longa introdução, é hora de começar a falar dos Tannowa propriamente

38 MASS, 1990, p. 69; HURST, 1982, p. 15. A Guerra Jōkyū também foi registrada num *gunkimonogatari*, o *Jōkyūki*, traduzido integralmente para inglês TYLER, 2016;

39 MASS, 1990, p. 70-74; HURST, 1982, p. 16.

40 Os Minamoto, ironicamente, tiveram reinado curto sobre o *bakufu*: depois de Yoritomo, seu filho Yoriie foi *shōgun* entre 1202 e 1203, mas acabou sendo afastado do poder pelos seus parentes maternos, e assassinado em 1204, supostamente pelos próprios Hōjō (ele tinha fortes ligações com os Hiki, clã de sua esposa, que acabou destruído pelos Hōjō em 1203). Depois de Yoriie, o posto de *shōgun* passou para seu irmão mais novo, Sanetomo, que ocupou o cargo entre os anos de 1203-1219, para ser assassinado pelo sobrinho, em vingança pela morte de Yoriie.

41 HURST, 1982, p. 15.

ditos. O primeiro deles de quem temos notícia é Tachibana Shigemoto (o sobrenome Tannowa foi adotado posteriormente pela família). Não é possível saber de seu passado ou origem. Também não é possível saber se ele era membro do estamento guerreiro, mas é muito provável que sim, posto que boa parte dos *zaichō kanjin* já haviam se militarizado, e o administrar e o servir em armas vinham cada vez mais lado a lado no mundo provincial. Também é possível afirmar que ele não era vassalo do *bakufu*, ou seja, embora possivelmente guerreiro, não tinha ligação com Kamakura. Isto porque sua nomeação ao posto que viria ocupar em Tannowa-no-shō é feita pelo proprietário, e embora outros dois documentos o reconfirmem no posto, nunca é por intercessão do *bakufu*, como ocorria com guerreiros ligados a Kamakura que entravam em litígios com o proprietário⁴². Da mesma forma, os próximos ocupantes, descendentes de Shigemoto, também são confirmados pelo proprietário ou agentes seus, e não pelo *bakufu*. Ainda a favor de que ele não servia a Kamakura fica como indício um incidente anterior, a ser mencionado adiante, onde o *bakufu* interviu num caso envolvendo um *gokenin* chamado Kaneshige.

Eis o que sabemos: em 1237 Tachibana Shigemoto foi nomeado *kumon* (公文) de Tannowa-no-shō em um documento que declarava isto aos *satanin hyakushō* (沙汰人百姓) do *shōen*, isto é, aos oficiais não ligados ao *bakufu*. Tal documento veio do *mandokoro* de Tannowa-no-shō, sendo assinado pelo “Secretário do Escritório de Reparos do Palácio” (修理進 *shuri no jō*) Fujiwara⁴³, possivelmente um parente menos importante do proprietário.

Sua função no *shōen* em questão, sem dúvidas clara para os recipientes do documento, é no entanto dúbia nas traduções. Em inglês, os Documentos 1.3 e 1.4 apresentam o verbo *levy*, que mais corretamente seria arrecadar. O Documento 1.5, e um documento de um sucessor seu, o Documento 1.6, no entanto, traduzem sua função pelo verbo *assess*, ou seja, estimar ou calcular, o que seria mais condizente com a função de *kumon*. No original, o verbo utilizado com relação às funções que Shigemoto desempenhava é *itasu* (致), que possui um caráter genérico de “fazer”.

Como será apresentado abaixo, a coleta dos tributos geralmente cabia a funcionários de grau mais elevado. O posto de *kumon* estava mais comumente ligado a registros e documentação⁴⁴. O documento liga suas responsabilidades ao *nengu* (年貢) e ao *kuji* (公事), sendo o *nengu* um tributo anual de arroz, e o *kuji* consistindo em exações diversas, que

42 A título de exemplos de adjudicações de disputas pelo *bakufu*, cf. MASS, 1976, p. 43-44 (doc. 18), 52-53 (doc. 31), 99-100 (doc. 78).

43 Documento 1.3, p. 131-132.

44 YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 694: “um oficial local do *shōen*, abaixo do posto de *gesu*, encarregado de lidar com documentos, designar encargos tributários, e afins.”

podiam vir em forma de serviços, manufaturas, ou outros gêneros, agrícolas ou não⁴⁵. Em conclusão, sua função provavelmente era condizente com o cargo de *kumon*, ou seja, fazer a inspeção das terras para registrar a produção e estimar os tributos devidos ao proprietário.

O documento não discrimina a natureza do *kuji* em questão, nem as quantidades arrecadadas em Tannowa-no-shō, tanto do *nengu* quanto do *kuji*. Ele ressalta, no entanto, que Shigemoto deveria, no exercício de sua função, seguir os precedentes já estabelecidos, além de obviamente exercer suas funções com diligência⁴⁶. Isto mostra o caráter consuetudinário presente na administração e jurisprudência japonesa, tanto em assuntos locais quanto centrais.

O que mais é possível especular sobre Shigemoto? Indícios levam a crer que ele não fosse da região, ao menos não de Tannowa-no-shō, por algumas razões específicas. A primeira delas é a demora, em sua família, a adotar Tannowa como sobrenome. É muito comum nos documentos desta espécie ver que, uma vez estabelecidos no local, muitos passam a adotar tal local como sobrenome uma ou duas gerações mais tarde, ou até na mesma geração. Temos como exemplos os Koremune que adotam o sobrenome Shimazu, os Shibuya que adotam o sobrenome Iriki⁴⁷, os Fujiwara que tornam-se Ōkawa⁴⁸, e, é claro, os Minamoto que assumem os sobrenomes de Nitta e Ashikaga, dentre outros incontáveis exemplos.

Tachibana era um sobrenome de origem aristocrática, mas que deu origem a ramos guerreiros, da mesma forma que Minamoto, Taira, e também Fujiwara. Como já foi dito, e será mostrado outras vezes, mesmo depois de adotar Tannowa como sobrenome, membros dos Tannowa frequentemente assinavam documentos como Tachibana (ou eram referidos por terceiros como Tachibana), de modo a mobilizar o prestígio de um sobrenome ancestral que remontava à capital.

Possivelmente Shigemoto e seus familiares servissem ao proprietário na capital, ou tivessem apenas recentemente entrando para o serviço dos Kujō. De todo modo, o fato de Shigemoto ter sido apontado pelo *mandokoro* do proprietário como incumbente de um cargo, junto do fato de nos documentos da própria família anexarem, no primeiro rolo, dois documentos sobre Tannowa-no-shō antes deles, sem qualquer menção de sua presença na propriedade, mostrando os abusos supostamente cometidos pelo tal Kaneshige (sobrenome não mencionado), reforça a hipótese de que Shigemoto não tinha relações com Tannowa-no-shō antes de seu apontamento, ou caso tivesse, muito provavelmente não detinha nenhum

45 MORRIS, 1990, p. 210-215.

46 Documento 1.3, p. 131-132.

47 THE HISTORIOGRAPHICAL INSTITUTE THE UNIVERSITY OF TOKYO. **The Documents of Iriki**. Docs. 6 & 8. Disponível em: http://www.hi.u-tokyo.ac.jp/IRIKI/eng_index.html. Acesso em: 25 jun. 2021.

48 MASS, Jeffrey P. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System**. Stanford: Stanford University Press, 1989, p. 131-133 (doc. 10), 185-189 (doc. 61)

shiki, que por ora traduzirei rapidamente por posto ou cargo, dado que os *shiki* serão abordados mais detalhadamente no próximo item.

O papel do historiador é, através de documentação pertinente, formular perguntas e buscar por respostas. No entanto, ao menos neste início da história dos Tannowa, as perguntas levam apenas a mais perguntas. Por exemplo, por qual razão eles anexaram os dois documentos de Kaneshige? Ou como tiveram acesso a tais documentos para anexá-los posteriormente num rolo de sua família?

Primeiramente, parto da suposição de que os documentos foram colados em rolo pelos Tannowa para ilustrar feitos da família, mas não há comprovação de que este seja o caso. O que me leva a defender tal ponto é o fato de que no século XIV os documentos tratam apenas dos Tannowa, ligados ou não à administração de Tannowa-no-shō, com um grande número de documentos mostrando serviços prestados em batalha ou convocações para que servissem em armas. Depois das duas pouco usuais menções a Kaneshige, o foco deixa de ser Tannowa-no-shō, e vira os Tannowa em si, de modo que não há, nos cinco rolos, documentos que de fato examinem o *shōen* de Tannowa, mostrando o quanto arrecadava-se, como ele dividia-se, etc. Os documentos, por sinal, vão até o século XVI (o último deles data de 1517, neste caso sem menção alguma a Tannowa-no-shō), embora a grande maioria seja do século XIV. Em suma, o foco claramente era a família e seus feitos, e neste caso, Tannowa-no-shō só importava conquanto contasse como feito que aumentasse o prestígio dos Tannowa.

Sobre Kaneshige, há outra hipótese que embora eu não veja como válida, não pode ser descartada. A de que Shigemoto era seu parente, seja descendente seu, ou seja por parentela horizontal. Isso justificaria o fato de terem anexado dois documentos pertinentes a ele no rol familiar. No entanto, tais documentos não somariam ao prestígio da família, mas ajudariam a miná-lo.

É mais provável que, em algum momento de sua história, para registrar a história da família através destes cinco rolos e suas ligações com Tannowa-no-shō, eles julgaram apropriado anexar os documentos que falam de Kaneshige. Quem sabe os problemas causados por Kaneshige tenham servido para colocar Shigemoto como *kumon* de Tannowa-no-shō?

Quanto a como eles teriam acesso a tais documentos, a hipótese mais plausível é que na função de *kumon*, responsáveis justamente por lidar com registros do *shōen*, eles tivessem acesso privilegiado aos documentos do *shōen*. Um veredicto final, no entanto, do porquê de anexarem os dois documentos ligados a Kaneshige, fica perdido no tempo.

1.2.1. Os *shōen* e os *shiki*

Até agora, os *shōen* têm sido apresentados de modo bastante simplificado, e embora eu não pretenda tratar do tema à exaustão, pois isso renderia um trabalho por si só, e já há uma vasta bibliografia sobre o tema em língua inglesa, faz-se necessário ressaltar alguns pontos a seu respeito.

Primeiramente, nenhum *shōen* era igual ao outro: alguns eram minúsculos, outros gigantescos; alguns voltavam-se principalmente para o plantio de arroz, outros tinham funções mais especializadas; alguns tinham intromissão de funcionários do *bakufu*, outros, não; alguns sofriam grande escrutínio do proprietário, enquanto em outros, eram os funcionários locais que realmente detinham poder; alguns eram contíguos, outros em parcelas dispersas⁴⁹; a lista de particularidades poderia seguir por páginas e páginas. Isto confirma, por sinal, o fator “complexo” na classificação de Mary Elizabeth Berry de Estado Corporativista Complexo⁵⁰ (os *shōen*, como veremos, são parte indispensável deste modelo analítico).

Entretanto, existem algumas características que predominavam em boa parte dos *shōen* no século XIII. Uma delas é a divisão da terra em várias parcelas com designações diferentes, algumas próprias para oficiais, com determinadas isenções e privilégios, outras classificadas como campos abandonados, algumas destinadas a projetos especiais, como o custeio de reparos de diques de irrigação, e por fim, as destinadas ao cultivo regular, sobre as quais incidia o *nengu* e o *kuji* da maneira usual, geralmente compondo boa parte do *shōen*. Outra característica predominante é que estas terras eram geralmente divididas em campos denominados *myō* (名), no literal, nome⁵¹.

Um *myō* era uma parcela de terras dentro do *shōen* com um responsável, o *myōshu* (名主), por pagar os tributos daquela parcela. Na verdade, os *myōshu* podem ser considerados como uma parte do baixo oficialato, pois muitos *myō* eram formados por parcelas bastante extensas. Neste caso, os *myōshu* faziam parte dos magnatas locais, que punham camponeses destituídos, familiares, ou pessoas em condição servil, os *genin* (下人)⁵², para cultivar seu *myō*. Do que fosse cultivado, parte ia para cobrir os tributos coletados, mas o excedente ficava com os *myōshu*, alguns dos quais eram membros de famílias guerreiras, ou tornaram-se guerreiros com o passar do tempo e acúmulo de poder e prestígio⁵³.

49 As variadas configurações dos *shōen* podem ser encontradas nos diversos capítulos de Land, Power, and the Sacred, que tratam de diferentes *shōen* em estudos de casos específicos, assim como em ŌYAMA, 1990.

50 BERRY, 1994, p. xxxi-xxxii.

51 HALL, 1966, p. 114.

52 Os *genin* são comumente designados como escravos ou servos. Uma visão talvez mais acertada encontra-se em CONLAN, 2003, p. 123, onde são designados como uma classe de camponeses sem-terra, dependentes daqueles cujo solo eles cultivavam.

53 Em GROSSBERG, Kenneth Alan. **Japan's Renaissance: The Politics of the Muromachi Bakufu**. Ithaca: The

Isso mostra uma característica muito importante dos *shōen*: sobre uma mesma parcela de terras, incidiam diversos direitos de diferentes detentores. A estes direitos, que também vim até agora chamando de posto ou cargo, dava-se o nome de *shiki* (職), que em verdade, não eram uma coisa nem outra, embora um pouco das duas. Em outras palavras, um *shōen* era “uma propriedade de terra de múltiplas camadas, onde cada camada constituía um oficialato (*shiki*) com responsabilidades, prerrogativas, e privilégios⁵⁴.”

Quanto aos *shiki*, talvez a melhor definição venha de Hall:

Originalmente, uma função ou cargo com benefícios relacionados; posteriormente, o direito a uma fonte de renda designada (com ou sem deveres) sob o título de um “cargo.” A qualidade burocrática (e portanto, temporária) dos *shiki* deu lugar a uma que era privada e permanente, com o posto frequentemente tornando-se hereditário. Muitos detentores de *shiki* podiam conjuntamente “possuir” uma unidade individual de terra. Deste modo, uma única parcela de terra cultivável tinha direitos a usufruto e receita divididos ligados a ela. Cada *shiki* incluía poderes administrativos num nível especificado, e *shiki* inferiores, como o *myōshu shiki*, tornaram-se alienáveis no período Muromachi.⁵⁵

Ressalta-se aí que sobre uma mesma parcela de terra podiam incidir diferentes níveis de *shiki*, e estes estavam organizados em uma hierarquia mais ou menos coesa ao redor do Japão. As classes proprietárias detinham o *honke shiki* (本家職) e *ryōke shiki* (領家式). Não tratavam-se, de modo algum, de residentes do *shōen*, mas, como já aludido, de proprietários ausentes, muitos dos quais tinham enormes portfólios de *shōen*. Nem todo *shōen* possuía um *honke*, sendo o *honke shiki* um posto de garantidor das prerrogativas do *shōen* na Corte. Algumas vezes, aristocratas colocavam grandes instituições religiosas acima de si como *honke* de seus *shōen*, enquanto em outras, por exemplo, eles assumiam a função de *honke* e colocavam algum templo que eles patrocinavam como *ryōke* para administrar a propriedade (muitas vezes um conjunto de propriedades)⁵⁶. Além disso, o *honke* podia ou não receber rendimentos do *shōen*, pois as vezes atuava apenas como um patrono⁵⁷. Para ter uma ideia, os

Cornell East Asia Series, 2000, p. 25-26, *myōshu* é traduzido de modo bastante curioso: “*yeoman-samurai*”; em MASS, 1989, p. 97, são traduzidos como “*smallholders*”. De fato, designações simples, que os ponham ou não como guerreiros escapam. Em CONLAN, 2003, p. 114, é dito que os guerreiros da base, designados como *hyakushō*, buscaram ser chamados por *myōshu* ao longo do séc. XIV. Ser *myōshu* e ser guerreiro, no entanto, não era sinônimo, embora mais e mais os *myōshu* parecem ter integrado o mundo dos guerreiros.

54 PIGGOTT, 2018, p. 4.

55 HALL, John Whitney. Terms and Concepts in Japanese Medieval History: an inquiry into the problems of translation. *The Journal Of Japanese Studies*, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-32, inverno 1983, p. 29.

56 A complexidade existente nos arranjos entre os proprietários é elusiva, devendo ser vista caso a caso, conforme GOODWIN, Janet R. Introduction. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. xxx. O livro contém riquíssimos estudos de caso de Hine-no-shō, Kuroda-no-shō, Ōbe-no-shō, além dos *shōen* em posse do Kōyasan na província de Kii, das estratégias de aquisição de *shōen* adotadas pela família Saionji, e do poder das *nyōin*, mulheres da família imperial com grandes portfólios de *shōen*.

57 HALL, 1983, p. 25.

Kujō, ramo Fujiwara proprietário de Tannowa-no-shō, detinham cerca de 100 *shōen* em 1250, e outro ramo *sekkanke* (摂関家)⁵⁸ dos Fujiwara, os Konoe, era proprietário de 153 *shōen* em 1253⁵⁹.

Abaixo dessa classe proprietária ficava uma classe de oficiais designada coletivamente por *shōkan* (荘官), onde geralmente o *azukari-dokoro* (預所) era o *shiki* mais exaltado, muitas vezes ocupado por um não-residente enviado pelo proprietário. Pelo século XIII outro termo comum para a mesma função é *zasshō* (雑掌). Abaixo dele, comumente encontrava-se o *gesu* (下司), um administrador geral responsável por boa parte dos assuntos do *shōen*. Em alguns *shōen*, as figuras se confundem: há apenas um *azukari-dokoro* que serve como *gesu*, ou apenas um *gesu*. Outros *shiki* ainda existentes em alguns *shōen* incluem, mas não limitam-se a: *sōtsuibushi* (惣追捕使), responsável por questões militares e criminais (muitas vezes prerrogativa do *gesu* ou *azukari-dokoro*), e é claro, o *kumon*, responsável pelos registros do *shōen*, logo abaixo do *gesu*.

Os *myōshu*, também detentores de *shiki*, ficavam logo abaixo dos *shōkan*, e na base da cadeia, o *sakute shiki* (作手職), exercido pelos *sakunin* (作人), cultivadores, foi estabelecendo-se gradualmente, mas é pouco mencionado e possivelmente não era uniforme, nem muito presente no século XIII. Tratava-se do direito permanente de cultivar determinados campos⁶⁰.

Por fim, por fora dessa cadeia, competindo com o *gesu* e *azukari-dokoro*, muitos *shōen* recebiam um *jitō* apontado pelo *bakufu*⁶¹. Os *jitō* recebem enorme má fama na documentação, acusados de todos os tipos de abusos, mas em verdade, os funcionários apontados pelo proprietário também podiam cometer abusos em detrimento de seus superiores ou dos cultivadores e residentes. A diferença é que o proprietário não podia lidar diretamente com o *jitō*, sendo obrigado a recorrer às cortes judiciais do *bakufu*, e a tendência, neste caso, era de longas esperas para um julgamento, onde muito comumente o *bakufu* tentava apaziguar ambos os lados, fazendo com que cada um cedesse um pouco⁶². Os documentos estudados não mostram a presença de um *jitō* em Tannowa-no-shō (com exceção do exemplo escandaloso de

58 No literal, as casas que podiam ocupar os postos de *sesshō* e *kanpaku*, prerrogativa de cinco ramos dos Fujiwara: os Kujō, Ichijō, Nijō, Konoe, e Takatsukasa.

59 PIGGOTT, Joan R. Hierarchy and Economics in Early Medieval Tōdaiji. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 54, nota 21.

60 GOODWIN & PIGGOTT, 2018, p. 469. Ao que tudo indica, o *sakute shiki* apareceu com mais regularidade na segunda metade do século XIV, conforme as comunidades agrícolas passaram a se organizar e buscar auto-determinação. Referências ao direito de cultivadores são extremamente escassas.

61 A questão dos *jitō* é de particular complexidade. Alguns deles, de famílias *gokenin* mais exaltadas, sequer residiam no local, enviando um representante, *jitō-dai*, para agir em seu nome. Não era incomum que *gokenin* que antes eram *gesu* fossem nomeados *jitō* pelo *bakufu*, que no começo confirmou todos os tipos de *shiki* de seus vassallos, mas depois tentou limitar-se ao *jitō shiki* no âmbito dos *shōen*.

62 MASS, 1989, p. 92; HALL, 1966, p. 184-186.

Kaneshige), e parecem indicar um forte controle dos grupos proprietários, o que era comum nos *shōen* de Kinai, dada a proximidade com a capital (em regiões mais distantes, sobretudo Kantō, o poder dos proprietários era muito menor)⁶³.

Seria muito proveitoso se a documentação falasse mais sobre as terras que compunham Tannowa-no-shō, ou seja, o *shōen* de Tannowa, mas além de afirmar que tratava-se de uma propriedade bastante pequena localizada na província de Izumi, nenhum outro detalhe é dado. Com certeza tais documentos existiam. Sua omissão na colagem dos rolos também ajuda a defender a hipótese de que tal corpo documental foi organizado pelos Tannowa, seja para seu engrandecimento, como registro de seus feitos e história, seja para fins de reivindicação judicial em alguma disputa perdida no tempo, ou qualquer caso parecido, e neste caso, preservar documentos que descrevessem o *shōen* em seus pormenores podia simplesmente parecer uma tarefa irrelevante, dado que preservaram o que mais lhes importava, os documentos que confirmavam seus *shiki*.

Na falta de detalhes sobre Tannowa-no-shō, para ilustrar quão complexos podiam ser os arranjos em um dado *shōen*, peguemos como exemplo Ōta-no-shō, *shōen* bastante extenso localizado na província de Bingo, descrito num relatório feito pelo monge Ban'a em 1190. O *shōen* em si tinha uma extensão de terras de 613 *chō* (町)⁶⁴, dividido em duas aldeias principais, *gō* (郷), Kuwabara-kata e Ōta-kata, além de outros bolsões de terras espalhados. Os campos de Ōta-no-shō eram classificados em quatro principais tipos, *kanmotsu-den*, *zōjimen*, *kuji-myōden*, e *joden*. Os *kanmotsu-den* e *zōjimen* em Ōta-no-shō eram sinônimos para propósitos fiscais: pagavam o *nengu*, mas eram isentos do *kuji*; os *kuji-myōden* pagavam tanto o *nengu* quanto o *kuji*; e os *joden* eram isentos de qualquer tipo de tributação, fosse *nengu* ou *kuji*, pois eram campos cujos rendimentos eram reservados para o reparo e manutenção de sistemas de irrigação, manutenção de templos e santuários locais, e sustento de artesãos e outros trabalhadores especializados. Campos que tinham sido destruídos por desastres naturais ou não estavam sendo cultivados, chamados de *kawanari*, também entravam para os *joden*.

Tendo em vista estas classificações, Ōta-no-shō era ainda dividido da seguinte forma: uma área de 70 *chō* era designada como *shōkan-myō*, ou campos para os oficiais do *shōen*, e tais terras eram classificadas como *zōjimen*; uma área de 332 *chō* era designada como

63 PIGGOTT, 2018, p. 5; HARRINGTON, Lorraine F. Social Control and the Significance of *Akutō*. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 228-229. Por muito tempo acreditou-se, inclusive, na superioridade dos guerreiros de Kantō, “local de nascimento dos samurais”, algo questionado atualmente. De fato, no entanto, Kantō e Kinai sempre constituíram regiões diferentes em termos econômicos, organizacionais, e políticos.

64 1 *chō* era equivalente a 2,94 acres, ou cerca de 11.900m². Ōta-no-shō, portanto, teria uma área de aproximadamente 1802 acres, ou cerca de 7,29km², ignorando a parte não consolidada do *shōen*, como explicado no texto.

hyakushō-myō, terras dos cultivadores, classificadas como *kuji-myōden*; uma área de 12 *chō* era classificada como *tsukada*, de intensa exploração do proprietário. Nesta área os cultivadores recebiam sementes e alimento, mas pagavam um *nengu* exorbitante (perto do dobro do *nengu* regular). Por último, de fora da contabilização oficial da área de Ōta-no-shō, mas ainda assim parte deste, uma área de 116 *chō* era designada como *mura-mura bessakuden*, terras em processo de abertura para o cultivo, que ainda estavam fora do sistema de *myō*, localizadas em vales e terreno montanhoso, classificadas também como *zōjimen*, como forma de incentivar seu desenvolvimento⁶⁵.

Em suma, dentro do modelo de Estado Corporativista Complexo, a hierarquia dos *shiki* é claramente parte integral das corporações verticais⁶⁶. Os *shōen* são um microcosmo do próprio conceito de Estado Corporativista Complexo.

Como nota final, pelo século XII as terras que compunham o *kokugaryō* eram administradas seguindo estes mesmos preceitos, adotando cada vez mais a organização dos *shōen*. Estima-se também que por meados do século XII, mais da metade das terras cultiváveis em boa parte do Japão eram compostas por *shōen*⁶⁷.

1.2.2. O caso de Kaneshige

É dada a hora de retroceder brevemente no tempo e examinar dois documentos curiosos anexados ao rol de documentos familiares dos Tannowa, ambos dizendo respeito à problemática e misteriosa figura de Kaneshige.

O que ocorre é que Kaneshige, então *gesu* de Tannowa-no-shō, tinha originalmente direito a um *kachō* (加徴) de dois *shō* (升) por *tan* (反) de terra, ou seja, 1,44 litros de arroz por 11.900m² de terra cultivada, sendo o *kachō* uma sobre-taxa muito comumente ligada aos *shinpo jitō* (新補地頭)⁶⁸, designação dada aos *jitō* nomeados pós-Guerra Jōkyū. A próxima passagem é de difícil interpretação, e os tradutores apresentam outras duas interpretações além da dada por eles na versão usada para a redação deste trabalho. Segundo a interpretação que eles apresentam, em algum momento, um Kujō que ocupava a função de *azukari-dokoro* em Tannowa-no-shō aumentou os rendimentos de Kaneshige em 3 *shō* por *tan*. Kaneshige é acusado de estar atrapalhando a coleta do *nengu*, e de pretender aumentar seu *kachō* para 5 *shō* por *tan*, o que seria correspondente à taxa cobrada pelos *jitō*. Fora isso, ele parecia estar em conluio com o tal Kujō que serviu de *azukari-dokoro*, pois este também estava

65 ŌYAMA, 1990, p. 102-105.

66 BERRY, *op. cit.*, p. xxxi.

67 PIGGOTT, 2018, p. 7-8.

68 HALL, 1966, p. 183. O *kachō* dos *shinpo jitō*, não à toa, é de 5 *shō* por *tan*.

intrometendo-se na administração de Fujimatsu-myō, dentro de Tannowa-no-shō, e estas prerrogativas cabiam ao novo *azukari-dokoro* (ou seja, em um momento indeterminado anterior à data do documento ele foi removido do cargo). Toda esta caótica situação leva o *mandokoro* de Zenjō, o responsável pela administração de Tannowa-no-shō naquele momento, a redigir instruções aos *satanin* de Tannowa-no-shō para que ponham fim aos abusos de Kaneshige⁶⁹.

Interpretando o documento, parece que a porção concedida a Kaneshige pelo Kujō que serviu de *azukari-dokoro* não era oficialmente reconhecida pelas autoridades atuais, e quando cita-se que ele pretende aumentar seu *kachō* para 5 *shō* por *tan*, é fácil concluir que ele buscava nada mais que a oficialização deste rendimento extra dado no passado, e agora disputado. Em suma, ele queria tornar-se um *jitō* por seus próprios meios.

O mesmo documento revela que ele era *gokenin*, e que de acordo com uma ordem anterior do *bakufu*, ele foi nomeado *gesu* de Tannowa-no-shō, e para ele deviam ser reservados quatro *tan* de arrozais dos quais tiraria seus rendimentos. Fora isso, ele não deveria intrometer-se noutros assuntos. Ou assim afirmam os representantes do proprietário de Tannowa-no-shō. Tal documento, o primeiro apresentado nos cinco rolos dos Tannowa, é de 1228.

Seria útil se mais detalhes fossem dados sobre Kaneshige. Não é possível, por exemplo, saber a que família ele pertencia. As injunções para que os *satanin* locais cuidassem dos problemas causados por ele, no entanto, parecem não ter levado a nada. Em verdade, pelo contrário, a situação piorou, e ele de fato consolidou-se como *jitō* de modo autogênico e irregular. Isto porque em 1234 surge um novo documento, ordenando que de *jitō* ele fosse novamente revertido para *gesu*, uma vez que ele se auto-declarou *jitō* e cometeu uma série de abusos no processo⁷⁰. A ordem agora vem novamente com amparo do *bakufu* (um documento do *bakufu* é mencionado), mas desta vez é emitida pelo *mandokoro* do ex-*sadaijin*, Kujō Yoshihira, quem sabe carregando mais peso que antes. Novamente, no entanto, trata-se de uma injunção aos *satanin hyakushō* para que estes agissem de acordo com o ordenado.

Sobre os *satanin hyakushō*, cabe um breve comentário. O termo *hyakushō*, muitas vezes utilizado para designar camponeses, designava também os guerreiros que não eram *gokenin*. Ao longo do século XIII, no entanto, eles foram optando cada vez mais por identificar-se por *myōshu*. *Satanin hyakushō* dizia respeito a guerreiros não-autônomos, sem laços com o *bakufu*, e que com o tempo foram sendo referidos por *satanin myōshu*⁷¹.

⁶⁹ Documento 1.1, p. 130-131.

⁷⁰ Documento 1.2, p. 131.

⁷¹ CONLAN, 2003, p. 119-121.

Embora eu tenha apresentado minhas razões para duvidar da presença dos Tannowa em Tannowa-no-shō antes da nomeação de Shigemoto, caso eu esteja errado, eles poderiam muito bem integrar tais *satanin hyakushō*. Mais uma vez, no entanto, ficamos sem respostas claras. O próprio caso de Kaneshige é um mistério, pois nada mais a seu respeito é mencionado posteriormente, o que nos leva a crer que a situação foi solucionada. No entanto, não sabemos como ou por quem, e nem mesmo podemos afirmar com certeza se este foi o caso. Da mesma forma, continuamos às cegas quanto à razão que levou os Tannowa a anexarem tais documentos. Talvez a mais segura das conjecturas, ou mesmo a única possível sem amparo documental extra, é que o fizeram para explicar condições anteriores à sua nomeação e entrada em Tannowa-no-shō, e condições possivelmente ligadas a tal nomeação, mas cuja ligação é até então irrecuperável.

1.2.3. As reconfirmações de Tachibana Shigemoto: hipóteses

Voltemos agora a Tachibana Shigemoto. Como vimos, sua nomeação ao *kumon shiki* de Tannowa-no-shō data de 1237. Ocorre que em 1249 ele é renomeado como *kumon*. As circunstâncias aqui, embora obscuras, não deixam de ser interessantes: quem o renomeia não é nenhum funcionário direto dos Kujō, mas o *mandokoro* de um sub-templo desconhecido, Kengyōhōin, aparentemente localizado nas premissas de outro templo desconhecido, Seion'in (*in*⁷² tende a caracterizar um claustro, geralmente nas premissas de um templo maior, ou afiliado a um templo maior). Além disso, tal *mandokoro* aparenta renomeá-lo à revelia do proprietário, que no documento é designado como *honke*. O órgão o reaponta sob os argumentos de que Shigemoto não foi de modo algum negligente em suas funções, e que seria arbitrário da parte do proprietário revogar um *shiki* hereditário sem uma razão clara, explicitando, em favor de Shigemoto, que isto ia contra precedentes (*senrei* 先例) e costumes não-escritos (*bōrei* 傍例)⁷³. O que claramente aconteceu foi uma mudança na administração direta do *shōen*. O Documento 1.1 foi emitido pelo *mandokoro* de um tal de Zenjō (nome monástico de algum aristocrata, pois o mesmo detinha Segundo Grau Inferior da Corte, grau bastante elevado), e data de 1228. O Documento 1.2, de 1234, vem do *mandokoro* de Kujō Yoshihira (1284-1240), filho do famoso Kujō Kanezane (1149-1207), fundador do ramo Kujō dos Fujiwara. Kujō Yoshihira estava no auge de sua carreira na Corte, tendo ocupado o posto de *sadaijin* (左大臣)⁷⁴ entre 1227 e 1229, e o posto mais alto da Corte em termos de prestígio,

72 SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 745: *in* 院 “cloister; Retired Emperor”. Em outros glossários, também designa templos imperiais, ou unidades de terra como Iriki-in.

73 Documento 1.4, p. 132.

74 O topo da burocracia *ritsuryō* era encabeçado pelo *sadaijin* (Ministro da Esquerda) e *udaijin* (Ministro da

o de *daijō daijin* (太政大臣)⁷⁵, entre 1238 e 1239, entrando para o sacerdócio budista neste mesmo ano (um ano antes de sua morte).

É possível que o tal Zenjō fosse um Kujō, e fosse o proprietário em 1228, ou talvez o *shōen* já fosse de posse de Yoshihira, e Zenjō fosse um funcionário atuando em seu nome. Da mesma forma, o fato de Yoshihira ter entrado para a vida monástica em nada o impedia de seguir com os assuntos seculares: era extremamente comum que aristocratas, e também guerreiros, entrassem em maior ou menor grau para a vida monástica a certa altura da vida, mas a maioria continuava vivendo normalmente, assumindo geralmente a designação de *nyūdō* (入道)⁷⁶. Como, no entanto, Yoshihira faleceu em 1240, o *shōen* passou para outro proprietário, cuja identidade não é dita, embora Tannowa-no-shō tenha continuado nas mãos dos Kujō até pelo menos o fim do século XIV.

Portanto, o que parece ter ocorrido é que o *honke* administrava Tannowa-no-shō diretamente, por meio de um funcionário (Zenjō) e quando preciso, pessoalmente (Kujō Yoshihira), mas em determinado momento decidiu delegar maior liberdade administrativa (possivelmente na forma de *ryōke shiki*) a terceiros para cuidar dos assuntos de Tannowa-no-shō. Tais arranjos eram comuns⁷⁷, especialmente quando lidando com templos patrocinados ou fundados pelos proprietários. De todo modo, o novo proprietário quis remover Shigemoto de sua posição, e pelo que o documento deixa a entender, foi bem sucedido por um curto espaço de tempo, embora posteriormente tenha perdido a disputa para o templo que atuava como administrador.

As razões possíveis para a remoção de Shigemoto são diversas. Talvez Shigemoto tenha cometido algum tipo de insubordinação. Há numerosos exemplos de funcionários removidos por abusarem de suas prerrogativas⁷⁸, e Shigemoto não contava com o amparo do *bakufu* para atuar como escudo jurídico. No entanto, embora caiba questionar a fonte, o Documento 1.4 é claro: ao menos do ponto de vista do subtemplo responsável, Shigemoto nunca faltou com suas funções. Obviamente, se ele contasse com algum aliado ou protetor no templo em questão e tivesse cometido algum ultraje documentado, este não seria anexado no

Direita), o primeiro sendo de posição ligeiramente mais elevada que o segundo.

75 Acima do posto de *sadaijin*, em prestígio comparável ao posto de *sesshō* e *kanpaku*, ficava a exaltada posição de *daijō daijin*, título de primeiro grau de corte, geralmente traduzido por “primeiro-ministro”, “chanceler”, ou “ministro-supremo”.

76 GOODWIN & PIGGOTT, 2018, p. 468. Traduzido por vezes como “monge leigo”, alguém que toma votos monásticos mas permanece em sua residência.

77 Ver, por exemplo, o caso de Arakawa-no-shō, onde Hachijō-in confia a administração do *shōen* ao templo Kongōbuji, em KAWAI, Sachiko. *Nyoin Power, Estates, and the Taira Influence: trading networks within and beyond the archipelago*. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 306-307.

78 Cf. MASS, 1976, p. 52 (doc. 30), p. 58 (doc. 37), p. 122-123 (doc. 97).

rol documental familiar.

Também é possível que ou o novo proprietário tivesse alguma diferença pessoal com Shigemoto, ou simplesmente tivesse um preferido seu que gostaria de beneficiar com o *kumon shiki* de Tannowa-no-shō. De todo modo, mais uma vez temos que lidar com conjecturas possíveis, dada a falta de informações presentes nos documentos. Como já dito, porém, o proprietário falha, mostrando que a balança de poder pendia para o templo administrador, e servindo como exemplo para os limites do poder das classes proprietárias, posto que em 1249 Shigemoto é reconfirmado como *kumon*, exemplificando exatamente o tipo de mudanças no balanço de poder das corporações verticais aludidas por Mary Elizabeth Berry na caracterização do Estado Corporativista Complexo.

No entanto, outra reviravolta ocorre: em 1262 Shigemoto tem seu *kumon shiki* reconfirmado em outro documento, desta vez sem implicar que ele, em algum momento entre 1249 e 1262, tenha sido novamente removido. Todavia, o documento é claro ao dizer que ele é renomeado, *como antes*, como *kumon* da *parte leste* de Tannowa-no-shō⁷⁹. Além disso, o templo que emitiu o Documento 1.4 não foi o emissor do Documento 1.5, sendo este emitido por um Fujiwara desconhecido, que provavelmente tornou-se encarregado da administração geral de Tannowa-no-shō entre as datas de emissão do Documento 1.4 e do Documento 1.5.

Novamente, só resta recorrer a especulações: se houve por parte de Shigemoto algum desentendimento com o proprietário, isso pode ter sido resolvido com uma diminuição de sua jurisdição. Não parece plausível crer que o *bakufu* tenha apontado um *jitō* para a propriedade (algo que poderia diminuir a jurisdição de Shigemoto), pois nenhum é mencionado posteriormente. É possível que o próprio proprietário tenha colocado algum outro funcionário que tomou prerrogativas de Shigemoto. Desta vez, no entanto, o documento não justifica sua renomeação (até porque ele não foi explicitamente removido e renomeado, como no caso anterior), mas parece razoável afirmar que quaisquer razões para a diminuição de sua esfera de influência, muito provavelmente documentadas na época, não teriam espaço numa coleção de documentos dos próprios Tannowa. Evidentemente, a referência de “reconfirmado, como antes” dá a entender que não só sua perda de jurisdição sobre a parte oeste foi anterior ao Documento 1.5, como também foi muito provavelmente documentada.

As incursões cometidas pelos *jitō* nas prerrogativas de seus superiores levavam os proprietários a recorrer ao *bakufu*, e isto gerava, como já vimos, longos processos. Os proprietários, por sua vez, encontraram outra forma de lidar com estes problemas, os chamados *wayo* (和与), geralmente na forma de *ukeshō* (請所) e *shitaji chūbun* (下地中分).

⁷⁹ Documento 1.5, p. 132.

Estes *wayo* eram acordos formalizados e juridicamente reconhecidos, firmados diretamente entre os proprietários e os administradores locais. No caso do *ukeshō*, o proprietário dividia a terra, e o administrador tornava-se proprietário de uma parcela, mas era completamente removido de suas atribuições na porção que ficava com o proprietário original. No caso do *shitaji chūbun*, nenhuma divisão era feita, e o oficial em questão não tornava-se proprietário de nada. No entanto, normas como cotas a serem pagas eram estabelecidas entre ele e o proprietário, sob a condição de que fosse vedada toda e qualquer intervenção do proprietário e seus agentes no *shōen*, dando enorme poder ao agente beneficiado⁸⁰.

Teria Shigemoto entrado em algum tipo de *wayo*? Como já dito, um grande problema da historiografia é focar muito nos vassalos do *bakufu* ao estudar a documentação deste período. Não é possível afirmar com precisão se os *wayo* constituíam uma prática comum entre aqueles que não contavam com a proteção jurídica do *bakufu*. No entanto, um agente local poderoso e influente o suficiente poderia ser capaz de conseguir um arranjo similar, pois as classes proprietárias eram totalmente dependentes das elites locais, e a esta altura, Shigemoto já estava instalado em Tannowa-no-shō há vinte e cinco anos, tempo o suficiente para consolidar algum nível de poder regional. De todo modo, não é citado em lugar algum um *shitaji chūbun* ou *ukeshō*, e raros são os casos onde o *wayo* diminui o poder do oficial residente. Isso não impede que Shigemoto tenha feito algum tipo de acordo, mesmo às custas de parte de sua jurisdição, possivelmente utilizando-se do poder que muito provavelmente angariou ao longo dos, pelo menos, vinte e cinco anos que esteve estabelecido na região.

Há, é claro, hipóteses não-litigiosas entre Shigemoto e o proprietário. Como já dito, talvez o proprietário tivesse que beneficiar outro funcionário, e a saída foi diminuir a esfera de atuação de Shigemoto. Quem sabe algum outro poderoso local tenha rivalizado-o, e criado tensão o suficiente para que o proprietário intervisse, sem nenhum descrédito para Shigemoto. Por último, o *shōen* pode ter sido expandido, mas projetos de ampliação eram onerosos e demorados.

No fim das contas, o silêncio documental, e sua cautelosa seleção, parecem esconder algo. Talvez Shigemoto não tenha sido responsável por nenhum ultraje, mas os documentos permitem afirmar que ele não parecia estar nas graças do proprietário, e algum tipo de fricção deve ter ocorrido para justificar tanto sua remoção em algum momento entre 1237 e 1249, quanto a diminuição de sua jurisdição em algum momento entre 1249 e 1262. Ele, como a grande maioria dos funcionários residentes ao redor do Japão, provavelmente buscava vias

80 MASS, 1990, p. 85-86. Os documentos 117-130 em Idem, 1976, p. 141-152 são todos exemplos de *wayo*.

para aumentar seus rendimentos e consolidar sua posição e seu poder no local. Sua sobrevivência dependia disso. Tannowa-no-shō, no entanto, pelo pouco relatado a seu respeito, não parece ter sido um *shōen* que dava grandes margens para engrandecimento, e por menos conflituosa que fosse a via buscada por ele, provavelmente o colocaria em colisão com o proprietário. Adversidades a parte, os Tannowa prosperariam em Tannowa-no-shō, mesmo sendo agora *kumon* apenas da parte leste do *shōen*.

1.3. De Shigemoto a Kinnara

Daremos um salto no tempo em 36 anos, para o ano de 1298. Este é o próximo documento que temos, e trata-se da nomeação de Kinnara ao *kumon shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō. Antes de tratar do documento em si, por sinal bastante breve, farei algumas considerações.

Como já vimos, Shigemoto foi nomeado *kumon* de Tannowa-no-shō pela primeira vez em 1237. Também ocorre de ele estar vivo até 1262, ano em que ele é reconfirmado *kumon* pela última vez nos registros disponíveis. Uma estimativa generosa seria que ele assumiu o posto com uma idade mínima de 20 anos, digamos entre 20 e 30 anos de idade. Assim, em 1262, ele teria entre 45 e 55 anos de idade. Em 1298, seguindo estas estimativas bastante razoáveis, ele teria entre 81 a 91 anos de idade. Embora seja possível, parece pouco provável que Shigemoto tenha vivido até tal data. Isso indica a possibilidade de a documentação ter pulado uma geração entre Shigemoto e Kinnara. Sabe-se que Kinnara era um Tannowa, mas também nada é dito sobre seu grau de parentesco com Shigemoto. Adiante comentarei sobre a sucessão nas casas guerreiras no século XIII, por ora assumiremos tratar-se de seu filho ou neto.

De todo modo, Kinnara é nomeado *kumon* da parte leste de Tannowa-no-shō em 1298, e as ordens são sucintas, e não diferentes dos demais *honinjō* que foram apresentados até agora: é avisado aos residentes que não deve haver distúrbios, e que Kinnara deve calcular o *nengu* e o *kuji* devidos ao proprietário, e não ser negligente no exercício de suas funções⁸¹.

Se até agora o papel dos Tannowa como guerreiros é incerto, isso muda completamente no início do século XIV, quando maior clareza também começa a surgir, pelo fato de o período ser muito mais bem documentado.

Antes de passar para os próximos documentos, no entanto, aproveito para comentar sobre a sucessão de propriedades e organização familiar dentre as casas guerreiras, pois tais fatores certamente influenciaram os Tannowa e o modo pelo qual eles se organizaram nos

81 Documento 1.6, p. 133.

séculos XIII e XIV.

1.3.1. Transmissão de propriedade e organização familiar dos *buke* no século XIII

Nos documentos analisados, não há nenhum documento de transmissão de propriedade, apenas, mais adiante, um documento que alude a um litígio entre membros da família Tannowa no século XIV. De fato, dos Documentos Tannowa, poucos servem para traçar o parentesco dos envolvidos. Do que será dito aqui, entretanto, muito certamente aplicava-se aos Tannowa, posto que eram práticas que, mesmo quando surgidas entre os vassallos do *bakufu* (grupo ao qual os Tannowa ainda não pertenciam), tornaram-se corriqueiras entre os provinciais em todo o Japão, adotadas largamente pelas famílias guerreiras. O próprio Jeffrey Mass, único em língua inglesa a fazer um estudo extensivo das práticas de transmissão de propriedade e organização familiar dos guerreiros no período Kamakura, deixa claro que quando haviam diferenças nestas práticas, elas davam-se entre capital e províncias, centro e periferia, e que qualquer exceção à regra seria fruto de condições extremamente particulares⁸². Ou seja: enquanto os *shōen* caracterizavam-se pela sua falta de regularidade, a transmissão de propriedade e organização familiar dentre os guerreiros era bastante uniforme. No entanto, algumas particularidades das quais tratarei neste item excluía os Tannowa até então, pois eram reservadas àqueles que eram ligados ao *bakufu*. Ainda assim, é importante conhecer estes detalhes, pois os Tannowa em breve viriam a fazer parte deste grupo, e algumas destas práticas teriam continuidade no século XIV.

O primeiro ponto a ressaltar é que, ao contrário da crença comum, os ditos “clãs” eram na verdade nada mais que “agregados de unidades heterogêneas e geralmente não-interativas, e de modo algum a soma de suas separadas partes.”⁸³ Não à toa, muitos Taira juntaram-se aos Minamoto contra seus supostos parentes na Guerra Genpei, e Yoritomo teve, ele próprio, que enfrentar tios, primos, e irmãos⁸⁴. As famílias funcionavam melhor em unidades discretas, mas ramos diferentes podiam cooperar em tempos de estabilidade⁸⁵.

O sistema de organização familiar que desenvolveu-se e predominou dentre os guerreiros no século XIII é chamado de sistema *sōryō* (惣領), onde o pai, e não o *bakufu*, designava o herdeiro que seria o *sōryō*, líder da família, que era também o *chakushi* (嫡子), herdeiro principal, o qual ficava com os documentos familiares, incluindo os testamentos,

82 MASS, 1989, p. 5.

83 Ibidem, p. 26.

84 Ibidem, p. 26, 37.

85 Ibidem, p. 37.

confirmações, veredictos judiciais, e quando fosse o caso, genealogias e afins, assim como os estandartes familiares, armaduras, e armas, a principal residência paterna, o principal *shiki* paterno, e as parcelas que compunham o *honryō* (本領), “terra ancestral”, conceito que ganhará mais e mais importância dentre os guerreiros no século XIV. Todos estes eram símbolos do poder do *sōryō*, mas o filho só os recebia depois da morte do pai⁸⁶. Na teoria, o *sōryō* tinha o poder de comandar os familiares para serviço militar em tempos de guerra, e serviço de guarda em tempos de paz, e ele também era o chefe religioso da família, podendo servir como *kannushi* (神主), sacerdote do santuário familiar. Cabia também ao *sōryō*, quando *gokenin*, a coleta familiar do *onkuji* (御公事), tributo devido ao *bakufu*. Na prática, no entanto, o poder do *sōryō* era forte sobre seus herdeiros, mas não sobre seus co-herdeiros, e com o tempo, e identificação do ramo do *sōryō* com o *honryō*, co-herdeiros de famílias grandes e poderosas, com *shiki* espalhados por regiões dispersas, passaram a estabelecer-se em outros locais, de acordo com os ditames de suas heranças, e adotar outros sobrenomes⁸⁷. Vale lembrar que algumas famílias guerreiras possuíam inúmeros *shiki* espalhados pelo Japão, e neste caso, estas famílias muitas vezes deram origem a várias outras. Com a multiplicação de famílias, veio também a multiplicação de *sōryō*, alguns sujeitos a outros, nominalmente ou não⁸⁸.

Quanto ao modo de transmissão de propriedades, predominava a herança partilhada, inclusive para filhas e esposas, e os herdeiros e herdeiras herdavam tanto do lado paterno quanto materno, quando a mãe tinha posses a transmitir. No caso das mulheres, no entanto, muitas vezes a herança vinha com certas limitações: para viúvas, por exemplo, geralmente vinha sob a condição de que elas não contraíssem novo matrimônio, e se este fosse o caso, revertia geralmente para um filho. Para mulheres como um todo, ocasionalmente vinha com a limitação de durar até o fim de sua vida, voltando então para os irmãos/filhos ou herdeiros destes, sem que elas pudessem legar. Os *shiki*, a princípio indivisíveis por natureza, pelo século XII passaram a ser partilhados. O *jitō shiki* demorou um pouco mais, só começando a ser regularmente partilhado a partir de 1209 (antes de 1205, este sequer era hereditário)⁸⁹. Isto gerava *shiki* como “meio-*jitō*”, “meio-*gesu*”, e assim por diante. O *bakufu*, no geral, não intrometia-se na herança de seus vassalos, mesmo quando tratando-se dos cobiçados *jitō shiki*. O que ocorria era uma verdadeira tirania paterna, onde pais mantinham os filhos sob constante escrutínio, e estes ficavam sempre sob risco de serem excluídos da herança. O título de

86 Ibidem, p. 58, 80-81.

87 Ibidem, p. 82-83, 85-88.

88 Ibidem, p. 68.

89 Ibidem, p. 43-50, 70-71, 77-78, 89.

chakushi, antes quase sinônimo de primogênito, passa a designar o herdeiro principal, que podia muito bem não ser o filho mais velho. Era muito comum que pais fizessem vários testamentos ainda em vida, muitas vezes mudando disposições de testamentos anteriores.

Tais documentos eram enviados ao *bakufu*, que os aprovava, mas litígios tornaram-se frequentes tanto em casos de primogênitos deixados de lado em favor de filhos mais novos, quanto em casos de pais que deixaram muitos documentos (pois os filhos que eram prejudicados em documentos posteriores entravam com processos nas cortes do *bakufu* acusando tais documentos de serem ilegítimos, e usando a seu favor testamentos anteriores, que os beneficiassem). Disputas também ocorriam em casos de pais que morriam sem deixar testamento⁹⁰. A estratégia que o *bakufu* passou a adotar foi de fazer os litigantes esperarem longos períodos de tempo, de modo a tentar fazê-los chegar a um acordo por si só, um *wayo*⁹¹. É claro, pais também desenvolviam estratégias para tentar mitigar disputas entre os filhos depois de sua morte, como testamentos individuais para cada herdeiro assinado por todos os demais, com injunções de obediência ao *chakushi*, e no testamento desse, de respeitar as propriedades dos irmãos⁹².

Depois das invasões mongóis de 1274 e 1281, as coisas começam a mudar. Muitas famílias guerreiras ficaram empobrecidas e endividadas, por vezes liquidando parte de seus *shiki* e propriedades. Isto era fruto tanto do sistema de herança partilhada como das exigências feitas pelo *bakufu* na ocasião das invasões mongóis⁹³, tópico a ser brevemente tratado no capítulo seguinte. O resultado disso foi uma diminuição cada vez maior das transmissões para mulheres, encorajada pelo *bakufu* para manter o esforço de guerra em alta, e a gradual difusão de uma prática até então muito pouco adotada, a da unigenitura. O próprio *status* de *gokenin* passou a ser não mais uma prerrogativa meramente de prestígio e ancestralidade, mas de serviço, posto que o *bakufu* arrogou para si o direito de convocar guerreiros não-vassalos para combater os mongóis a partir de 1274. Espalhou-se também a prática de venda de títulos de *gokenin*, algo que por mais que o *bakufu* tenha tentado coibir, seguiu ocorrendo⁹⁴. Apesar de todas estas mudanças, no entanto, a unigenitura continuou a ser prática minoritária pelo fim do século XIII e início do XIV, e da mesma forma, mulheres continuaram a receber heranças de seus pais e esposos⁹⁵. O século XIV marcaria o grande declínio de poder e autonomia

90 Ibidem, p. 74-75, 88.

91 Ibidem, p. 92.

92 Ibidem, p. 74-75.

93 Ibidem, p. 94.

94 Ibidem, p. 94-102, 107-109.

95 Em FARRIS, William Wayne. **Japan to 1600: A Social and Economic History**. Honolulu: Hawai'i University Press, 2009, p. 158, cita-se que por 1450, a maioria dos samurais praticava a unigenitura, mas que algumas vezes filhas herdavam parcelas durante sua vida; em IKEGAMI, Eiko. **The Taming of the**

feminina no Japão⁹⁶, e veria um caminhar em marcha progressivamente acelerada em direção à transmissão por unigenitura.

Dito tudo isto, onde os Tannowa se encaixam? Primeiramente, em todos os documentos, nenhuma menção é feita às mulheres da família, o que é lastimável para o presente estudo. Em segundo lugar, eles até então não eram vassalos do *bakufu*, o que não impedia que seguissem a mesma forma de organização familiar que predominava entre as famílias guerreiras, o sistema *sōryō*. Não fosse pelo fato de o próprio Shigemoto, primeiro dos Tannowa, ter numa reconfirmação sido nomeado *kumon* apenas da parte leste de Tannowa-no-shō, seria plausível pensar que a outra parte foi dada a um herdeiro secundário. Os Tannowa, no entanto, tinham até então apenas o *kumon shiki*, o que por si só não significa que eles tivessem pouco poder, riqueza, ou influência. Se pegarmos Ōta-no-shō como exemplo, o (ou os) *kumon* tinha cinco *myō*, totalizando 16 *chō*, uma área de 190.400m². No entanto, Tannowa-no-shō era muito menor que Ōta-no-shō, e depois de 1262, os Tannowa tornaram-se *kumon* apenas da parte leste, o que muito provavelmente os impactou economicamente. Os recursos aos quais eles teriam direito, caso fossem vassalos do *bakufu*, estavam fora de seu alcance. Do contrário, o *bakufu* poderia intervir e impedir a diminuição de seu *shiki* (a princípio, o *bakufu* lidava apenas com o *jitō shiki*, mas depois da década de 1220, ele passou a intervir em disputas de outros *shiki* em favor de seus vassalos)⁹⁷. Da mesma forma, não era o *bakufu* que reconhecia os testamentos dos Tannowa. Muito provavelmente o proprietário de Tannowa-no-shō tinha este papel, embora como já visto, a hereditariedade do *kumon shiki* estava fora do alcance até mesmo do proprietário. A validação dos testamentos, portanto, provavelmente não era mais que uma mera formalidade, não diferente do que ocorria com os vassalos do *bakufu*.

Como uma última nota, a tradição ditava a predominância da transmissão linear desde o período Heian. Na falta de um filho, um neto, uma filha, só na ausência de herdeiros lineares é que recorria-se a herdeiros laterais. No entanto, para o fim do século XIII, passou-se a preferir legar sobrinhos ou outros parentes laterais que transmitir propriedades a uma filha. A adoção era amplamente difundida, e não diminuía em nada o *status* do herdeiro, nem a

Samurai: Honorific Individualism and the Making of Modern Japan. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p. 126, fala-se que a unigenitura tornou-se prática predominante no século XV. Para exemplos da continuidade de herança partilhada e transmissão a mulheres durante o século XIV, ver MASS, 1989, p. 272-273 (doc. 135), p. 278-279 (doc. 140), p. 285-287 (docs. 144-146), p. 287 (doc. 147), p. 289-290 (doc. 149).

96 Sobre este tópico, cf. TONOMURA, Hitomi. Re-envisioning Women in the Post-Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century.** Stanford: Stanford University Press, 1997.

97 MASS, 1989, p. 68.

legitimidade da transmissão⁹⁸. Portanto, Kinnara não necessariamente é um descendente linear de Shigemoto, mas na falta de qualquer indício em contrário, assume-se que sim.

1.3.2. Tannowa Shōen: eram os Tannowa Guerreiros?

Em algum momento entre o quinto e sexto mês de 1333, Tannowa Gorō Shōen recebeu uma missiva. Estimo esta data, pois a carta em si data de 11-5-1333, e o remetente estava nas proximidades: tratava-se de uma convocação de Ashikaga Takauji, um dos principais generais encarregados de esmagar a rebelião de Go-Daigo *tennō*, que então, próximo da capital, decide trair o *bakufu* e juntar-se à causa imperial. A carta, como toda *chakutojō*, é muito sucinta. O *gokenin* de Izumi, Tannowa Shōen, deveria apressar-se para a frente de batalha e prestar serviço militar. A carta foi assinada como recebida e enviada ao órgão competente, para ser monogramada por Ashikaga Takauji tomando nota da confirmação⁹⁹.

No entanto, não foi nestas circunstâncias emergenciais que os Tannowa tornaram-se *gokenin* do *bakufu*, que por sinal ajudariam a derrubar. Sua investidura deu-se pelas liberdades surgidas em decorrência das invasões mongóis. Num dos documentos não traduzidos, o Documento 3.4, de 1324, Tannowa Shōen é convocado pelo *shugo* (守護)¹⁰⁰ de Izumi para reparar um dique de irrigação. O serviço prestado ao *bakufu* o torna *gokenin*, como explica Thomas Conlan¹⁰¹. Na verdade, esta é a primeira data documentada em que os Tannowa são reconhecidos como *gokenin*, salvo a possibilidade de terem tornado-se *gokenin* anteriormente e não ter sobrevivido documentos que apresentassem esta mudança de *status*.

Se até então não era possível comprovar que os Tannowa eram guerreiros, ou mesmo que antes não fossem – o que considero improvável – agora eles eram indiscutivelmente parte dos *buke*, e suas atividades no século XIV atestam seu alto grau de envolvimento na guerra. Não só isso, mas agora eram indiscutivelmente *gokenin* do *bakufu*.

98 Ibidem, p. 25, 72-73, 101-102.

99 Documento 3.5, p. 138-139.

100 Enquanto os *jitō* eram guerreiros recompensados com cargos em *shōen*, os *shugo* eram recompensados com a chefia militar de uma província. No entanto, apresentar a questão deste modo é um tanto enganoso: seus poderes eram limitados a questões ligadas ao *bakufu*, especialmente à supervisão dos *gokenin* de sua província, e o cargo não era remunerado. Os *shugo* viriam a mudar de caráter no século XIV, durante o segundo *bakufu*, e tornar-se, de fato, os senhores de suas províncias.

101 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

2. OS TANNOWA EM UM MUNDO DIVIDIDO: AS GUERRAS GENKŌ E NANBOKUCHŌ

É da senda do sol matinal que, sem mau intento, roube das persistentes estrelas sua radiância. Do mesmo modo, nos shōen da terra, os jitō crescem em poder; e os proprietários enfraquecem, muito embora os militares de modo algum busquem desonrar a Corte. Igualmente nas províncias, os shugo são respeitados, enquanto os governadores provinciais são tratados levemente. Ano após ano, a Corte declina; dia após dia, os guerreiros florescem. (Taiheiki, Livro I)¹

O trecho acima, no início do *Taiheiki*, expressa com maestria as ansiedades da aristocracia. Embora exagerado para os tempos precedentes, previa com alguma exatidão as condições futuras: o século XIV marcaria de uma vez por todas o declínio dos poderes tradicionais, e a ascensão dos guerreiros ao mando do Japão. Tal trecho, no entanto, diz respeito a condições anteriores, que em última instância, levariam a Corte Imperial a rebelar-se contra o *bakufu*, derrubá-lo, e instaurar um regime de governo imperial direto. Este regime, muito bem exemplificado pelo trecho acima, buscava retomar um estado de coisas anterior à ascensão dos guerreiros e ao governo diárquico gerado pela política *kōbu*. Isto colocaria o novo regime, inaugurado por Go-Daigo *tennō*, em confronto direto com os guerreiros que ele tentava desalojar e subordinar, “pôr em seu lugar”, restaurando um estado de coisas já irreversível. Em última instância, isto ajudou a levar o Japão a uma guerra civil de sessenta anos, e à fundação do segundo *bakufu* por Ashikaga Takauji.

Este capítulo tem como um de seus temas centrais a guerra, em especial, a Guerra Genkō (1331-1333), que levou à derrubada do primeiro *bakufu*, e a primeira metade das Guerras Nanbokuchō (1336-1392), parando pelo meio do século XIV, quando o próprio *bakufu* há pouco instaurado enfrentou cismas irreparáveis. Os Tannowa, aqui, comprovam seu papel como guerreiros, pois foram parte ativa de ambos os conflitos.

Para entender tais conflitos, no entanto, é necessário entender quais condições permitiram a derrubada dos Hōjō. O que havia mudado, da Guerra Jōkyū, mais de um século antes, para a Guerra Genkō? Por que Go-Toba fracassou e Go-Daigo foi bem-sucedido? Caberá também entender o que levou-o a fracassar poucos anos depois. Grandes mudanças estavam ocorrendo no seio do estamento guerreiro, e estas novas concepções de lealdade e

¹ MCCULLOUGH, Helen Craig. **The Taiheiki**: A Chronicle of Medieval Japan. North Clarenton: Tuttle Publishing, 1956, p. 5.

dever, próprias de um novo tipo social dentre os *buke*, também são temas deste capítulo.

2.1. Preâmbulo da Guerra Genkō e a queda do primeiro *bakufu*

Se, conflitos e mudanças à parte, o século XIII é lembrado como um período de relativa paz e estabilidade institucional, o oposto pode ser dito acerca do século XIV. Foi neste século que vimos não só a derrubada do primeiro *bakufu*, mas também a fundação do segundo, e uma guerra civil de cerca de seis décadas, onde a família imperial dividiu-se em duas Cortes distintas. A instabilidade política do período deu oportunidade à ascensão de novos agentes, os *tōzama*, líderes guerreiros autônomos, nos quais podemos encaixar os Tannowa, dado o modo pelos quais estes eram convocados a servir em armas. Este século também viu a erosão, embora não a extinção, do sistema *shōen-kokugaryō*, e a ascensão dos *buke* ao comando do Japão, dentro dos limites em que era possível reconhecer um governo central.

Fenômenos históricos tais quais os descritos, no entanto, não ocorrem de um dia para o outro, de modo que suas origens encontram-se no século XIII, no apogeu dos Hōjō. Recapitular brevemente os principais episódios que permitiram sua derrubada, e a instauração de uma nova ordem faz-se necessário para entender as crises sistêmicas que permitiram a ascensão destes novos agentes, e que desencadearam uma guerra civil de quase sessenta anos.

2.1.1. A autocracia Hōjō e o cisma imperial

A partir da Guerra Jōkyū de 1221, os Hōjō passaram a comandar o *bakufu* através do posto de *shikken* em nome de *shōgun* exteriores ao clã Minamoto: Kujō Yoritsune (g. 1226-1244) e Kujō Yoritsugu (g. 1244-1252), do ramo Kujō dos Fujiwara, e depois disso, Príncipe Munekata (g. 1252-1266), Príncipe Koreyasu (g. 1266-1289), Príncipe Hisaaki (g. 1289-1308) e Príncipe Morikuni (g. 1308-1333), todos príncipes imperiais enviados para servirem como *shōgun*². Ou seja, se de início os Hōjō serviam ao *shōgun*, ao longo do século XIII, o *shōgun* e o próprio *bakufu* passam em partes a existir como pretexto para o governo dos Hōjō.

Assim seria fácil imaginar que o século XIII foi um século politicamente turbulento na história japonesa, e que o regime dos Hōjō foi marcado por abusos de poder e pela queda vertiginosa de prestígio da Corte Imperial e da aristocracia tradicional de Kyōto. No entanto, não é o que costumamos encontrar. Em verdade, os Hōjō mostraram-se moderados em diversas ocasiões, optando por longo tempo por manter as prerrogativas originais do *bakufu*

2 HURST, 1982, p. 3-4, nota 1.

em vez de expandi-las³, mesmo quando a Corte Imperial punha-se favorável a isto. No campo político, o século XIII foi um dos mais estáveis e tranquilos na história japonesa de até então, julgo que sem dúvidas o mais tranquilo desde o século IX. Salvo raros episódios isolados de violência, as únicas guerras de grandes proporções foram a Guerra Jōkyū, de 1221, que apesar de mobilizar um grande número de homens, não chegou a durar um mês, e as duas invasões mongóis⁴ sofridas pelo Japão – em 1274 e 1281. Fora isto, os dois primeiros terços do regime dos Hōjō foram marcados por sobriedade administrativa e judicial, por um avançadíssimo sistema jurídico, responsável por levar sempre que possível os guerreiros a resolverem suas diferenças nas cortes judiciais do *bakufu* em detrimento da resolução privada pelas armas, e inclusive por uma defesa das prerrogativas e propriedades da aristocracia, dos grandes templos, e da família imperial, constantemente assediadas por guerreiros⁵. Foram muitos os julgamentos do *bakufu* que beneficiaram os proprietários tradicionais em vez dos guerreiros que formavam a base de seu regime, sendo a busca pela imparcialidade jurídica uma das grandes marcas dos Hōjō⁶, ao menos até por volta de 1260.

Além disso, diferentes de todos os outros que de uma ou de outra forma tomaram o poder no Japão, os Hōjō não estavam interessados em honrarias de Corte, e não eram desejosos de altos Graus que não lhes cabiam, sendo conscientes de seu baixo *status*, e pondo-se humildemente como servidores do *bakufu*⁷, o que evitava atritos com a Corte e com seus pares guerreiros. Hōjō Yasutoki, sobretudo, o terceiro *shikken* Hōjō (r. 1224-1242), foi responsável por implementar um governo por conselho, quebrando com a autocracia fundada por Yoritomo ao fundar o *hyōjōshū* (評定衆), uma espécie de “Conselho de Estado” do *bakufu*, em 1225, e por redigir um código de leis e diretrizes gerais do *bakufu*, o *Goseibai Shikimoku*, também conhecido como Código Jōei, em 1232⁸.

Dois episódios, no entanto, mudariam completamente o caráter do governo dos Hōjō,

3 A ideia é defendida ao longo de *Ibidem*.

4 Aproveito a ocasião para abrir aqui um parênteses que poderia ter aberto mais cedo. Durante a defesa deste trabalho, o Professor Otávio Luiz Vieira Pinto fez uma indagação deveras interessante: por que chamamos tais invasões de invasões mongóis, se tratavam-se, de fato, de invasões da China Yuan, dinastia estabelecida pelos mongóis, mas reconhecida como dinastia chinesa? De fato, é uma convenção que precisa ser revista. As próprias tropas invasoras eram em larga escala formadas por coreanos e chineses. Talvez já seja passado da hora de revermos tais termos e convenções, de modo a fazer justiça à realidade histórica da época.

5 *Ibidem*; MASS, 1990, p. 74-88.

6 *Cf.* MASS, 1976, p. 54-55 (doc. 33), p. 56-57 (doc. 35), p. 57-58 (doc. 36).

7 VARLEY, 1982, p. 144; HURST, 1982, p. 7, há uma interessante discussão de *kishu*, traduzido por *pedigree*, como fonte determinante do limite das aspirações dos indivíduos. É, por exemplo, o que leva o autor a crer ter sido o motivador que levou Yoritomo a reintegrar Kantō ao resto do Japão, em vez de formar um regime separado. Os Hōjō, assim como Yoritomo, ou até mais que ele (posto o fato de estarem bem abaixo na escada social) eram limitados em suas aspirações por esta mesma noção.

8 KILEY, Cornelius J. The Imperial Court as a Legal Authority in the Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History*. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 30.

dando-lhes poderes tais que já não era possível não ver o *bakufu* como governo nacional por excelência, com os Hōjō à sua frente, e pondo-os na senda da autocracia, ao mesmo tempo que despontavam ao longe os primeiros sinais de seu declínio. Tais episódios foram o cisma da família imperial, e as invasões mongóis de 1274 e 1281.

Como já visto, depois da Guerra Jōkyū, o *bakufu* exilou três *ex-tennō*: Go-Toba, Juntoku, e Tsuchimikado (o último, não envolvido na conspiração, requisitou seu próprio exílio), e confiscou mais de 3 mil *shōen* imperiais, apontando *jitō* para muitos deles. Boa parte das terras foram devolvidas rapidamente, mas o *bakufu* reservou para si o direito de confiscar terras imperiais, se visse necessidade para tanto. Pondo-se numa situação desagradável, no entanto – a de ter exilado três *ex-tennō*, o *bakufu* viu-se na situação ainda mais incômoda de apontar um novo *tennō*. Como há quase dois séculos a casa imperial vinha sendo comandada por um *in*, aponta-se Go-Takakura como *in*, e seu filho, Go-Horikawa (r. 1221-1232), como *tennō*⁹. Por fim, o *bakufu* toma mais um passo para impedir que incidentes semelhantes ocorram na Corte. O trecho a seguir mostra esse reordenamento político, e deixa clara a moderação do *bakufu* neste primeiro momento de realinhamento do sistema *kōbu*:

Para melhor pôr em xeque as atividades da Corte, a política prévia do *bakufu* de estacionar um *shugo* em Kyōto foi fortalecida ao estabelecer os generais Hōjō Yasutoki e Tokifusa como Rokuhara *tandai* (deputados de Rokuhara). Neste sentido, a vingança de Kamakura limitou-se à mudança de figuras da Corte e reforço da segurança do *bakufu*; mas foi seletiva, limitada, e pessoal em sua natureza. Muito embora vitorioso, o *bakufu* continuou a apoiar a política *kōbu*, embora agora com o escopo de jurisdição de Kamakura expandido.¹⁰

O que vemos aqui não é um *bakufu* cioso de tomar o poder da Corte, desmantelá-la, e tornar-se de fato o governo nacional por excelência, mas um órgão moderado, dedicado a preservar o *status quo*, e claro, salvaguardar seu próprio papel dentro dele, com uma alteração favorável a si na balança de poder. A Guerra Jōkyū deu largas oportunidades ao *bakufu* para apossar-se dos poderes da Corte, contando inclusive com apoio militar para isso, se preciso fosse. Mas o órgão, sob a chefia dos Hōjō, preferiu agir com moderação, e evitou novas intromissões nos assuntos do trono. Levariam 21 anos para que o *bakufu* se intrometesse novamente nos assuntos de sucessão imperial, sendo os apontamentos de Go-Takakura e Go-Horikawa medidas emergenciais para responder a uma crise pontual¹¹. No entanto, um precedente perigoso tinha sido criado, e futuramente, não seria possível escapar de suas consequências.

9 HURST, 1982, p. 17-18.

10 Ibidem, p. 17.

11 Ibidem.

As raízes do problema são fruto desta primeira intromissão: com a morte do sucessor de Go-Horikawa, Shijō *tennō* (r. 1232-1242), que morreu sem deixar herdeiros, o *bakufu* é novamente forçado a intervir, pois os candidatos da Corte eram filhos de Tsuchimikado e Juntoku. Apesar de o favorito da aristocracia ser o príncipe Tadanari, filho de Juntoku, que embora exilado, ainda estava vivo, o *bakufu* apoiou Kunito, filho de Tsuchimikado, já falecido. Kunito ascendeu ao trono como Go-Saga (r. 1242-1246), aumentando o poder do *bakufu* para intrometer-se nos assuntos imperiais, e alterando o balanço do sistema *kōbu* ainda mais em seu favor, e em detrimento da Corte Imperial e dos aristocratas que a compunham¹². Quando Go-Saga quis abdicar e governar como *in*, passando o trono para Go-Fukakusa (r. 1246-1260), o *bakufu* fez uma nova intromissão ao estabelecer a criação de um órgão que servisse de “conselho ao *in*”, o *in no hyōjōshū* (院評定衆), cujos membros eram aprovados pelo *bakufu*¹³, mostrando assim seu desejo em coibir o ressurgimento de um autoritarismo imperial, e receio para com figuras imperiais poderosas e assertivas como Go-Toba.

No século XIII, a quantidade de ex-*tennō* clamando o título de *in* tornou-se tão grande que, para designar quem realmente era o líder da família imperial, surge o título de *chiten no kimi* (治天の君). Com a morte de Go-Saga-*in*, em 1272, o *bakufu* mais uma vez intervém, mas dessa vez dá início a um processo de catastrófico cisma imperial. Em linhas gerais, os candidatos ao governo da Corte Imperial eram Go-Fukakusa-*in*, e Kameyama *tennō* (r. 1260-1274), apontado pela viúva de Go-Saga como preferido. O *bakufu* opta pelo governo imperial direto de Kameyama, mas este abdica apenas dois anos mais tarde em favor de seu filho, Go-Uda (r. 1274-1287), e passa a governar como *in*, causando frustração em Go-Fukakusa e seus partidários, e levando o *bakufu* a mediar a disputa e buscar um compromisso entre as partes, onde depois de Go-Uda, o trono passaria para o filho de Go-Fukakusa, Fushimi. Para complicar mais a questão, Kameyama e Go-Fukakusa disputavam a posse do portfólio de terras imperiais, de modo que tais terras ficaram divididas entre o que torna-se, então, dois ramos imperiais distintos. Quando, em 1287, Fushimi (r. 1287-1298) assume a dignidade imperial, a liderança da Corte passa de Kameyama-*in* para Go-Fukakusa-*in*. Kameyama protesta, mas o *bakufu* mantém-se firme em sua decisão, pois era seu plano manter esta política de alternância imperial. Daí em diante, a Casa Imperial divide-se em dois ramos irreconciliáveis: o ramo Daikakuji, dos descendentes de Kameyama, e o ramo Jimyōin, dos descendentes de Go-Fukakusa¹⁴.

Os dois ramos tornam-se ávidos rivais, cada qual cercado por seus aliados dentre a

¹² Ibidem, p. 18.

¹³ Ibidem, p. 21-22.

¹⁴ Ibidem, p. 23-24.

aristocracia, e a tensão política continua elevada até o fim do regime dos Hōjō. Conforme as palavras de Jeffrey Mass, “o esquema de sucessão alternada entre os ramos Daikakuji e Jimyōin da casa imperial não só a dividiu em facções rivais, mas causou um efeito cascata em toda a aristocracia.”¹⁵ Indício de que os Hōjō, ao tomar tal decisão, não queriam criar tal cisma e rivalidade, mas, pelo contrário, diminuir as tensões da Corte, é o fato de que o órgão tenta ausentar-se do envolvimento na ascensão de Go-Nijō, em 1301. Mas era tarde demais: sua presença agora fazia-se obrigatória a cada nova nomeação imperial¹⁶. Parando para refletir sobre estes temas, as decisões dos Hōjō com relação ao trono que levam, por fim, à política de sucessão alternada em nada diferenciavam-se do seu modo habitual de fazer política ao resolver as disputas entre, por exemplo, os *jitō* e os grupos proprietários nos *shōen*: uma política de compromissos, onde embora nenhum lado perdesse tudo, ambos os lados saíam com o gosto de que haviam perdido *algo*, raramente satisfeitos por completo com o resultado. Acontece que isso podia funcionar com atores de pequena magnitude, mas a nível nacional, era um caminho certo para o desastre¹⁷.

Além disso, com as invasões mongóis de 1274 e 1281, o *bakufu* assume para si o poder de convocar guerreiros que não eram *gokenin*, e ordena a mudança de muitos guerreiros para Kyūshū para formar uma frente de defesa contra os invasores, em custosos turnos de serviço de guarda. Vastas quantias são gastas para eregir muralhas em torno da baía de Hakata depois da primeira invasão, projeto custeado pelos guerreiros de Kyūshū a mando do *bakufu*¹⁸. Por fim, o *bakufu* toma contornos cada vez mais autoritários, exemplificados por figuras tais quais Hōjō Tokimune (no cargo entre 1268-1284) e Hōjō Sadatoki (no cargo entre 1284-1301), e passa a beneficiar um grupo de vassalos diretos seus, os *miuchibito* (御内人), causando ressentimento nos *gokenin*, vassalos do *bakufu* (e superiores aos *miuchibito* em *status*), alguns dos quais eram de ramos familiares mais prestigiosos que os próprios Hōjō¹⁹. Em outras palavras, famílias guerreiras de grande prestígio, superiores aos Hōjō nesse sentido,

15 MASS, 1989, p. 111.

16 HURST, 1982, p. 25.

17 Outras interpretações vão em direção contrária. Ishii Susumu, por exemplo, cita que o *bakufu* possivelmente adotou o sistema de alternância no trono justamente como ferramenta de enfraquecimento da Casa Imperial, ou que esta decisão tenha sido só mais uma dentre as várias tomadas pelo *bakufu* para fortalecer sua posição diante da ameaça mongol. Cf. ISHII, Susumu. The decline of the Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 162-163.

18 HURST, 1982, p. 22-23; ISHII, 1990, p. 142-144.

19 ISHII, 1990, p. 129. Ishii Susumu marca o início da autocracia Hōjō a partir do Incidente de Shimotsuke, em 1285. Eu defendo, no entanto, que parte do que caracteriza a autocracia Hōjō é o abandono do governo através do *hyōjōshū*, conselho deliberativo, e transferência das decisões mais importantes para as *yoriai*, conferências privadas na residência do *shikken*, prática iniciada por Hōjō Tokiyori (g. 1246-1256) e continuada por Tokimune e sucessores, ponto defendido também por Satō Shin'ichi e Andrew Goble, argumentando o início gradual da autocracia Hōjō a partir de 1247 (Cf. GOBLE, 1982, p. 168, 189).

não só veem-se sob o jugo destes, mas são forçadas a lidar com a indignidade de serem passadas para trás por vassallos de seus pares, pois estas famílias, assim como os Hōjō, eram nominalmente vassallos do *shōgun*. A título de exemplo, pelo começo do século XIV os Hōjō detinham cerca de 30 províncias sob o posto de *shugo*²⁰. Estas e outras condições levariam a um descontentamento generalizado dentre os guerreiros, fator imprescindível para que a rebelião de Go-Daigo vingasse.

2.1.2. Faccionalismos e fissuras no fim do *bakufu*

Apontar *uma* razão para o declínio e queda do primeiro *bakufu* é uma tarefa impossível. Desde as invasões mongóis, o *bakufu*, embora tendo seu poder largamente ampliado, teve que lidar com crises das mais variadas espécies. Não foi uma, mas um conjunto de razões que permitiu que a rebelião de Go-Daigo fosse bem sucedida, enquanto a de Go-Toba, quase um século antes, tivesse malogrado.

As invasões mongóis por si só foram um grande problema, causando empobrecimento de muitos samurais de Kyūshū. Além disso, a ameaça estrangeira parecia não ter fim, forçando o *bakufu* a destinar grande atenção ao norte de Kyūshū e regiões litorâneas do oeste de Honshū, como precaução contra outra possível invasão que nunca se concretizou²¹. Não era só em Kyūshū, no entanto, que os guerreiros passavam por penúrias. O sistema de herança partilhada estava chegando ao limite para muitos guerreiros, cujos rendimentos diminuía a cada geração. Junto disso, o aumento da monetização causou endividamento massivo entre os guerreiros, que não-adaptados a este tipo de economia, acabaram vítimas de mercadores e usurários. Os litígios tornavam-se mais e mais frequentes, e uma amargura contra o regime dos Hōjō se acentuava²². Houveram medidas para aliviar o sofrimento dos *gokenin*, como os éditos *tokusei* de 1284 e especialmente de 1297, onde terras de *gokenin* penhoradas ou vendidas foram restituídas, e o *bakufu* recusou-se a aceitar disputas posteriores envolvendo cobrança de empréstimos, mas no balanço final, tais medidas parecem ter sido insuficientes diante da magnitude da crise²³.

Enquanto alguns tentavam resolver sua situação pelas cortes do *bakufu*, que justiça seja feita, tentou aliviar o sofrimento dos *gokenin* por medidas diversas, outros, no entanto, voltavam-se ao banditismo. Eis o fenômeno dos *akutō* (悪党), “bandos maus”, que assolaram

20 ISHII, 1990, p. 158. Em 1285, os Hōjō controlavam 29 dos 68 postos de *shugo*, e em 1333, 36 postos de *shugo*, contra 21 controlados por outras famílias, 5 províncias sem *shugo*, e 6 províncias cuja situação é desconhecida.

21 Ibidem, p. 148, 159-160; FARRIS, 2009, p. 136.

22 FARRIS, 2009, p. 136-137.

23 ISHII, 1990, p. 154, 157.

diversas províncias, e também os mares do Japão com especial entusiasmo nas últimas décadas de governo dos Hōjō. Os *akutō*, alvo dos mais variados estudos, são apresentados de maneiras bastante variadas. Muitos os veem como um fenômeno social, mas discordam nos pormenores deste fenômeno: Kuroda Toshio defende que eram samurais endividados que voltaram-se para o banditismo; Amino Yoshihiko defende que eram membros dos grupos marginalizados e não-agrícolas; Nagahara Keiji os vê como guerreiros tentando tornar-se “senhores feudais”, e afirma que eles representariam um estágio importante no “feudalismo japonês”; Lorraine Harrington, por fim, vê o fenômeno social como reação aos novos modelos de posse de terras e à crescente autocracia dos Hōjō²⁴. Outra visão, talvez mais realista pela sua simplicidade, é de que eles não constituíam um fenômeno social, mas sim uma categoria jurídica, posto que o *bakufu* começou a utilizar o termo para aqueles que praticavam determinadas categorias de crimes²⁵. Não obstante, o que nos cabe aqui é analisar as atividades dos grupos que ativamente praticavam o banditismo e pirataria, aterrorizando comunidades inteiras.

Para ter ideia da dimensão que o problema dos *akutō* estava tomando, só na província de Harima vinte fortes de pedra foram destruídos a mando do *bakufu*, que despachou homens em 1318 para 12 províncias do oeste onde a atividade dos *akutō* tinha se tornado endêmica. Eles também eram bastante ativos como piratas, especialmente no Mar Interior²⁶, enquanto em terra aterrorizavam *shōen*, roubando colheitas, tomando terras forçadamente, e afirmando ser oficiais daquelas propriedades²⁷. De origens diversas, alguns bandos eram mal armados, provavelmente formados por camponeses pobres ou até mesmo por *hinin* (非人)²⁸, enquanto outros eram compostos por guerreiros, com todo o equipamento que um samurai levaria para a guerra, incluindo cavalos e armaduras ornamentadas²⁹. Alguns, de fato, eram *jitō*, *gesu*, ou até mesmo oficiais dos órgãos do *bakufu*³⁰. As expedições do *bakufu*, no entanto, por mais que pudessem coibir a atividade destes diferentes grupos no momento, não resolviam o problema:

24 Todos estes argumentos são apresentados em SHERER, Dan. *The Akutō on Ōbe Estate: Lawsuits, Evidence, and Participation in the Late Kamakura Legal System*. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 404-405.

25 *Ibidem*, p. 405-406.

26 ISHII, 1990, p. 171.

27 SHERER, 2018, p. 416, 419. O *goseibai shikimoku* estipulava que terras abandonadas, se ocupadas por 20 anos, tornavam-se posse daquele que as ocupava. Posteriormente, este limite de 20 anos passou a ser ignorado.

28 *Hinin*, literalmente “não-pessoa”, eram grupos que viviam à margem da sociedade, fora do mundo da agricultura, comércio, guerra, e política, tais quais artistas, comunidades ribeirinhas e costeiras (os chamados “povos do mar”), comunidades montanhesas, e itinerantes no geral.

29 SHERER, 2018, p. 407-408.

30 SHERER, 2018, p. 419-420; HARRINGTON, 1982, p. 225.

muitos bandos voltavam a cometer os mesmos crimes dois ou três anos mais tarde³¹.

As últimas décadas do governo dos Hōjō foram especialmente assombradas por faccionalismos de todas as espécies. O primeiro deles, já conhecido, é o faccionalismo entre as duas linhas imperiais, a Jimyōin e Daikakuji. De fato, no entanto, o cisma foi tão profundo que as duas linhas passaram a criar contornos identitários próprios:

A hostilidade cada vez mais profunda entre as duas linhas, que começou primeiramente como uma disputa sucessória, agora afetava toda a estrutura da Corte. Mesmo nas esferas culturais e religiosas, o cisma era aparente. Onde a linha Daikakuji patrocinava a nova cultura chinesa – Confucionismo Song, Zen-budismo, e o estilo chinês de caligrafia – a linha Jimyōin preferia a cultura tradicional Japonesa (Heian) na literatura, caligrafia, e budismo.³²

Por sua vez, o *bakufu* enfrentava faccionalismos sérios entre os *miuchibito* e *gokenin*. No décimo primeiro mês de 1285, Taira Yoritsuna, figura de liderança dentre muitos *miuchibito*, entrou em batalha com Adachi Yasumori e o aniquilou. Adachi Yasumori era avô materno do *shikken* Sadatoki, então por volta dos 13 anos de idade. Segundo Yoritsuna, ele eliminou Yasumori por ordens do *shikken*, e uma série de apoiadores de Yasumori suicidaram-se ao redor do Japão. Em verdade, Yasumori era um dos reformistas do *bakufu*, a quem opunha-se ferozmente Taira Yoritsuna, que virou figura de liderança no *bakufu* após o incidente e começou a trabalhar arduamente para conquistar a confiança dos *gokenin*, especialmente através de recompensas por serviços prestados contra os mongóis. Ele, no entanto, reformou o governo com simpatizantes dos Hōjō. Curiosamente, o pretexto de Yoritsuna é que Yasumori queria tornar seu filho *shōgun*, posto que este filho, Adachi Munekage, tinha adotado o sobrenome Minamoto recentemente, fato explicado pela proximidade consanguínea de ambas as famílias. Foi sob as mesmas acusações, de querer colocar seu filho, Sukemune, na posição de *shōgun*, que Taira Yoritsuna foi morto a mando de Sadatoki em 1293, menos de dez anos no poder, marcando o início do regime autocrático de Hōjō Sadatoki³³.

Por fim, nem mesmo no seio da família Hōjō era possível escapar de faccionalismos. A exemplo, Hōjō Munekata, um primo de Sadatoki, tentou engrandecer-se no *bakufu* e assassinou Hōjō Tokimura, o *renshō* (連署), co-signatário do *shikken*, posição logo abaixo desta, para ele próprio vir a ser assassinado por outro conspirador³⁴. Como fala Ishii Susumu,

31 ISHII, 1990, p. 171.

32 Ibidem, p. 167.

33 Ibidem, p. 150-152, 154-155. Infelizmente não é possível entrar nas complexidades políticas que causaram e foram resultado do Incidente de Shimotsuke, restando dizer que a situação era de complexidade muito maior do que posso fazer justiça aqui.

34 Ibidem, p. 159.

“quando Sadatoki morreu, na idade de quarenta e um anos em 1311, um contemporâneo lembrou-se dele em seus anos finais como um político cansado, mas também como um homem que tinha decretado inúmeras sentenças de morte.”³⁵ Hōjō Takatoki, que tornou-se *shikken* em 1316 aos catorze anos de idade, era um político fraco, controlado por seus conselheiros, em especial Nagasaki Takasuke³⁶, verdadeiro mandante do *bakufu* durante a rebelião de Go-Daigo.

Para concluir, somos obrigados a retornar a Kyōto. Quando Fushimi tornou-se *chiten no kimi*, ele mostrou-se um estadista de peso, reformando vários órgãos imperiais³⁷. Por razões diversas, ele era suspeito de conspirar contra o *bakufu*, e apesar de todo seu prestígio e autoridade, teve que jurar inocência por escrito para evitar o exílio³⁸. Ele e seu irmão, Hanazono, não eram afeitos um ao outro, mostrando faccionalismos presentes mesmo dentro da linha Jimyōin. Por outro lado, a linha Daikakuji sofria de faccionalismos ainda maiores: Kameyama, que antes favorecia a ascensão do Príncipe Takaharu, futuro Go-Daigo, tem um novo filho em 1303, o Príncipe Tsuneakira, e passa a promovê-lo como sucessor Daikakuji. Outros, ainda, apoiavam o irmão de Go-Daigo, futuro Go-Nijō *tennō*. Da disputa, Go-Nijō saiu vencedor, mas morreu em 1308, sendo precedido no túmulo por Go-Fukakusa e Kameyama em 1304 e 1305, as duas grandes figuras Jimyōin e Daikakuji. Go-Nijō foi sucedido por Hanazono *tennō*, da linha Jimyōin, e foi acordado que seu sucessor seria Go-Daigo, da linha Daikakuji, embora este tenha assumido a dignidade imperial em condições desfavoráveis³⁹.

2.1.3. Go-Daigo e a Derrubada do Primeiro *Bakufu*

A política de alternância entre as linhas Daikakuji e Jimyōin seguiu em Kyōto, mas no começo do século XIV um claro desbalanço ocorreu. Enquanto Hanazono (r. 1308-1318), da linha Jimyōin, subiu ao trono aos 11 anos de idade, Go-Daigo, da linha Daikakuji, tornou-se *tennō* aos 31 anos, e em 1321 recebeu de seu pai, Go-Uda-*in*, o título de *chiten no kimi*. Ele, no entanto, não tinha pretensões de abdicar e governar como *in*, querendo retomar o governo imperial direto (ou seja, concentrar em si, enquanto *tennō*, o título de *chiten no kimi*)⁴⁰, mas sua própria ascensão ao trono já veio condicionada a dois fatores limitadores: seu sucessor

35 Ibidem.

36 Ibidem, p. 170. Os Nagasaki eram um ramo colateral dos Hōjō e extremamente influentes dentre os *miuchibito*.

37 Ibidem, p. 164-165.

38 Ibidem, p. 168.

39 Ibidem, p. 167-168.

40 SAMSON, George. **A History of Japan to 1334**. Charles E. Tuttle Company: Rutland, 1963, p. 478. HURST, 1982, p. 26.

deveria ser Kuninaga, filho de Go-Nijō (r. 1301-1308), também do ramo Daikakuji, e depois deste, o trono deveria voltar para o ramo Jimyōin. Isso excluía do trono os descendentes de Go-Daigo, posto que a linha Daikakuji deveria seguir pelos descendentes de Go-Nijō⁴¹. Crônicas como o *Taiheiki* falam muito do descontentamento de Go-Daigo, assim como da Corte Imperial no geral, com relação ao *bakufu* no primeiro terço do século XIV, mas tais detalhes não cabem aqui, lembrando apenas que, verdade ou não, outros imperiais já tinham sido acusados de conspirar contra o *bakufu* em tempos recentes. O que importa é que Go-Daigo, que optou por se rebelar contra o *bakufu* e tentar derrubá-lo, acabou encontrando amplo apoio dentre os *buke*, e também dentre os grandes templos e a aristocracia. Além dos fatores já explorados, o *Taiheiki* fala de uma grande seca em 1321, que fez disparar o preço dos gêneros alimentícios⁴², tudo contribuindo para a erosão do regime dos Hōjō.

Em 1331 Go-Daigo começou uma guerra aberta contra o *bakufu*, mas logo foi capturado e exilado na ilha de Oki. Partidários seus, no entanto, dentre os quais destacam-se seu filho, Príncipe Morinaga, e o brilhante Kusunoki Masashige, continuaram o esforço de guerra. Em dois anos, a situação mudou completamente: Kyōto estava cercada por guerreiros do oeste que juntaram-se à causa de Go-Daigo, destacando, dentre eles, os Akamatsu de Harima, e ameaçada a leste pelos monges do Enryakuji, dos quais o Príncipe Morinaga tinha sido abade, enquanto Kusunoki Masashige segurava, num esforço heroico, um gigantesco exército do *bakufu* que o sitiava na fortaleza de Chihaya, no Monte Kongō, província de Kawachi. Go-Daigo escapou de seu exílio e foi recebido na província de Hōki por um *tōzama* local, Nawa Nagatoshi. O *bakufu*, vendo-se na defensiva e temendo perder Kyōto, enviou do leste uma enorme força expedicionária sob o comando de um de seus mais poderosos *gokenin*, Ashikaga Takauji. Ele, no entanto, mudou de lado e derrubou o Rokuhara *tandai* em Kyōto, enquanto outro grande comandante do *bakufu*, Nitta Yoshisada, encarregou-se de derrubar o próprio *bakufu* em Kamakura⁴³. Em 22-5-1333, Kamakura cai sob ataque de Nitta Yoshisada, com o suicídio coletivo das grandes figuras do *bakufu*, especialmente dos Hōjō⁴⁴.

Em 23-5-1333, Go-Daigo deixa Hōki com uma grande comitiva, após receber notícias de Ashikaga Takauji e outros sobre a derrubada do Rokuhara *tandai* em Kyōto. Ele parte para a capital não à maneira tradicional, a frente de uma comitiva imperial com toda a pompa cerimonial esperada, mas em marcha militar, com uma vanguarda um dia adiante, e uma retaguarda um dia atrás. Aristocratas e guerreiros, indiferente da posição, cavalgavam de

41 SAMSON, 1963, p. 480; ISHII, 1990, p. 169.

42 MCCULLOUGH, 1956, p. 6-7.

43 ISHII, 1990, p. 172-174; o comentado acima é narrado ao longo do *Taiheiki*, especialmente em MCCULLOUGH, 1956, p. 28-30, 82-85, 105, 135-149, 163-164, 177-178, 180-200, 237-259, 274-311.

44 MCCULLOUGH, 1956, p. 310-311.

armadura⁴⁵. Ao chegar no Tōji, templo ao sul de Kyōto, em 5-6-1333, todos correm para recebê-lo e confirmar sua lealdade. No dia seguinte, Go-Daigo parte para um palácio em Nijō, mansão de um nobre que em algum momento passou a ser usada como palácio imperial⁴⁶, e logo em seguida começa um longo programa de distribuição de recompensas. Assim iniciava-se a chamada Restauração Kenmu.

2.2. Da Restauração Kenmu ao Nanbokuchō

A paz, no entanto, não duraria. Muitas eram as razões para a fricção entre Go-Daigo e Ashikaga Takauji, por mais que o último tenha sido ricamente recompensado por Go-Daigo. Para citar um exemplo, já em 1333 Takauji, cujo pedido para ser nomeado *shōgun* tinha sido recusado por Go-Daigo, passa a recompensar seus seguidores confirmando títulos de *jitō* e *shugo* à moda de um *shōgun*⁴⁷. O Príncipe Morinaga, um dos maiores defensores da causa de seu pai, parecia querer livrar-se dos Ashikaga por desconfiar de suas intenções, e acaba sendo entregue como prisioneiro pelo próprio pai ao irmão de Takauji, Ashikaga Tadayoshi⁴⁸. Além disso, cabe mencionar que o projeto de governo de Go-Daigo é geralmente tido como conservador, no sentido de construir-se às custas de muitos guerreiros que o serviram, e favorecer os aristocratas e grandes templos, além de alguns grandes generais⁴⁹. Go-Daigo tomava o apoio dos guerreiros como algo dado, obrigatório, e este erro seria fatal, como será visto no item 2.3.1.

Takauji era um líder guerreiro com grandes ambições e um projeto político próprio. Sua coexistência com Go-Daigo na capital não deu-se sem tensões, como exemplificado pelo caso do Príncipe Morinaga. Em última instância, no entanto, tanto ele quanto Go-Daigo tinham projetos políticos irreconciliáveis.

O estopim que levou à ruptura dos laços de Go-Daigo e Takauji, no entanto, foi causado pela retomada de Kamakura por partidários dos Hōjō, que instalaram Hōjō Tokiyuki, filho de Takatoki, como líder nominal de uma tentativa de restauração do *bakufu*. Duas versões são igualmente plausíveis: uma diz que Takauji aproveitou-se da situação para partir para Kantō à revelia da Corte e esmagar a rebelião, talvez querendo usar isto como pretexto

45 MCCULLOUGH, 1956, p. 317.

46 MCCULLOUGH, 1956, p. 321.

47 HALL, John Whitney. The Muromachi bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 185.

48 MCCULLOUGH, 1956, p. 380-384; o *Baishōron* faz dele vítima das artimanhas do pai, pois segundo esta crônica, Go-Daigo tramava contra Takauji, mas quando boatos começam a circular, Morinaga é usado de bode-expiatório. Cf. TYLER, Royall; CONLAN, Thomas D.; UYENAKA, Shuzo. **From Baishōron to Nantaiheiki**. Charley's Forest: Blue-tongue Books, 2016, p. 58-59.

49 HALL, 1990, p. 184-185.

para que Go-Daigo o nomeasse *shōgun*; outra versão diz que Go-Daigo já havia dado ordem para que ele partisse a Kantō, mas ele recusava-se a partir enquanto não fosse nomeado *shōgun*⁵⁰. Independente do que tenha ocorrido, a partida de Takauji para Kantō não serviu para melhorar as relações entre ele e Go-Daigo. Arai Hakuseki, no século XVIII, ao analisar tais eventos interpreta que o Príncipe Morinaga tinha sido alvo de boatarias de Takauji, que desde sempre cobiçou o poder⁵¹. A verdade provavelmente encontra-se no meio: tanto ele quanto Go-Daigo eram figuras altivas e ambiciosas demais para ceder ao jugo do outro, e seus projetos políticos eram, a princípio, quase opostos. Mais que isto, não podemos enxergar tais homens apenas como indivíduos, mas como nexos de relações, de modo que cada um deles não tinha agência irrestrita, pois dependia de satisfazer determinados apoiadores. Ocorre, talvez, de Go-Daigo ter escolhido os apoiadores errados quando decide recompensar pesadamente a aristocracia civil e as instituições religiosas às custas dos guerreiros. Por outro lado, seu projeto de governo era exatamente este: botar os guerreiros onde ele acreditava ser seu lugar, ou seja, num estado de coisas que precedia o primeiro *bakufu*.

Depois de esmagar os Hōjō em uma série de batalhas em 1335, Takauji esperou uma resposta imperial. Go-Daigo parece ter hesitado até posicionar-se, mas quando o fez, enviou uma força liderada, dentre outros, por Nitta Yoshisada, para caçar Takauji como rebelde. Havia, desde a vitória sobre os Hōjō, uma competição entre Yoshisada e Takauji pela posição de protetor do reino e líder do estamento guerreiro⁵².

Além disso, quando Takauji e Tadayoshi estavam separados (Tadayoshi já estava em Kantō desde o ano anterior, para assegurar sua pacificação), e o último tentava defender Kamakura com uma força bastante reduzida, ele parte de encontro ao irmão, e na partida, ordena a execução do Príncipe Morinaga, que estava sob sua custódia, antes que ele e Takauji fossem considerados rebeldes pela Corte⁵³. A execução sumária de um príncipe imperial talvez tenha contado, se não no âmbito das emoções que brotam nos indivíduos, ao menos no cálculo político de que os Ashikaga buscavam a dominação da Corte Imperial e não seriam facilmente subordinados.

Ambos os lados, Go-Daigo e Takauji, apressam-se a enviar missivas convocando guerreiros para servir sob suas bandeiras⁵⁴, o *Taiheiki* chegando a dizer que as forças sob

50 O *Taiheiki* defende a segunda versão (Cf. PIGGOTT, Joan. Introduction to the *Taiheiki*: the chronicle of great peace. *The Asia-Pacific Journal*: Japan Focus, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-6, 15 jul. 2016, p. 3), e o *Baishōron* defende a primeira (cf. TYLER et al., 2016, p. 61).

51 ACKROYD, Joyce. **Lessons from History**: the tokushi yoron by arai hakuseki. London: University Of Queensland Press, 1982, p. 184.

52 HALL, 1990, p. 185-186.

53 SEIDEN & PIGGOTT, 2016, p. 1-2; para a narrativa do *Baishōron*, Cf. TYLER et al, 2016, p. 59.

54 CONLAN, 2003, p. 16.

comando de Tadayoshi giravam em torno de 200 a 300 mil guerreiros, e as forças chefiadas por Yoshisada eram compostas por 67 mil guerreiros⁵⁵, números obviamente absurdos. Dentre os apoiadores dos Ashikaga neste momento, constam, dentre outros, os Nikki, Hosokawa, Kō, Oyama, Yūki, e Naganuma⁵⁶. Takauji, descendente dos Minamoto, mobilizou amplamente o prestígio de sua linhagem como forma de assegurar guerreiros para sua causa⁵⁷. Nitta Yoshisada, por sua vez, rivalizava-o também neste campo: o de impor-se como líder dos Minamoto.

2.2.1. A rebelião dos Ashikaga e os primeiros anos de guerra

No fim de 1335, a caminho da capital ocorrem embates de forças, e os Ashikaga encontram-se acuados em combates indecisivos, mas os Ōtomo, grande clã de Kyūshū, abandonam as forças de Go-Daigo e juntam-se a Takauji. Os Ashikaga asseguram forte vitória contra as forças imperiais, que fogem para Kantō seguidas pelos adversários. Aí desdobra-se uma mudança súbita: de uma guerra defensiva, caracterizada pela reação, os Ashikaga tomam a ofensiva, e decidem rumar contra Kyōto. Conforme Ashikaga Takauji avançava de Kantō a Kinai, guerreiros de Kantō e Tōkai iam juntando-se à sua causa. Guerreiros de Shikoku e Chūgoku também juntaram-se a Takauji a esta altura. Por fim, em 11-1-1336, Takauji entrava vitorioso em Kyōto, mas os partidários de Go-Daigo reorganizaram-se a leste da capital e não pararam de atacá-lo, finalmente vencendo-o e desalojando-o de Kyōto em 30-1-1336⁵⁸.

As reviravoltas destes primeiros anos de guerra são inúmeras, e o exposto acima não faz justiça sequer aos primeiros meses. Os revezes eram constantes, e há um senso de *momentum* nos primeiros meses da guerra, onde uma vitória de Takauji o leva a perseguir o inimigo – e sua derrota – às últimas consequências, de uma vez só, apostando todas as suas forças. Apesar de algumas derrotas, ele fica na vantagem até sua derrota em Kyōto. Tal campanha de *momentum*, rápida, sem pausas, de assalto e batalhas contínuas, parecia típica da mentalidade guerreira da época, mas viria inevitavelmente a mudar em poucos anos, quando ambos os lados atingiriam um auge de desgaste e estagnação. Até lá, no entanto, muito ainda ocorreria.

De Kyōto, Takauji foge para Tanba, perto de onde havia crescido, e de onde havia declarado, três anos antes, seu repúdio ao *bakufu*. Takauji acabaria refugiando-se em Kyūshū e buscando apoio tanto lá quanto em Chūgoku, que por vezes o colocava em guerra com

55 PIGGOTT, 2016, p. 3-4.

56 TYLER et al., 2016, p. 63-66.

57 HALL, 1990, p. 186.

58 TYLER et al., 2016, p. 63-70, 73-76.

inimigos de seus novos aliados, a exemplo dos Kikuchi, com quem teve que guerrear após aliar-se aos seus mortais rivais, os Shōni⁵⁹. As forças imperiais, por sua vez, comandadas por figuras como Kusunoki Masashige, Kitabatake Akiie, e Nitta Yoshisada, concentravam-se em atacar bases aliadas a Takauji em Harima e Bizen⁶⁰, e de fato, os Ashikaga corriam sério risco de perder a guerra e ser eliminados entre os anos de 1335-1336. Em 25-5-1336, no entanto, o estado das coisas muda a seu favor na Batalha de Minatogawa, talvez o maior marco da guerra, onde morre o lendário Kusunoki Masashige. Yoshisada também é derrotado, mas foge com vida.

Depois disso, Takauji retoma Kyōto sem resistência⁶¹. No mês seguinte, desenrolam-se campanhas contra o Enryakuji, onde Go-Daigo havia se refugiado, e ali perece Chigusa Tadaaki⁶², um dos que, junto de Akamatsu Norimura, lutou contra o Rokuhara *tandai* e pôs pressão constante em Kyōto até a virada de Ashikaga Takauji na Guerra Genkō. É interessante notar que os monges do Miidera, rivais do Enryakuji, aproveitaram-se do fato de Takauji ter pretexto para atacar o templo para juntar-se a ele e causar danos a seus rivais⁶³. Em uma batalha em Kyōto, logo em seguida, morre também outro grande apoiador de Go-Daigo, Nawa Nagatoshi. Yoshisada, que havia perdido muitos homens nestas campanhas recentes, bate em retirada, reorganizando suas forças.

Por um tempo, os Ashikaga tentam atacar as forças de Go-Daigo, mas fracassam. Por outro lado, nenhum general de Go-Daigo era capaz de retomar Kyōto. Por fim, Go-Daigo rende-se e é posto em prisão domiciliar, enquanto Nitta Yoshisada foge para Kantō com dois príncipes imperiais filhos de Go-Daigo, um deles seu sucessor designado. Supostamente, Go-Daigo teria dado tais ordens em segredo e de modo premeditado⁶⁴. Nitta Yoshisada morreria em 1338, assim como Kitabatake Akiie⁶⁵, causando perdas severas para Go-Daigo. Este, no entanto, conseguiu fugir de Kyōto em 1337, levando consigo as *regalia* imperiais e estabelecendo-se nas montanhas de Yoshino, onde fundaria a Corte do Sul.

Go-Daigo falece em 1339, para ser sucedido por Go-Murakami (r. 1339-1368), enquanto em Kyōto, já em 1336, ascendia ao trono Kōmyō *tennō*, da linha Jimyōin, com

59 TYLER et al., 2016, p. 77-91; SEIICHIRO, Seno. The Kikuchi and Their Enemies in the 1330s. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century.** Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 65-77 dedica-se inteiramente a estudar a trajetória dos Kikuchi e sua inimizade com os demais clãs de Kyūshū.

60 TYLER et al., 2016, p. 94-95.

61 Ibidem, p. 101-106.

62 Ibidem, p. 107.

63 Ibidem.

64 Ibidem, p. 110-115.

65 ACKROYD, 1982, p. 201.

apoio de Takauji⁶⁶. Assim surgiam as Cortes do Sul e do Norte. Analisando 1302 documentos de batalha emitidos entre 1333 e 1394, Thomas Conlan, que divide as Guerras Nanbokuchō em quatro períodos distintos em sua análise quantitativa, conclui que nenhum período do século XIV foi mais sangrento que este período de 1333-1338, onde concentram-se 60% de todas as mortes contabilizadas nos documentos analisados, sendo também o período que mais massivamente mobilizou guerreiros⁶⁷.

A guerra, a partir de então, tomou outros contornos: por boa parte do tempo foi um confronto de baixo nível de engajamento, se comparada às exasperadas campanhas de 1335-1338, embora por vezes, quando um lado encontrasse oportunidade para causar danos maiores ao outro, o conflito recrudescia. Neste ritmo de descompasso as coisas seguiriam até 1392, embora cada vez menos em favor da Corte do Sul. Enquanto isso, os Ashikaga cuidavam de assentar as bases de seu governo nacional, gerando conflitos intestinos talvez mais deletérios que a própria guerra com a Corte do Sul.

2.2.2. Os Tannowa na Restauração Kenmu e no início das Guerras Nanbokuchō

Em 1333, Tannowa Shōen foi convocado pelos Ashikaga para prestar serviço militar na luta contra o Rokuhara *tandai*, e juntou-se a Takauji na rebelião contra o *bakufu*⁶⁸, servindo, em última instância, à causa imperial. Ao que parece, tais serviços foram recompensados, pois em 1334, um Tannowa, Shōen ou possivelmente seu sucessor, Shigeuji, foi nomeado *gesu* da parte leste de Tannowa-no-shō⁶⁹. A nomeação não veio do proprietário, mas do *mokudai* (目代) – representante do governador – da província de Izumi. Tratava-se, claramente, de recompensa por serviços prestados.

O documento, em verdade, é um pouco mais confuso que isto, pois no mesmo documento tal Tannowa é tratado por *gesu* e *azukari-dokoro* da região leste de Tannowa-no-shō, indicando, no *shōen* em questão, ao menos neste período, uma possível intercambialidade dos termos, ou falta de conhecimento das condições locais por parte do emissor do documento. Além disso, a tradução fala de posse das terras citadas (ou seja, a porção leste do *shōen* de Tannowa), indicada pelo termo *chigyō* (知行), mas a questão é perniciososa, pois como fala Mass, *chigyō* pode igualmente indicar direito a receitas sobre a terra como, em última instância, posse territorial concreta⁷⁰, e embora ele penda para a segunda interpretação durante o período Muromachi, não creio ser o caso num momento tão incipiente (de fato, o período

66 TYLER et al., 2016, p. 115-116; ACKROYD, 1982, p. 199, 202.

67 CONLAN, 2003, p. 55-56, cf. especialmente Tabela 1 e Figura 18.

68 Documento 3.5, p. 138-139.

69 Documento 1.7, p. 133.

70 MASS, 1976, p. 194.

Muromachi como tal sequer havia começado). Outros concordam com a interpretação: no glossário de Yamamura Kozo, o termo passa de “conduzir as funções de um cargo” para direito a tributos da terra, e posteriormente, para “receitas derivadas de terras dadas a um vassalo por um senhor”⁷¹; ou ainda “uma propriedade, incluindo terra e cultivadores, que era frequentemente associada a um *shiki*”⁷². Em suma, o termo adquire mais e mais caráter de posse real ao longo do século XIV e para além deste.

Não creio que os Tannowa tenham aqui tornado-se proprietários em qualquer nível, mas que o documento aluda ao usufruto pertinente à posse de um *shiki* – neste caso específico, ao de *gesu*. Isto porque, dentre outras razões, futuramente receberiam ainda muitos documentos dos proprietários, os Kujō. De todo modo, isto certamente era um avanço, pois de *kumon*, passaram à posição de *gesu/azukari-dokoro*, geralmente no topo da hierarquia dos *shiki* dentro de um *shōen* (excluindo, obviamente, os *shiki* proprietários). Por outro lado, talvez seja mais realista ver tal nomeação – sem dúvidas um avanço em suas fortunas – mais como um reconhecimento de um poder e influência que eles muito possivelmente já exerciam dentro do *shōen*, dado que foram capazes de mobilizar homens para um projeto provincial em 1324, e depois disso, mobilizá-los para a guerra.

Eu pus até agora em questão quem teria sido o recipiente de tal documento por uma razão muito simples. Cronologicamente, o próximo documento data de 19-7-1336, e é endereçado a Tannowa Suketarō Shigeuji. Em verdade, os próximos cinco documentos são endereçados a ele, indo de 1336 a 1338. Em todo caso, a identidade do recipiente do Documento 1.7, de 1334, é uma questão de pouca importância, seja Shōen, seja Shigeuji, que assumo ser seu filho e herdeiro principal. Os Tannowa prestaram serviço militar para Takauji e para a Corte Imperial, e foram recompensados. Basta ressaltar que em algum momento entre 1333 e 1336, a liderança dos Tannowa, e seu *shiki* em Tannowa-no-shō, passou de Shōen para Suketarō Shigeuji, pois em 1336, um documento foi enviado de Ashikaga Takauji a Tannowa Suketarō⁷³. De conteúdo muito simples, o documento o convoca a reunir seus homens e prestar serviço militar punindo “Nitta Yoshisada e seus rebeldes”.

Suketarō decidiu juntar-se ao lado dos Ashikaga. Durante o nono e décimo mês de 1336, quando Ashikaga Takauji já tinha se reestabelecido na capital, mas não tinha desalojado os exércitos inimigos que o cercavam, houve um período de intensos combates fora de Kyōto, na região ao entorno da capital⁷⁴. Suketarō enviou seu irmão mais novo, Taifubō, para servir

71 YAMAMURA, 1990, p. 688.

72 PIGGOTT, Joan (ed.). **Capital and Countryside in Japan, 300-1180**: japanese historians in english. Ithaca: Cornell University, 2010, p. 419.

73 Documento 3.1, p. 138.

74 O *Baishōron* explora brevemente alguns destes embates em TYLER et al., 2016, p. 107-116, embora não

sob as ordens de Hatakeyama Kunikiyo, em 6-9-1336. No dia 7, seu irmão avançou contra o castelo de Yagi, e prestou serviço militar no dia 8⁷⁵.

Ele também enviou um *wakatō* (若党)⁷⁶, Hikojirō, para prestar serviço militar. Este esteve no castelo de Miyao em algum momento do nono mês, e em 2-10-1336 uniu forças a um tal de Kashii Hikogorō em um templo chamado Busshōji, no *shōen* de Shindachi, partindo para prestar serviço militar em “diversas localidades”⁷⁷ (tudo indica que ele esteve ativo em batalhas ao redor de Kinai). Quanto à presença no castelo de Miyao, não é possível saber, mesmo com consulta às crônicas da época, se tratava-se de uma ação defensiva ou ofensiva (sequer é possível encontrar menções ao local). De fato, os documentos parecem caracterizar os serviços listados como tendo caráter bastante regional, o que não diminui sua importância, já que a região de Izumi e províncias vizinhas estavam tomadas por partidários da Corte do Sul, e eram o local onde a maioria dos confrontos se concentrava, por mais que nenhuma das participações citadas seja parte de alguma grande ou célebre batalha. Afinal, as grandes batalhas que marcaram o período, como a de Minatogawa, são a exceção, e não a regra. Boa parte da guerra entre as duas Cortes consistia em encontros de pequenos contingentes, breves ou prolongados, mas sem grande caráter singular.

Cabe esclarecer como Taifubō, irmão de Shigeuji, e Hikojirō, seu *wakatō*, lutavam. Em termos essenciais, a natureza do combate mudou pouco entre os séculos X e XIV: os samurais continuavam predominantemente lutando a cavalo, tendo como arma primária o arco⁷⁸. Os guerreiros eram acompanhados por seus dependentes, que podiam ou não fazer parte do estamento guerreiro, e que muitas vezes lutavam a pé, e com armaduras muito menos completas. Estas forças a pé, no entanto, não devem ser consideradas como forças de infantaria, pois não lutavam em nenhum tipo de formação cerrada, e acompanhavam as tropas a cavalo lado a lado nos ataques⁷⁹. Os próprios guerreiros montados, em determinadas circunstâncias, como quando combatendo em montanhas, arrozais, ou as vezes sitiando posições fortificadas, podiam ver-se obrigados a lutar a pé⁸⁰.

Quando, no entanto, lutando a cavalo, o costume era perseguir um oponente de modo a tê-lo a sua esquerda, posto que de cima do cavalo, era o lado em que samurais podiam atirar

especificamente aqueles nos quais os Tannowa lutaram.

75 Documento 3.6, p. 139.

76 Um dos muitos termos para expressar algum tipo de relação vassálica. *Gokenin* (御家人), no literal, expressa algo como “honorável membro da Casa”, enquanto *wakatō* (若党), no literal, expressa “jovem do bando/grupo”. As designações de dependência eram inúmeras, mas não há estudo que eu conheça que explore possíveis diferenças de relações conforme o termo utilizado.

77 Documento 3.6, p. 139.

78 FRIDAY, 2004, p. 102, 132-133; CONLAN, 2003, p. 58, 66-67.

79 FRIDAY, 2004, p. 105; CONLAN, 2003, p. 71.

80 FRIDAY, 2004, p. 105; CONLAN, 2003, p. 64.

suas flechas, enquanto tentavam manter-se à direita do oponente, de modo que ele não pudesse retribuir o ataque⁸¹. Isso era tão elementar que guerreiros comumente referiam-se à mão esquerda como “mão do arco” (*yunde* 弓手) e à mão direita como “mão do cavalo” (*mede* 馬手)⁸². Ao contrário dos povos das estepes, também afeitos à arquearia montada, mas voltados a um estilo de combate em grupo, quase que uma evolução do pastoreio, onde a todo momento eles tentavam controlar o inimigo como um rebanho, os samurais mantiveram formas relativamente individualizadas de combate ao longo do século XIV⁸³.

Em termos de composição de tropas, os exércitos do século XIV, em especial até metade do século ou um pouco depois, eram, na verdade, junções de diversos bandos convocados pelos *tōzama*, nominalmente sob a autoridade de um ou mais comandantes, mas geralmente lutando pelo seu superior direto. Isto criava limitações em termos de estratégia, já que tais grupos não eram coesos e treinados para agirem em conjunto, mas a nível tático, estas unidades funcionavam de modo eficiente⁸⁴. Isto não impedia que determinadas estratégias fossem comumente adotadas pelos comandantes, destacando ataques noturnos, emboscadas, incêndios, e tentativas de forçar o inimigo a lutar em terreno desfavorável⁸⁵. Além disso, guerreiros muitas vezes desempenhavam função de *nobushi* (野伏), adotando táticas de guerrilha para desgastar forças inimigas ou atacar de surpresa contingentes separados⁸⁶.

O nível de organização e coesão das tropas aumenta conforme os *shugo* passam a firmar-se em suas províncias e forçar vassalagem aos guerreiros residentes, processo que será analisado no capítulo 3. Nesta época, no entanto, o próprio Documento 3.6 deixa claro que as tropas formavam-se por contingentes separados, com Shigeuji enviando Taifubō para um lado e Hikojirō para outro, para servirem com outros homens. Eles muito provavelmente levaram dependentes que lutavam a pé, possivelmente os próprios agricultores de Tannowa-no-shō.

Voltemos ao Documento 3.6: tudo que foi relatado foi registrado num documento do tipo *gunchūjō*, registro de serviços prestados para petições de recompensas. Ainda no mesmo documento, no décimo mês, Suketarō afirma que capturaram o “marginal” Hikohachi (personagem desconhecido), e que prestaram amplo serviço militar na batalha do castelo de Ōki (novamente, não é possível saber se do lado dos defensores ou atacantes). Este documento é monogramado pelo próprio Hatakeyama Kunikiyo.

Ao todo, o documento cita os castelos de Yagi, Miyao, e Ōki. Muitas das batalhas do

81 FRIDAY, 2004, p. 108-111.

82 FRIDAY, 2004, p. 109.

83 Ibidem, p. 106.

84 Ibidem, p. 104, 112.

85 Ibidem, p. 116-118, 140-142, 144; CONLAN, 2003, p. 72

86 CONLAN, 2003, p. 70-71.

século XIV eram ataques a fortalezas ou outras posições protegidas. Os castelos desta época, no entanto, diferenciavam-se muito dos castelos japoneses clássicos que tão rapidamente brotam em nossas mentes por sua exuberância e complexidade arquitetônica. Eram geralmente seções de muros erigidas em terreno montanhoso, com algumas torres para atiradores e portões, fossos, ou ainda, simplesmente mansões e templos ligeiramente fortificados. Castelos não serviam de moradia para os senhores militares como viriam a servir, e muitos eram feitos de improviso, durante a campanha, e posteriormente abandonados, embora existissem algumas fortificações mais elaboradas e permanentes⁸⁷.

Curiosamente, em momento algum é explicitada a participação *peçoal* de Suketarō no campo de batalha, só de subordinados seus. Talvez em algum momento ele tivesse lutado, mas o foco dos feitos registrados neste documento está na ação de seu irmão, Taifubō, e seu *wakatō*, Hikojirō. Ainda assim, ele é o recipiente de quaisquer recompensas, e tais serviços são prestados em seu nome. As relações de poder aqui imbricadas serão exploradas mais adiante.

Apesar de suas frequentes ações contra a Corte do Sul e seus indivíduos, isto de modo algum impediu que no ano seguinte ele recebesse uma carta, datada de 15-6-1337, convocando-o para punir “os inimigos da Corte, Takauji e Tadayoshi, e seus seguidores”, devendo reunir sua família e mudar de lado, sob promessa de recompensas proporcionais ao serviço militar prestado⁸⁸. Como veremos mais a frente, pudores relacionados a lealdade eram algo a surgir em tempos futuros, e nesta época, os guerreiros estavam dispostos a abandonar suas lealdades e mudar de lado, e os comandantes, dispostos a perdoar “traições” e fazer promessas a guerreiros inimigos. Era, é claro, um campo extremamente perigoso de se navegar.

Por qualquer que fosse a razão, no entanto, os Tannowa não mudaram de lado. Pelo contrário, no décimo mês de 1337 prestaram serviço militar em várias batalhas: na de Yokoyama, em 13-10-1337; Tsuboi, em 15-10-1337; e na de Amano, em Kawachi, sob comando do “grande comandante”⁸⁹ (*taishō* 大将, neste caso, Hatakeyama Kunikiyo). Novamente, nenhuma dessas batalhas é conhecida, e suponho que tenham caráter regional, restritas a Kinai.

Novamente, não é possível saber se Tannowa Suketarō Shigeuji tomou ou não parte nas batalhas, dada a linguagem genérica dos documentos. Fica claro, no entanto, seu comprometimento com os Ashikaga, mas mais que isso, fica claro que eles estavam crescendo

87 FRIDAY, 2004, p. 122, 124-127; CONLAN, 2003, p. 100-101.

88 Documento 3.8, p. 140.

89 Documento 3.7, p. 139-140.

em importância em Izumi, pois apesar de terem recusado a última convocação e passado dois anos lutando contra a Corte do Sul, eles recebem um novo convite para mudar de lado em 12-2-1338 (em termos muito similares à primeira, exceto pelo fato de referirem-se ao destinatário como “*kumon Tannowa*”)⁹⁰. Muito embora o cerco estivesse apertando, e 1338 provar-se-ia um ano catastrófico para a Corte do Sul, com a derrota e morte de Kitabatake Akiie e Nitta Yoshisada, havia um motivo que levava a Corte do Sul a desejar os serviços dos Tannowa, até aí seus inimigos, e um novo estado das coisas que permitia, se estes assim desejassem, esta mesma mudança de lealdades.

2.3. Autonomia, dever, e serviço

Se compararmos os primeiros anos das Guerras Nanbokuchō ao ao último terço do século XIII, tempos relativamente organizados, com uma estrutura relativamente estável, o estado das coisas tinha mudado em muitos sentidos.

O título de *gokenin* havia, para todos os propósitos, perdido totalmente seu senso de exclusividade. Os guerreiros dividiam-se em dois grupos muito distintos, os *tōzama* (外様) e os *miuchi* (御内), ou seja, em linhas muito gerais, os autônomos e os dependentes, os segundos geralmente dependentes dos primeiros. O *bakufu* de Kamakura fora esfacelado, e um novo *bakufu* estava surgindo, mas demoraria até ter contornos sólidos. A própria legitimidade da guerra, em qualquer um dos lados, podia ser posta em questão, assim como qualquer reivindicação a uma “autoridade legítima”, posto que ambos os lados contavam com apoio imperial, os Jimyōin na Corte do Norte, e os Daikakuji na Corte do Sul. Em vez de aumentar a legitimidade de uma ou de outra causa, isso esvaziou ambas. Os *tōzama* não eram vassalos de ninguém, e portanto, não deviam obediência ou lealdade a ninguém. Eram, pelo contrário, líderes de homens, prontos a juntar-se a um lado ou outro, de acordo com as vicissitudes da guerra e os prospectos de recompensa.

Ao mesmo tempo, quem quer que aceitasse uma convocação para serviço militar podia considerar-se *gokenin*, pois o *status* antes prescritivo do título agora tornava-se prático, performático, condicionado à habilidade de servir em armas. Os que juntavam-se a um ou outro lado, quando lhes era vantajoso, reivindicavam para si o título de *gokenin*, que ganhou limitadamente caráter autogênico⁹¹, e isto não excluía os *tōzama*. O *Sata Mirensho*, espécie de manual jurídico do início do século XIV, inclusive aumentava a ambiguidade ao tratar *gokenin* e *tōzama* como sinônimos⁹².

⁹⁰ Documento 3.9, p. 140.

⁹¹ CONLAN, 2003, p. 118-119.

⁹² Ibidem, p. 134.

Sigo agora para uma análise mais detalhada deste novo tipo de líderes guerreiros, e os modos pelos quais eles eram convencidos a prestar seus serviços, para melhor entender os Tannowa, não só até o momento estudado, mas nos anos que seguiriam.

2.3.1. *Chūsetsu*: poder e autonomia dos *tōzama*

Com a guerra, muitas distinções sociais baseadas puramente em *status* enfraqueceram ou caíram por terra. Independente de suas origens, de sua ligação anterior com o *bakufu*, ou de qualquer outro fator, o homem que, a frente de outros, pudesse organizá-los e liderá-los na guerra era considerado um *tōzama*, acabando com o vão social entre os *gokenin* e *hi-gokenin* (“não-*gokenin*”). O *status* de *tōzama* não vinha, portanto, de nenhuma ligação com qualquer órgão que fosse, e não vinha de nascimento ou de qualquer outra vantagem social adquirida: ele era exclusivamente performático⁹³. Tal habilidade de conduzir serviço militar autônomo era, obviamente, ligada ao domínio sobre a terra e os recursos dela provenientes, e como diz Conlan, “como a maioria das designações sociais, o *status* de *tōzama* era mais identificável que definível; alguns homens eram claramente *tōzama*, enquanto outros não o eram.”⁹⁴

O que importava não era mais a posse de documentos que legitimassem um posto ou outro, mas controle prático sobre a terra e os homens, e capacidade de mobilizar tais recursos para a guerra, uma vez que as autoridades legítimas, quaisquer que fossem, não eram mais capazes de, através de um documento, criar *status* por si só⁹⁵. Não que documentos tivessem perdido a importância. Pelo contrário, foram extremamente importantes no século XIV, mas eles sozinhos não eram garantidores de direito algum, dado o simples fato de que não havia autoridade superior incontestada capaz de garantir seu cumprimento. Assim, os documentos podem ser vistos como confirmações ou recompensas conferidas àqueles capazes de mantê-las por si só.

Complementando, “o *status* de *tōzama*, baseado no controle sobre a terra e sacralizado como direito hereditário, era um *status* prático, capaz de reter significância independente da existência de qualquer entidade política.”⁹⁶ Daí a importância e prestígio dos *tōzama*, e a avidez, de ambos os lados da guerra, em recrutá-los para seu serviço: seu caráter de senhores autônomos de terras e homens, independente da autoridade de qualquer uma das Cortes, tornava-os peças-chave para quem quer que quisesse obter vantagem militar sobre o outro lado, ao mesmo tempo que ambos os lados muito possivelmente gostariam de coibir ou domar

93 Ibidem, p. 110.

94 Ibidem, p. 134.

95 Ibidem, p. 111.

96 Ibidem, p. 130-131.

esta autonomia tanto quanto possível.

Uma vez que estes líderes guerreiros eram autônomos, seus serviços tinham que ser comprados, isto é, adequadamente recompensados. Não havia, por parte dos *tōzama*, nenhum débito de lealdade para com nenhum lado. Eles eram convocados ao serviço por documentos como os que vimos, onde a Corte do Sul convoca os Tannowa a mudarem de lado, mas esta convocação era mais um convite e um pedido, não tendo caráter compulsório. O *tōzama*, se aceitasse, prestava *chūsetsu* (忠節), geralmente *chūsetsu* de batalha, mas não limitando-se a isto, e posteriormente enviava um documento com o registro de seus feitos, que servia como petição de recompensa pelos serviços prestados⁹⁷, como nos Documentos 3.6 e 3.7 de Tannowa Suketarō Shigeuji, e outros que ainda serão analisados. E quem quer que quisesse manter tais *tōzama* a seu lado deveria recompensá-los apropriadamente, pois não havia nenhum senso de devoção ou dever abstratos que os compelsse a lutar⁹⁸.

A grande confusão vem da tradução comum de *chūsetsu* para “lealdade”, pois de fato, 忠節 une dois *kanji* que implicam esta interpretação: 忠 (*chū*), especialmente, designa lealdade, devoção, fidelidade; 節 (*setsu*), dentre uma série de outras coisas, traduz-se também por honra. Podemos entender *chūsetsu* como lealdade, desde que levemos em consideração que trata-se de uma lealdade condicionada e restrita, dentro das regras vigentes dos homens e da guerra naquele dado período.

Muita confusão foi gerada por conta e em torno desta questão, pois se há lealdade incondicional, sua quebra gera, incondicionalmente, traição. Eis um excelente trecho de Conlan para esclarecer de vez tal tópico, e propor uma outra interpretação de *chūsetsu*:

Palavras tais quais “traição” ou “lealdade” devem ser usadas com cautela, pois elas implicam a existência de um *ethos* consistente e largamente reconhecido de envolvente devoção a uma entidade política ou institucional que seja capaz de transcender interesse pessoal. Tal *ethos* parece ausente no Japão do século XIV. O termo *chūsetsu* – geralmente definido como lealdade – aparece em uma desconcertante variedade de circunstâncias, muitas das quais são apenas tenuamente relacionadas a uma noção abstrata de lealdade. Pode-se encontrar referências a *kitō chūsetsu*, ou *chūsetsu* através de preces; *chūsetsu* para festividades e assuntos divinos; e até mesmo *chūsetsu* de administração idônea de templo! Guerreiros eram recompensados por “*chūsetsu* de batalha”; “*chūsetsu* de ferimento”; *chūsetsu* de desmembrar um oponente; *chūsetsu* de causar a rendição de terceiros; *chūsetsu* de mudar de lado; e *chūsetsu* de construir um armazém de flechas. Alguns tipos mais empreendedores podiam chegar a receber quase que simultaneamente reconhecimento de *chūsetsu* por ambas as Cortes do Norte e do Sul. O único denominador comum é que *chūsetsu* refere-se a serviços tangíveis, meritosos, dignos de compensação, tais quais preces por vitória, participação em batalha, administração de templos, ou construção de fortificações. O termo *chūsetsu* é menos uma abstração que uma descrição dos serviços prestados.⁹⁹

97 Ibidem, p. 135-136, 143.

98 Ibidem, p. 144.

99 Ibidem, p. 143.

Tampouco este conceito foi passageiro. Este serviço autônomo dos *tōzama* predominou por boa parte do século XIV, como mostra o episódio em que Imagawa Ryōshun, enviado a Kyūshū para combater a Corte do Sul, convidou Shōni Fuyusuke para um banquete no qual o assassinou alegando como razão para seu ato a duplicidade e deslealdade de Fuyusuke. Isto ocorreu em 1375. O ideal de lealdade incondicional de Imagawa Ryōshun, no entanto, não era compartilhado pelos outros guerreiros, incluindo os que estavam a seu lado: seus atos custaram dois poderosíssimos aliados, os Shimazu e Ōtomo, que acharam sua ação completamente injustificada. Ele, que estava prestes a aniquilar os apoiadores da Corte do Sul em Kyūshū, acabou fazendo-lhes um enorme favor, pois os Shimazu mudaram de lado, e os Ōtomo exigiram pesada compensação¹⁰⁰. Em suma, exigir um grau de devoção inexistente na mentalidade geral daquela época era arriscar a perda de guerreiros valorosos, e em última instância, a própria derrota¹⁰¹. Os *tōzama* agiam em interesse próprio, sempre buscando não só consolidar mais seu domínio sobre terras e homens, e aumentá-lo, como utilizar-se da polaridade entre as duas Cortes como pretexto para resolver rivalidades e outras questões pessoais, e este tipo de comportamento, no geral, não era condenado na época, mas visto como natural, pois como coloca Conlan, “em vez de transcender interesses pessoais ou familiares, *chūsetsu* era sinônimo destes.”¹⁰²

O primeiro indicativo de que os Tannowa eram parte dos *tōzama* é o modo pelo qual eles são chamados a prestar serviço militar, e pelo qual são cobiçados por ambos os lados da guerra. Seu serviço era condicionado às promessas de recompensas, e os documentos já vistos mostram que eles tinham dependentes – *miuchi* – que serviam em seu lugar ou junto deles.

Este é outro fato digno de nota: documentos como os emitidos por Tannowa Suketarō Shigeuji só podiam ser emitidos por *tōzama* – mais uma comprovação de seu *status* – pois eram os *tōzama* que tinham direito de reivindicar recompensas por serviço militar, não importando se este serviço fosse executado por subordinados seus. O crédito final era do líder, que era inclusive o alvo de recompensa no caso da morte ou ferimento de algum de seus *miuchi*. Os *miuchi*, por sua vez, podiam ser tanto parentes, como dependentes não-consanguíneos que serviam ao *tōzama* em busca de proteção, possibilidade de ascensão social, ou falta de opção¹⁰³. Vemos exemplos disso nos documentos de Shigeuji: ele cita em um momento que prestou serviço militar enviando Taifubō, um irmão mais novo, e no mesmo documento, um *wakatō*, Hikojirō¹⁰⁴. O serviço militar, no entanto, é para todos os propósitos

100Ibidem, p. 141-142.

101Ibidem, p. 144.

102Ibidem.

103Ibidem, p. 19, 24-25, 110, 130-131, 136.

104Documento 3.6, p. 139.

prestado por ele.

Outra característica dos *tōzama* era sua relutância em servir sob comando de seus pares. Temos como exemplo disso guerreiros que recusaram-se a servir ao *bakufu* sob o comando de famílias locais, mas não tiveram hesitação em prestar serviço quando foram chamados a servir diretamente sob ordem de um dos ramos colaterais dos Ashikaga. Isso se dava não só pelo desprestígio de subordinar-se a alguém que o *tōzama* enxergava como um igual, mas pelo fato de que servir sob as ordens de um parente dos Ashikaga dava, por si só, maior garantia de recompensas. Esta relutância em servir era independente do posto do comandante: mesmo os *tōzama* que eram nomeados *shugo* viam em suas províncias outros *tōzama* muito relutantes em servi-los, enquanto servir a um colateral Ashikaga, estivesse ele ocupando a posição de *shugo* ou *taishō*, era desejável¹⁰⁵. Não à toa, da profusão de famílias a ocuparem os postos de *shugo* no início do período Muromachi, na época de Yoshimitsu (g. 1368-1394), terceiro *shōgun* Ashikaga, vemos o número diminuir para 11, se excluirmos as regiões de Kyūshū, Kantō, e Ōu, regiões sobre as quais o *bakufu* tinha um controle muito tênue. Estas onze famílias são os Hosokawa, Shiba, Hatakeyama, Isshiki, Yamana, Imagawa, Sasaki, Akamatsu, Toki, Ōuchi e Togashi, das quais só as cinco últimas não eram ramos colaterais dos Ashikaga¹⁰⁶. Destas cinco, podemos dizer que três eram moderada a relativamente poderosas, os Sasaki, Akamatsu, e Ōuchi. Os próprios Sasaki, ainda sob o comando da figura eminente de Sasaki Dōyo, tiveram dificuldades, em 1338, para compelir Kitsuki Yoriuji, um *tōzama* que serviu sem hesitação aos colaterais Ashikaga das famílias Imagawa (1336), Ishibashi (1339), e Hosokawa (1347), a servir sob suas ordens¹⁰⁷.

Os Tannowa, vale lembrar, serviram sob as ordens de Hatakeyama Kunikiyo em 1336-1337, e os Hatakeyama constavam dentre os ramos colaterais que descendiam dos Ashikaga (e que por sua vez, viriam a tornar-se poderosos *shugo* no decorrer do século XIV).

Ainda nesta senda, cabe ressaltar que existia uma espécie de lógica inversa da esperada: para os *tōzama*, a existência de um governo central não os obrigava a prestar serviço – pelo contrário, os regimes ditos centrais tinham por obrigação assegurar seu apoio através de recompensas adequadas, e embora as recompensas criassem laços, elas não criavam obrigações posteriores, de modo que as recompensas dadas por serviços militares prestados hoje não garantiam a prestação de serviços amanhã, e cabia aos regimes centrais, através de sua largueza, firmar credibilidade. Seu capital simbólico era proporcional à sua

105CONLAN, 2003, p. 144-147.

106VARLEY, Paul. **The Onin War: History of Its Origins and Background With a Selective Translation of The Chronicle of Onin**. New York: Columbia University Press, 1967, p. 32.

107CONLAN, 2003, p. 146-147.

largueza, e foi o capital simbólico dos Ashikaga e seus colaterais que permitiu que eles monopolizassem a habilidade de distribuir recompensas, e recompensas eles distribuíram abundantemente. Esta foi uma das grandes falhas do regime de Go-Daigo: a Corte do Sul parece ter largamente agido sob a premissa de que era obrigação dos *tōzama* lutarem para defender seu regime, e aqueles que se provassem merecedores seriam recompensados. Mais que isso, a relação de Go-Daigo com os guerreiros era muito menos generosa – os Ashikaga recompensavam guerreiros só por apresentarem-se no campo de batalha, mesmo que estes o deixassem antes mesmo de batalha começar, algo que a Corte do Sul nunca faria¹⁰⁸. A falha de Go-Daigo, talvez inescapável por conta de sua posição social como imperador, encontra-se em sua incapacidade de reconhecer o novo estado das coisas e agir de acordo. Em suma, dois breves trechos explicam a lógica que ditava a política daqueles que quisessem tornar-se os hegemônias nacionais no século XIV:

Aqueles que aspiravam à senhoria regional – uma senhoria sobre terras – tentavam acumular terras e aumentar seus bandos de seguidores hereditários. Em contraste a estes magnatas regionais, hegemônias nacionais conquistavam apoio de guerreiros autônomos através de confirmações, cessões de direitos sobre terras, e outros presentes: eles construíram, em resumo, senhorias sobre homens. Um senhor hegemônico era obrigado a manter seus apoiadores contentes através da magnânima distribuição de recompensas. Se ele falhasse em oferecer compensação adequada, ou se suas promessas fossem incertas, seus seguidores o desertariam.¹⁰⁹

E em complemento:

Liderança nacional, em outras palavras, não estava vinculada à subserviência obrigatória dos *tōzama*. Senhoria hegemônica era baseada em concessões sobre terras, não terras em si. O ato de garantir terras e outras recompensas a *tōzama* desinteressados possibilitava ao hegemona criar um reservatório de capital simbólico que formava a base de seu poder político. De modo a governar o reino, primeiro era preciso dá-lo a terceiros.¹¹⁰

Para governar o reino, era preciso dá-lo a terceiros: eis a lógica adotada pelos primeiros Ashikaga, pois enquanto os *tōzama* buscavam domínio sobre terras e outras formas mais regionais de prestígio, Takauji buscava domínio sobre homens, neste caso, sobre os próprios *tōzama*. Em última instância, completamente atrelada à largueza dos Ashikaga, esta atitude contribuiu enormemente para sua vitória contra a Corte do Sul, embora desencadearia outros processos, processos tais que mudariam a própria dinâmica do *bakufu*.

108Ibidem, p. 150-152.

109Ibidem, p. 144.

110Ibidem, p. 149.

2.4. Os Distúrbios da Era Kannō

Depois das derrotas narradas acima, a Corte do Sul estava largamente impotente, e sua própria capital em Yoshino foi deixada em cinzas por Kō no Moronao em 1348¹¹¹, parecendo faltar apenas um golpe de misericórdia, e esse talvez não viesse pelos riscos que pudesse desencadear – os de levar os descontentes a juntar-se ao inimigo numa contra-ofensiva desesperada, por exemplo –, preocupação quem sabe maior do que simplesmente deixar que a Corte do Sul continuasse a se desgastar sozinha. E apesar de tudo, o *bakufu* quase não sobreviveu aos anos de 1350-1352, devendo-se não a qualquer ofensiva da Corte do Sul, mas aos faccionalismos internos que, neste dado momento, criaram uma situação irreconciliável. Ironias a parte, isso daria novo fôlego à Corte do Sul, que traria ainda algumas novas ofensivas.

O *bakufu* fundado pelos Ashikaga, embora encabeçado por Takauji sob o título de *shōgun*, na verdade era um governo conjunto entre ele e seu irmão, Ashikaga Tadayoshi. Enquanto Takauji cuidava de órgãos fortemente ligados aos guerreiros (e aos mecanismos legais para recompensá-los), Tadayoshi cuidava do que muitos caracterizam como o lado mais burocrático da instituição, sobretudo os órgãos judiciais responsáveis por adjudicar disputas de terras, tanto dentre os guerreiros, quanto entre guerreiros e os tradicionais proprietários aristocráticos e monásticos. Esta divisão de poderes, no entanto, era problemática, pois punha justamente um irmão contra o outro: Tadayoshi tentava coibir incursões às terras da aristocracia, por exemplo, enquanto Takauji precisava conceder recompensas a guerreiros na forma de benefícios sobre as mesmas terras que Tadayoshi tinha por missão proteger. Ambos também entravam em conflito quanto a questões relativas à nomeação e exoneração aos postos de *shugo*¹¹².

Ainda de grande importância para o *bakufu* eram os irmãos Kō¹¹³, em parte grandes responsáveis por causar fissuras irremediáveis entre Takauji e Tadayoshi. Os Kō, ao contrário de várias outras famílias de *shugo* da época, não eram aparentados dos Ashikaga, tais quais os Hatakeyama e Hosokawa, nem poderosos locais que juntaram-se a Takauji por vontade própria, como os Akamatsu e Ōuchi. Eles eram vassallos locais dos Ashikaga desde os tempos do *bakufu* de Kamakura, mas que haviam ascendido ao alto escalão do poder, chegando a ter

111Ibidem, p. 223-224.

112NELSON, 1997, p. 83-84; SATŌ, Shin'ichi. The Ashikaga Shogun and the Muromachi Bakufu Administration. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977, p. 48; GROSSBERG, 2000, p. 22.

113Os irmãos Kō são amplamente citados tanto no *Taiheiki* quanto no *Baishōron* ao lado dos Ashikaga desde o começo de suas aventuras militares, sendo responsáveis por inúmeras vitórias, e aparentemente gerais não só de grande mérito, mas também de grande confiança para Takauji.

como convidado de seus banquetes Yoshida Kenkō, autor do *Tsurezuregusa*¹¹⁴. Como resultado disso, o *bakufu* acabou dividido em duas grandes facções, uma liderada por Kō no Moronao, e outra por Ashikaga Tadayoshi¹¹⁵, e parece ter surgido entre os dois uma amarga rivalidade. Este seria o palco para os conflitos seguintes.

2.4.1. Os Tannowa nos Distúrbios da Era Kannō

Vimos os Tannowa pela última vez em 1338, quando a Corte do Sul tentava convencer Tannowa Suketarō Shigeuji a mudar de lado, e este continuava a servir do lado dos Ashikaga. Os próximos documentos são de quase uma década mais tarde, e falam, a princípio, de duas figuras: Tannowa Magogorō (Documentos 3.10 e 3.14) e Tannowa Hikotarō Sukeshide (Documentos 3.11, 3.12, 3.2, 3.13, 4.1, 2.1 e 3.15). Nenhum dos Tannowa ultrapassa explicitamente Sukeshide na representação documental.

O que teria acontecido com Shigeuji neste meio tempo é um mistério. Pelo grande número de documentos e pelo modo como é tratado nos mesmos, parece que o *sōryō* Tannowa virou Sukeshide, levando-me a crer que seja possivelmente filho de Shigeuji, e que este tenha falecido neste intervalo de uma década. Como já foi visto, não há nenhuma indicação explícita de que Shigeuji tomou parte nos combates; o mesmo não pode ser dito sobre Sukeshide, que foi participante ativo no campo de batalha. Seria o caso de seu pai, então líder Tannowa, estar em idade avançada para participar da guerra? Se este for o caso, por que Sukeshide não é mencionado nos documentos de uma década atrás? Quando ele aparece nas fontes documentais, ele já está no meio do combate, e não posso deixar de especular que alguns documentos a seu respeito possam ter sido perdidos.

As coisas ficam ainda mais nebulosas quando tratando-se de Magogorō. Thomas Conlan presume que seja filho de Sukeshide¹¹⁶, mas eu desconfio da possibilidade de tratar-se de um irmão, e um irmão sobre o qual Sukeshide não tinha controle, posto que ele recebe seus documentos separadamente, e parece ter uma base de terras própria. Filho ou irmão, fica claro que ele era um *tōzama* da mesma forma que Sukeshide, um par, e não um subordinado.

Sobre Sukeshide, seu registro de serviços militares prestados é enorme. Em 1347, no décimo mês, ele esteve ao lado dos sitiados no castelo de Iyama, na província de Izumi, e por

114GROSSBERG, 2000, p. 109; VARLEY, H. Paul. Ashikaga Yoshimitsu and the World of Kitayama: Social Change and Shogunal Patronage in Early Muromachi Japan. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977, p. 186-187.

115IMATANI, Akira. Muromachi local government: *shugo* and *kokujin*. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 244-245.

116PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

todo o ano de 1348 prestou auxílio militar em ataque à Corte do Sul¹¹⁷. Nesta época, uma grande campanha contra a Corte do Sul estava em andamento, culminando num ataque direto a Yoshino por Kō no Moronao, e fazendo toda a corte fugir para Anō¹¹⁸. Sukeshige, da mesma forma que seu antecessor, Shigeuji, serviu sob as ordens de Hatakeyama Kunikiyo, mas também sob as ordens dos irmãos Kō (o Documento 3.10 foi monogramado por Kō no Moroyasu), inclusive tomando parte nos ataques à capital de Yoshino, tratada no documento por Miyazato (“Vila Imperial”)¹¹⁹.

Magogorō deve ter lutado nestas mesmas campanhas, pois dos dois documentos a seu respeito, o primeiro trata justamente de recompensá-lo. Cabe aqui uma análise cautelosa: lendo o Documento 3.10 sem conhecimento de contexto, pode parecer que Magogorō estava sendo ordenado a realizar mais um tipo de serviço, o de cuidar da distribuição de terras reservadas como terras para provisões militares no Distrito de Sennan, província de Izumi, mas em verdade, como será visto no capítulo 3, ele estava recebendo como recompensa metade do distrito, por ordens de Kō no Moroyasu. Se ele era filho de Sukeshige, sendo este o primeiro documento a seu respeito, talvez seja justamente aqui que ele se estabelece como um *tōzama*. Independente de seu parentesco com Sukeshige, a partir daqui fica claro que ele tem uma base de terras própria, e torna-se recipiente dos próprios documentos, passando, portanto, a ser independente de Sukeshige.

Sukeshige, por sua vez, continuou servindo Hatakeyama Kunikiyo em campanhas em 1350, dispersando inimigos da Corte do Sul quando estes acamparam no Konōji (desta vez o documento é monogramado diretamente por Hatakeyama Kunikiyo)¹²⁰. Há um templo com este nome hoje em dia entre Nara e Kyōto (localizado na Prefeitura de Nara, mas na época dos acontecimentos, caso seja de fato o mesmo templo, este provavelmente ficava na província de Yamato, onde ficava não só Nara, como a região de Yoshino).

Nesta época ocorre o cisma no *bakufu* entre as facções de Tadayoshi e dos irmãos Kō, um episódio cheio de reviravoltas, onde Tadayoshi chega a mudar para o lado da Corte do Sul no décimo mês de 1350. Reviravoltas a parte, Takauji é derrotado por Tadayoshi, e os irmãos Kō são assassinados em 1351, só para Takauji e Tadayoshi voltarem a guerrear, terminando numa reconciliação onde Tadayoshi morre envenenado no início de 1352¹²¹. Claramente, isto causou enorme instabilidade no *bakufu*, pois durante o cisma, muitos haviam tomado o lado de Tadayoshi.

117Documento 3.11, p. 141.

118ACKROYD, 1982, p. 203.

119Documento 3.11, p. 141.

120Documento 3.12, p. 141.

121Sobre este quadro extremamente complexo de acontecimentos, ver ACKROYD, 1982, p. 204-207.

Sukeshige, por sinal, foi convocado por Tadayoshi para punir Moronao e Moroyasu em 21-11-1350¹²². Hatakeyama Kunikiyo, que tomou o lado de Tadayoshi, dá ordem para que Sukeshige proteja o castelo de Iyama¹²³, na província de Izumi, o mesmo que ele tinha ajudado a defender em 1347. O documento apenas ordena que ele preste função de guarda em tal castelo com veemência, sem deixar claro se a ameaça vinha do lado dos irmãos Kō ou da Corte do Sul. Por fim, um documento datado de 7-12-1350, enviado por Go-Murakami, então *tennō* da Corte do Sul, convoca Sukeshige a mudar de lado, levando para a Corte do Sul seus familiares¹²⁴. Ao contrário de Shigeuji, que recebeu tais convites anteriormente, Sukeshige, possivelmente vendo-se preso às disputas dos irmãos Kō e Ashikaga Tadayoshi, num cenário onde não era possível prever qual lado seria vitorioso, ou se a vitória por si só não viria com um gosto amargo, de fato muda de lado, começando uma longa ligação dos Tannowa com a Corte do Sul.

Magogorō, por sua vez, decidiu permanecer leal ao regime dos Ashikaga, e em 1352 luta pelo *bakufu*¹²⁵. Como tentarei apresentar no capítulo 3, no entanto, esta decisão pode ter sido politicamente motivada (no sentido de que ele continuou ao lado do *bakufu* como parte de um plano maior, e não por mera lealdade ao regime, ou mesmo pelas recompensas que ganharia), e até mesmo tomada em conjunto com os demais Tannowa.

2.4.2. Os Tannowa entre as duas Cortes

A partir daqui, com exceção do Documento 3.14 sobre Tannowa Magogorō, os Tannowa permaneceriam predominantemente ao lado da Corte do Sul até o fim das Guerras Nanbokuchō em 1392. Além do caso de Magogorō, há outra ocorrência excepcional que será examinada adiante, mas antes disso cabe voltar à Tannowa Hikotarō Sukeshige.

Convocado por Go-Murakami em 26-12-1350¹²⁶, o primeiro relato que temos dos serviços prestados por Sukeshige à Corte do Sul é de um documento do sexto mês de 1352, mencionando serviços realizados entre o sétimo mês de 1351 e o sexto mês de 1352¹²⁷. Ou seja: há um vão de sete meses no qual não é possível saber de qual lado os Tannowa estavam. Talvez Sukeshige tenha, de fato, lutado por mais um tempo, seja ao lado de Ashikaga Tadayoshi e Hatakeyama Kunikiyo, seja ao lado dos irmãos Kō, ou tenha ficado de guarda no castelo de Iyama, possivelmente ponderando seus próximos movimentos.

122Documento 3.2, p. 138.

123Documento 3.13, p. 142.

124Documento 4.1, p. 143.

125Documento 3.14, p. 142.

126Documento 4.1, p. 143.

127Documento 2.1, p. 135-136.

Quando temos confirmação certa de que ele mudou de lado, ele passa a prestar serviço militar com o mesmo afincamento que prestou ao regime adversário. Em 4-8-1351, por exemplo, ele saqueou o castelo de Iyama e incendiou um acampamento inimigo¹²⁸. O fato de ele ter defendido tal castelo tantas vezes deve ter contribuído na hora de atacá-lo, pois se alguém conhecia possíveis fraquezas e desvantagens, este alguém seria Sukesshige, embora devo lembrar que os castelos da época eram muito menos elaborados que os castelos japoneses prototípicos do século XVI em diante.

Na Corte do Sul, Sukesshige esteve fortemente ligado à Kusunoki Masanori, filho do lendário Kusunoki Masashige, e os Tannowa, de modo geral, manteriam esta ligação com Masanori, algo que será relevante mais tarde.

Aproveitando-se da fragilidade do *bakufu*, a Corte do Sul lança uma série de ataques em 1352. Eles chegam, inclusive, a tomar Kyōto, forçando Ashikaga Yoshiakira, filho de Takauji, então responsável pela capital, a fugir para a província de Ōmi. Yoshiakira em breve retornaria, e faria um cerco de cinquenta dias à Yawata, onde o exército da Corte do Sul estava alojado. É importante ressaltar que algumas famílias que até então lutaram do lado do *bakufu*, e que durante o cisma tomaram o lado de Tadayoshi, tais quais os Momonoi, Ishidō, e Kira, agora estavam do lado da Corte do Sul, reacendendo as chamas da guerra. Além disso, os Nitta e os Kusunoki continuavam ativos. Apesar de o *bakufu* conseguir botar a Corte do Sul novamente em retirada para Anō, quando os partidários de Go-Murakami tomaram Kyōto, eles capturam os ex-*tennō* Kōgon e Kōmyō, assim como Sukō *tennō*, da Corte do Norte, além do sucessor designado de Sukō, o Príncipe Sadahito. Todos foram levados para Anō, e o *bakufu* viu-se forçado a instalar o irmão de Sukō, Príncipe Iyahito, como Go-Kōgon *tennō* no oitavo mês de 1352¹²⁹. As três figuras imperiais seriam devolvidas em 1357, depois de seis anos em cativeiro, pois não havia razão para mantê-las aprisionadas¹³⁰, se tomarmos as considerações de Arai Hakuseki no *Tokushi Yoron* como válidas. Tannowa Sukesshige fez parte do ataque a Kyōto, e prestou serviços constantes nestas campanhas¹³¹. Boa parte da ação concentrou-se entre o segundo e quinto mês do ano de 1352, e durante o quarto mês, num dos documentos não traduzidos, Thomas Conlan nos informa que Ashikaga Takauji tentou convencer Sukesshige a voltar para o seu lado, agora que os irmãos Kō e seu próprio irmão, Tadayoshi, estavam todos mortos¹³², mas seu pedido foi ignorado. De fato, Sukesshige é

128Documento 2.1, p. 135-136.

129ACKROYD, 1982, p. 207-209.

130ACKROYD, 1982, p. 209-210.

131Documento 2.1, p. 135-136.

132Trata-se do Documento 3.3. Seu conteúdo é resumido em PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

convocado em 1355 por Ashikaga Tadafuyu¹³³, um filho de Takauji que tinha mudado para o lado da Corte do Sul, para lutar contra Yoshiakira, embora não seja possível confirmar se Sukeshige atendeu a este pedido.

Afinal, como tais guerreiros lutavam? Vimos brevemente as principais táticas utilizadas, e apresentei os castelos como bastante simples se comparados aos castelos posteriores que tomamos por referências imagéticas. No entanto, falei também que guerreiros a pé não constituíam forças de infantaria, lutando dispersos, lado a lado de seus superiores montados. Como isso era possível? Quais equipamentos os guerreiros levavam para a guerra? O que protegia suas vidas, e o que usavam para ceifar as vidas de seus inimigos?

Levemos primeiramente em consideração as montarias. Com altura média de 129,5cm, e peso médio girando em torno de 280 quilos, os cavalos japoneses eram de porte muito menor que os cavalos de guerra europeus, e obviamente mais lentos, especialmente se levamos em consideração que normalmente carregavam um guerreiro em armadura completa, de modo que eles podiam manter uma velocidade de galope por tempo muito curto, passando logo para o trote, e se o experimento da NHK apresentado por Friday servir como exemplo válido, raramente ultrapassando a velocidade de 9km por hora. A sela e demais equipamentos de montaria eram planejados para dar ao guerreiro uma plataforma firme para atirar, e os estribos japoneses da época eram praticamente um calçado, com a parte frontal coberta e a sola estendendo-se ao longo de todo o pé do cavaleiro, de modo que ele pudesse se apoiar e ficar quase que de pé para atirar sem comprometer o equilíbrio. Os cavalos eram guiados por rédeas e uma chibata de bambu ou carvalho¹³⁴.

Em termos de proteção, escudos existiam, mas eram geralmente usados por guerreiros desmontados, e o tipo mais comum era um escudo retangular de madeira próprio para ser fixado no solo, de modo a proteger arqueiros a pé. Isto fazia com que os samurais dependessem de suas armaduras para protegê-los, e os cinco tipos principais de armaduras durante o medievo japonês variavam em detalhes, mas eram todos construídos em cima dos mesmos princípios: o entrelaçamento de pequenas placas laqueadas de metal e couro, formando armaduras do tipo lamelar, ótimas para absorver impacto por conta da mobilidade de suas peças. Armaduras eram também ricamente decoradas, e eram um modo pelo qual os samurais podiam expressar suas ligações familiares. O nível de proteção oferecido dependia do modelo, sendo a armadura do tipo *ōyoroï* a mais completa, seguida pela *haramaki*, e gerando pelo século XIV um híbrido, *haramaki-yoroï*. A *hara-ate*, em contrapartida, cobria o

¹³³Documento 3.15, p. 142. Sobre Ashikaga Tadafuyu, cf. CONLAN, 2003, p. 156. Ele é mencionado em diversas passagens do *Tokushi Yoron* durante os anos analisados.

¹³⁴FRIDAY, 2004, p. 96-99; CONLAN, 2003, p. 20-21.

torço e um pouco abaixo da cintura, deixando as costas desprotegidas, e era a armadura mais comum entre os dependentes que lutavam a pé¹³⁵.

O arco japonês também é um caso a parte. No século XIV, arcos de uma só peça de madeira eram usados junto de arcos compostos por lâminas de bambu recobrando a frente e a parte posterior. Os japoneses tinham pouco acesso a chifres e tendões animais, comumente usados na fabricação de arcos compostos no continente asiático, e que resultavam em arcos mais potentes. Por conta destas limitações, o arco tinha que ser extremamente longo, alguns chegando a 2,5 metros. Como seria impossível utilizar um arco deste comprimento tanto a pé quanto a cavalo caso sua empunhadura fosse no centro, a empunhadura costumava ficar a um terço do arco. No entanto, como vantagem, a mão do arqueiro ficava em um de dois pontos de oscilação, ao contrário dos arcos com empunhadura no centro, que concentravam toda a oscilação no ponto em que segurava-se o arco. Haveria muito a dizer também sobre as flechas japonesas, extremamente variadas, medindo geralmente entre 86 a 96cm, carregando na haste o nome do atirador¹³⁶, mas tais comentários terão que ser deixados de lado.

Como comentário final, não posso deixar de mencionar, embora muito brevemente, as armas de choque: lanças, espadas, e tantos outros exemplares. A espada japonesa por si só tem uma história muito complexa, e variava muito em comprimento e modo de fabricação da lâmina. Nesta época, espadas longas de uma lâmina eram mais comumente referidas por *tachi*, ou outros designativos mais especializados, enquanto *katana* geralmente referia-se ao que posteriormente viria a ser chamado de *wakizashi* e *tantō*: enquanto a *tachi* era a principal arma para quando o guerreiro ficava sem flechas, a *katana* era usada para decapitar inimigos e suicidar-se¹³⁷.

Voltemos ao cenário político. Pelo fim da década de 1360, a situação política havia mudado bastante. Ashikaga Takauji, *shōgun* e fundador do segundo *bakufu*, morreu em 1358, sendo sucedido por Ashikaga Yoshiakira, que no entanto morreu em 1368. Nominalmente, o *bakufu* era governado por Yoshimitsu, terceiro, e futuramente o mais poderoso dos *shōgun* Ashikaga, mas nesta etapa ele ainda era uma criança, e quem de fato mandava no *bakufu* era Hosokawa Yoriyuki, que aproximou-se de Kusunoki Masanori para tentar uma reconciliação entre as Cortes. A própria Corte do Sul estava dividida em elementos pró-unificação, reunidos ao lado do futuro Go-Kameyama *tennō* (r. 1383-1392), e anti-unificação, reunidos em torno do então Chōkei *tennō* (r. 1368-1382). Kusunoki Masanori passou para o lado da Corte do

135FRIDAY, 2004, p. 89-95.

136Ibidem, p. 68-71.

137Ibidem, p. 78. Para uma discussão completa sobre as espadas japonesas e outras armas de choque, ver p. 77-88.

Norte durante o reinado de Chōkei, retornando à Corte do Sul um pouco depois da ascensão de Go-Kameyama ao trono¹³⁸.

Dito isto, em 1374 ele convoca Tannowa *saemon daibu* (possivelmente Tadashige) a mudar de lado, e por fatores examinados no capítulo 3, *saemon daibu* aceita a convocação. É interessante notar que duas convocações foram feitas por Masanori ao mesmo destinatário, ambas com a exata mesma data: 20-9-1374. A primeira promete que caso mudasse de lado, ele receberia o *ryōke shiki* de Tannowa-no-shō¹³⁹, ou seja, seria feito proprietário do *shōen*. A segunda vem como um complemento, afirmando que caso mude de lado, não haveria questionamento sobre a legalidade de seu *honryō*¹⁴⁰. Enquanto parte dos Tannowa continuou ao lado da Corte do Sul, Tannowa Mitsushige – que creio ser filho de *saemon daibu* – recebeu recompensas de Masanori em 1379¹⁴¹ e 1380¹⁴² na província de Kawachi, uma vez que Masanori foi incapaz de conferir recompensas em Izumi, já que esta parecia firmemente nas mãos da Corte do Sul¹⁴³, e Kawachi era a província sobre a qual Masanori tinha poderes bastante consolidados¹⁴⁴. Em 1385, Kusunoki Masanori recompensa o que parece ser um outro Tannowa, *Hayato no Suke*, com o *kumon shiki* de Hako-zukuri-no-shō, em Izumi, além de outras terras¹⁴⁵. Nesta altura, ele já tinha voltado para a Corte do Sul, e isto averigua-se apenas por um detalhe: o uso da datação, pois ele data o documento como emitido no quarto dia do oitavo mês do segundo ano da era Genchū (pelo calendário da Corte do Norte, seria o segundo ano da era Shitoku). Isto mostra que detalhes simples, como a escolha de um *nengō* (年号), nome de era (no literal, “nome de ano”) em detrimento de outro indicava a afiliação política do remetente, uma vez que cada Corte decidiu manter seu próprio calendário.

Sobre Magogorō e seus possíveis descendentes, nada é dito depois de seu último registro de batalha em 1352¹⁴⁶. De fato, o que veremos daqui em diante é uma profusão de personagens de difícil identificação, reconhecidos por honrarias diversas recebidas em seu tempo de serviço na Corte do Sul.

É principalmente sobre estes personagens pouco claros, no entanto, que debruçar-me-ei no capítulo 3. A etapa final do século XIV marca, também, a etapa final da consolidação

138VARLEY, 1967, p. 62-63, e nota 23.

139Documento 2.3, p. 136.

140Documento 2.4, p. 136-137.

141Documento 2.6, p. 137.

142Documento 2.8, p. 137.

143Arai Hakuseki faz um levantamento das províncias ao lado da Corte do Sul por volta de 1368, constando dentre estas Izumi, Kawachi, Kii e Yamato, além de dezesseis outras. Tais afirmações, no entanto, não podem ser levadas ao pé da letra, dado o próprio dinamismo do período. Cf. ACKROYD, 1982, p. 213.

144A afirmação dos poderes de Masanori em Kawachi vem de Thomas Conlan. Cf. PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

145Documento 2.9, p. 137-138.

146Documento 3.14, p. 142.

dos Tannowa como *kokujin ryōshu* de Izumi, pequenos senhores regionais, que não só continuariam expandindo seu portfólio de terras e *shiki*, como agora passariam a ser recipientes de honrarias imateriais.

3. OS TANNOWA EM ASCENSÃO: PODER LOCAL DOS KOKUJIN RYŌSHU

Agora, em cada província todos os inimigos jurados do shōgun tinham ou se rendido ou sido destruídos. Sua autoridade havia pacificado toda a terra, e não falava-se mais sobre guerra. E como o Céu protege os bevolentes e sábios, o governo de Takauji e Tadayoshi durará mais que os 800 anos da dinastia Zhou, e mesmo as areias do mar revolto não poderão superar o número de anos em que florescerão os descendentes de Takauji. (Baishōron, Livro II)¹

De autoria desconhecida, o *Baishōron* trata detalhadamente dos eventos de 1333-1338, e é claramente apologético aos irmãos Ashikaga. Como grande ironia, especula-se que a obra foi completada por volta de 1351, justamente quando começou o cisma de Takauji e Tadayoshi². As esperanças do autor, como já vimos, foram frustradas, pois Tadayoshi morreria no ano seguinte, envenenado a mando do próprio irmão. Mais que isso: o *bakufu* Ashikaga duraria até o século XVI, mas depois de 1441, o *shōgun* não seria mais que um títere, sofrendo destino parecido ao que seu regime destinou à figura imperial.

A esperança do autor seria ainda frustrada de modo mais imediato. Os distúrbios da Era Kannō enfraqueceram o *bakufu* e permitiram uma retomada da ofensiva da Corte do Sul. Para reverter o quadro, Takauji e seus sucessores, Yoshiakira e Yoshimitsu, assim como Hosokawa Yoriyuki, que cuidou dos assuntos do *bakufu* durante a minoridade do terceiro *shōgun*, seriam forçados a tomar medidas drásticas, que por sua vez alterariam completamente a dinâmica de poder regional. Os *shugo* foram, talvez, a salvação do *bakufu*, dadas as medidas discutidas adiante, que lhes ampliaram largamente os poderes. No entanto, sua relação com os guerreiros provinciais foi marcada por tensões. De um ou de outro lado da guerra, estes guerreiros provinciais buscavam consolidar-se como proprietários e tentar reter sua autonomia. Nessa era de tensões e reconfigurações das relações de poder, encontramos os Tannowa diante de algumas encruzilhadas.

Neste capítulo, recapitularemos a trajetória dos Tannowa, analisando os enormes avanços em suas fortunas, assim como revezes familiares. Antes disso, no entanto, precisamos entender o que ocorreu no Japão após os catastróficos anos de 1350-1352. Como o *bakufu* dos Ashikaga sobreviveu aos acontecimentos destes anos? E por fim, qual foi o preço que pagaram para perpetuar seu regime? A pista já foi dada acima, quando falei da ampliação dos

1 TYLER et al., 2016, p. 120.

2 TYLER et al., 2016, p. 17-27, para uma apresentação da obra, assim como sua possível autoria.

poderes dos *shugo*, mas da mesma forma que estes ampliavam seu poder às custas do *bakufu*, guerreiros provinciais ciosos por manter sua autonomia impunham dura resistência às políticas de assimilação empreendidas pelos *shugo*. Estas tensões serão apresentadas pois, independente da postura dos Tannowa, eles vieram a integrar este mesmo estrato de guerreiros que tornaram-se magnatas provinciais.

3.1. O *bakufu* após a Era Kannō

Depois da disruptiva experiência dos anos Kannō, o *bakufu* passa por uma série de transformações, muitas tendo por objetivo fortalecer os *shugo*, dos quais o *bakufu* dependia para manter o esforço de guerra a seu favor, e para manter algum semblante de ordem e autoridade nas províncias. Estas políticas serão em larga medida tratadas adiante. Yoshiakira, que sucedeu ao pai como segundo *shōgun* Ashikaga em 1358, também foi responsável por criar o sistema *kanrei* (管領), primeiramente com a nomeação de Shiba Yoshimasa, então com 13 anos de idade. A nomeação de Yoshimasa serviu para trazer para o lado de Yoshiakira o pai deste, o poderoso *shugo* Shiba Takatsune. Com políticas concessórias favoráveis aos Yamana e Ōuchi, Yoshiakira também foi capaz de trazê-los para seu lado³. O posto de *kanrei*, uma evolução do posto de *shitsuji* (執事), que continuou a existir em separado com suas funções limitadas (basicamente, a de servir de administrador da Casa do *shōgun*), vinha com prerrogativas ampliadas, sendo uma espécie de “vice-*shōgun*”, ou, mais acertadamente, o intermediário entre o *shōgun* e os *shugo*. Esta posição tornou-se prerrogativa exclusiva dos clãs Shiba, Hosokawa, e Hatakeyama, devendo os três alternar-se no posto⁴. Antes de morrer, Yoshiakira deixa Yoshimitsu, seu filho menor de idade sob a proteção do *kanrei* Hosokawa Yoriyuki, que ao contrário dos *shikken* Hōjō de um século atrás, não buscou minar o poder do *shōgun*, mas fortalecê-lo tanto quanto possível, embora com concessões necessárias aos *shugo*⁵. Quando Yoshimitsu, terceiro *shōgun*, assume plenos poderes em 1379, o *bakufu* dos Ashikaga atinge seu apogeu. Yoshimitsu, enquanto *shōgun*, busca também apontamentos aristocráticos, sendo o primeiro *shōgun* a receber o Imperador para dias de festejo em sua mansão⁶. Ele posteriormente alcança o Primeiro Grau de Corte e é nomeado *daijō daijin*, a

3 GROSSBERG, 2000, p. 25-26.

4 NELSON, 1997, p. 82; HALL, 1966, p. 198; SATŌ, 1977, p. 42; KAWAI, Masaharu. Shogun and Shugo: The Provincial Aspects of Muromachi Politics. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977, p. 70

5 GROSSBERG, 2000, p. 26-27, 92-93.

6 GROSSBERG, 2000, p. 26; a estada imperial no palácio de Yoshimitsu foi registrada por algumas figuras. Um dos registros, *Sakayuku Hana*, foi provavelmente feito pelo ex-regente Nijō Yoshimoto, e foi traduzida para inglês em STRAVOS, Matthew; KURIOKA, Norika. Imperial Progress to the Muromachi Palace, 1381: a study and annotated translation of sakayuku hana. **Japan Review**, [S.L.], n. 28, p. 3-46, 2015.

posição mais exaltada da Corte Imperial, e embora abdique ao posto de *shōgun* em favor de seu filho, Yoshimochi, em 1394, ele continua firmemente no comando do Japão até sua morte, em 1408. Neste meio tempo, ele enfrentou rebeliões dos clãs Toki (1389), Yamana (1391) e Ōuchi (1399), reconciliou as duas Cortes, pondo fim às Guerras Nanbokuchō (1392), e abriu uma extremamente lucrativa via de comércio com a China Ming, sendo reconhecido pelo Imperador Ming como “rei do Japão” (*nihon kokuō* 日本国王) em 1404⁷.

Além disso, Yoshimitsu estabeleceu um sistema onde os *shugo* do oeste deveriam residir em mansões em Kyōto, ocupando-os com posições burocráticas no *bakufu*⁸. Por suas políticas como ávido patrono das artes e religião, vemos, no período de Yoshimitsu, enorme efervescência cultural, e uma fusão da cultura aristocrática com a cultura guerreira, num período onde os gostos guerreiros, embora influenciados pela cultura aristocrática, passam, pela primeira vez, a ditar o cânone japonês⁹. Daí em diante, os Ashikaga rumariam para a autocracia, com Yoshinori (g. 1428-1441), e o completo declínio, a partir de Yoshimasa (g. 1449-1474).

3.1.1. A ascensão dos *shugo*

O que, no entanto, possibilitou o domínio Ashikaga retratado no período de Yoshimitsu? Levanto a pergunta tendo em vista o ponto onde a análise política parou no capítulo anterior, os distúrbios Kannō de 1350-1352 e a invasão de Kyōto pela Corte do Sul em 1352, por mais que tenha narrado a trajetória dos Tannowa para um pouco além destes anos.

Se lembrarmos bem, os *tōzama* recusavam-se a servir sob seus pares, mesmo que estes fossem nomeados *shugo*, e de um lado ou de outro, optavam sempre por servir a famílias de grande poder e prestígio, como os Ashikaga e seus ramos colaterais na Corte do Norte, e os príncipes imperiais e famílias como os Kusunoki, Nitta e Kitabatake, na Corte do Sul. No entanto, ainda assim o serviço prestado num momento não garantia nenhuma aliança duradoura. Argumentavelmente, essa incapacidade de gerar ligações estáveis com os *tōzama* foi uma das razões que levou o *bakufu* a tomar uma série de medidas que aumentariam consideravelmente os poderes dos *shugo*, e, pode-se também afirmar, mudariam o próprio caráter do posto. Aqui, somos mais uma vez prejudicados: as políticas do lado vencedor, o

7 GROSSBERG, 2000, p. 31-35; VARLEY, 1977, p. 200; NAGAHARA, 1990, p. 277; FARRIS, 2009, p. 139-140.

8 GROSSBERG, 2000, p. 29-30.

9 GROSSBERG, 2000, p. 38-39; VARLEY, H. Paul. Cultural Life of the Warrior Elite in the Fourteenth Century. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 192, 196, 204-207.

bakufu, são amplamente estudadas e registradas, mas pouco sabemos das medidas tomadas pelo outro lado, a Corte do Sul. A partir das políticas que apresentarei a seguir, todavia, argumentarei posteriormente, pelas evidências documentais encontradas ao examinar o período dos Tannowa na Corte do Sul, que medidas similares parecem ter sido adotadas pelo outro lado.

Para entender melhor as políticas adotadas ao meio século, o trecho a seguir ilustra bem o que esperava-se dos *shugo*, e o que realmente estava a seu alcance, mostrando em termos práticos suas limitações e dificuldades:

As relações de poder dos *shugo* do início do período Ashikaga para com as províncias onde eram apontados baseavam-se em três fatores primordiais. Em primeiro lugar, eles eram proprietários locais de notável magnitude e *status*. Segundo, eles exerciam certos direitos legais de administração enquanto governadores militares. Terceiro, eles funcionavam como centros de alianças militares extensivas, que estendiam-se para além de sua própria família e ramos familiares a outros *bushi* da província. Em nenhuma destas categorias as competências do *shugo* eram completas. Era característico dos clãs de *shugo*, exceto por aqueles estabelecidos há muito tempo, tais quais os Shimazu de Satsuma, que eles tivessem adquirido ampla autoridade sobre apenas uma fração do território de suas províncias natais. Em vez disso, eles detinham uma variedade de direitos em um largo número de localidades vastamente espalhadas, tanto em suas províncias natais quanto noutros lugares. Tais direitos ainda eram legalmente fraseados em termos da prática dos *shōen* e incluíam algumas propriedades de fato, mas mais comumente, uma variedade de direitos de *jitō*, *shōkan*, ou *hanzei*, os quais respondiam às limitações tradicionais da prática dos *shōen*.¹⁰

Com este panorama estabelecido, tenho que deixar claro que há informações respaldadas pelos mais variados estudos no que concerne ao desenvolvimento dos *shugo*, e por outro lado, há informações que parecem mais incertas. Começemos pelos direitos dos *shugo* ao fim do regime dos Hōjō e começo do regime dos Ashikaga. Os *shugo* herdaram do primeiro *bakufu* o direito de forçar o cumprimento das decisões deste e executar suas ordens, inclusive no que diz respeito à adjudicação de disputas de terras e *shiki*, e embora isto seja uma continuidade dos poderes que já tinham adquirido em algum momento no fim do *bakufu* anterior, parece ter sido formalizado em 1346¹¹. Eles também ganham o poder de, dentro de sua jurisdição, coibir o *karita rōzeki* (刈田狼藉), basicamente, o roubo de colheitas, e de usar um agente local como executor de transferências de terras (supostamente ordenadas de cima). O primeiro grande passo, no entanto, é a coleta do chamado *hyōrōmai* (兵糧米), “arroz para provisões militares”, taxa que variava entre metade a dois terços do *nengu*, e era cobrada em caráter extraordinário, durante emergências militares, recaindo sobre as receitas dos

10 HALL, 1966, 210-211.

11 IMATANI, 1990, p. 240.

proprietários¹².

Já em 1337 temos documentos censurando comandantes por falharem em retornar campos tomados em caráter emergencial¹³. Ou seja, a prática gerou abusos desde sua inepção, talvez como resultado do caos que tomou conta do Japão nos primeiros anos das Guerras Nanbokuchō. A própria prática do *hyōrōmai* parece originar-se da prática anterior, um saque legitimado de colheitas para sustentar as tropas durante a guerra. Fica óbvio que tais medidas eram prejudiciais, e não levariam a outro caminho que o empobrecimento das províncias nas quais eram praticadas, de modo que surgem, em 1339, terras reservadas para provisões militares, primeiramente em regiões onde a guerra era endêmica¹⁴, o que possivelmente incluía a província de Izumi, dada sua localização em Kinai. Até 1350, no entanto, as medidas tomadas eram medidas *ad hoc*, onde o imperativo da necessidade e urgência podia por vezes legitimar o que em tempos de paz seria tido como ultrajante ou mesmo criminoso. As crises que o *bakufu* enfrenta em 1350 deixam claro que mecanismos de controle mais regulares faziam-se necessários, levando Takauji a implementar a prática do *hanzei* (半濟), “meio-tributo”, em 1352¹⁵. De todas as medidas tomadas com relação aos *shugo*, esta foi provavelmente a mais significativa.

O *hanzei*, por sua vez, tem sua própria evolução. Originalmente, era cobrado apenas em cima do *nengu*, coletando metade do *nengu* onde fosse instituído, e com duração de um ano, possivelmente renovável, de acordo com as circunstâncias (lembramos que o *nengu* em si era cobrado uma vez ao ano). Em 1368, no entanto, já no governo do terceiro *shōgun*, mais especificamente no início do comando de Hosokawa Yoriyuki sobre o *bakufu*, é aplicado em todos os territórios. Em 1363, Yoshiakira já tinha declarado que a custódia do *hanzei* cabia inteiramente aos *shugo*¹⁶, de modo que tais rendas deram a eles, em tempo significativamente curto, um enorme poder, criando eventualmente um vão gigantesco entre os *tōzama* que tornaram-se *shugo* e os que não se tornaram¹⁷. Entre sua primeira inepção por Takauji, e sua normalização por Yoriyuki, o *hanzei* passa por uma brusca mudança na interpretação. O passo final, aparentemente em 1368, foi nada mais que um salto lógico na evolução da prática: de metade do *nengu* para metade de todos os tributos, para, por fim, metade da terra em si, dividindo forçadamente os *shōen* entre os *shugo* e os proprietários¹⁸. Cabe ressaltar que

12 CONLAN, 2003, p. 84-85; NELSON, 1997, p. 84-85.

13 Ibidem, p. 87-88.

14 CONLAN, 2003, p. 97-98.

15 Ibidem, p. 85; HALL, 1966, p. 205.

16 IMATANI, 1990, p. 241-242.

17 CONLAN, 2003, p. 106.

18 IMATANI, 1990, p. 241-242.

muitos historiadores veem tal medida como conservadora, no sentido de vir como meio de preservar a manutenção do *status quo* tanto quanto possível. Obviamente, vivia-se sob uma nova ordem das coisas, o *status quo* por si só tendo mudado, criando um cenário onde fazer concessões aos guerreiros era imperativo, ou onde não fazê-las já não era mais uma possibilidade viável. Porém, ao regularizar a prática, Yoriyuki também podia limitá-la, de modo que, ao menos nominalmente, impediu incursões contra propriedades da família imperial, dos *sekkanke* Fujiwara, e de grandes instituições religiosas¹⁹.

Assim os *shugo*, que começaram no *bakufu* dos Ashikaga como figuras instáveis, constantemente mudados de províncias, foram acumulando cada vez mais poderes, como a cobrança do *tansen* (段錢), originalmente um tributo para custeio de cerimônias imperiais e afins, o já mencionado *hanzei*, e o direito de *onshō* (恩賞), ou seja, de conferir terras confiscadas dos inimigos como recompensa. Isso tudo permite que a partir da metade do século XIV os *shugo* consolidem-se paulatinamente como verdadeiros senhores provinciais, agora não só muito distantes em *status* dos demais *tōzama*, como munidos de prerrogativas que os possibilitavam iniciar um processo de conversão dos guerreiros de suas províncias em vassalos diretos²⁰.

Além disso, tais prerrogativas permitiam que os *shugo* erodissem a autonomia de guerreiros que decidissem manter-se afastados, pois como Conlan coloca, “a noção de que terras estavam sujeitas à apropriação arbitrária parece ter tornado-se normativa”²¹. Assim, diferente do que ocorreu no período Kamakura, onde os *shugo* nada mais eram que intermediários entre os *gokenin* de suas províncias – ou seja, os vassalos do *bakufu* – e o *bakufu*, o que ocorreu no período Muromachi foi um movimento muito menos centrado no *bakufu*. Os *shugo* eram vassalos do *bakufu*, assim como alguns outros guerreiros, mas muitos dos guerreiros provinciais, chamados à época de *kokujin* (国人), “homens das províncias”, tornaram-se vassalos não do *bakufu*, mas dos *shugo*.

Muito embora o número de famílias que ocupavam o posto de *shugo*, como já comentado, tenha diminuído muito ao longo do século XIV, as que conseguiram manter-se no poder puderam usufruir de um novo *status*, já não sendo de grande importância serem ou não parentes dos Ashikaga. Um exemplo claro disso são os Akamatsu, que governavam a província de Harima, mas que no auge de seu poder governaram um total de três províncias, Harima, Bizen, e Mimasaka. Eis o que se diz a seu respeito com relação a concessões em

19 Ibidem, p. 241-242; NELSON, 1997, p. 87-88; HALL, 1966, p. 205.

20 IMATANI, 1990, p. 200, 243-245; KAWAI, 1977, p. 74.

21 CONLAN, 2003, p. 228. O autor coloca a resistência por meio da violência como uma das poucas saídas para aqueles que quisessem fugir do jugo dos *shugo*.

shōen onde governavam:

A capacidade dos Akamatsu de agirem como garantidores, ou concessionários, dos tipos de direitos e propriedades mencionados acima era, é claro, o resultado de longos anos de aquisição, pedaço a pedaço, de direitos espalhados sob o sistema *shōen*, somados aos extensivos poderes militares acumulados no tempo em que serviram como *jitō* e *shugo*. A nova autoridade conferida pelo *shōgun* Ashikaga também somou à habilidade dos *shugo* de recompensar seus vassallos com terras. A aplicação do sistema *hanzei* deve ter liberado uma quantidade considerável de terras à sua disposição. Como evidência, ficamos sabendo que pelos anos de 1350 a família Awauda recebeu a porção do *hanzei* de Tanaka-no-shō. Ou, novamente, em 1368, Akamatsu Masanori concedeu a Nanba Yukitoyo os campos que o *jitō* anterior desocupou “para provisões militares” em Tottori-no-shō, província de Bizen.²²

Desta forma, eles foram capazes de avassalar tanto parentes quanto guerreiros não aparentados. A estratégia utilizada por eles para consolidar-se como senhores locais nada mais foi do que utilizar-se dos novos poderes adquiridos como *shugo*, e dos poderes que tinham acumulado previamente, fosse como *jitō* de diversas localidades ou como *shugo*, conferindo, por vezes, *shiki* que antes eram deles próprios.

Os Tannowa, por sua vez, vale lembrar, estiveram fortemente associados aos Hatakeyama, e depois, em suas aventuras na Corte do Sul, a Kusunoki Masanori. Cronologicamente, três documentos que fogem do escopo deste estudo mostram que eles apostaram sua sorte nos Hosokawa durante a Guerra Ōnin (1467-1477), e continuaram servindo-os até pelo menos por volta de 1517²³. Isto faz sentido, pois embora tenha mudado de mãos diversas vezes ao longo do século XIV, a província de Izumi consolidou-se como domínio dos Hosokawa por todo o século XV e boa parte do XVI.

3.1.2. *Shugo* e *kokujin*: tensões e acomodações

O retrato pintado acima, no entanto, tende à distorção, pois presume-se, a partir do que foi dito, que os guerreiros provinciais foram docilmente avassalados pelos *shugo*. Isto, no entanto, esconde o fato de que houveram constantes tensões e acomodações neste processo, e que ele nunca foi completo, ao menos se tomado a nível “nacional”.

Começamos, no entanto, examinando a mudança de vocabulário. Conforme os vassallos do novo *bakufu* foram incorporados ao exército do *bakufu* como vassallos diretos, a antiga designação de *jitō gokenin* para referir-se genericamente aos provinciais tornou-se obsoleta, e no lugar, o termo *kokujin* passou, mais e mais, a ser utilizado para representar os poderosos provinciais²⁴. Muitos destes homens eram os *tōzama* de pouco tempo atrás. No

²² HALL, 1966, p. 216-217.

²³ Docs. 3.16, 3.17, 3.18, p. 142-143.

²⁴ IMATANI, 1990, p. 254.

entanto, *tōzama* indica necessariamente o exercício de autonomia, e com o passar do tempo, alguns *tōzama* tornaram-se *shugo*, o que no geral os fez mais poderosos, mas também tornou-os vassallos do *bakufu*, e outros foram tendo sua autonomia cada vez mais coibida pelos *shugo* de suas províncias, como já disse, processo que não se deu sem resistência. Importa saber, no entanto, que a partir de agora designarei os guerreiros provinciais não mais por *tōzama*, mas por *kokujin*, que caracterizava os poderosos locais, autônomos ou não.

Segundo Conlan, os custos cada vez maiores para conduzir a guerra foram essenciais na consolidação dos laços de vassalagem entre *shugo* e *kokujin*, pois esses viam-se cada vez mais forçados a abandonar sua autonomia e servir em nome de alguém que tivesse meios de garantir a solidez fiscal dos guerreiros. Para Conlan, a consolidação de poder político era indissociável da capacidade de conduzir a guerra, e nesse sentido, os novos poderes adquiridos pelos *shugo* foram fundamentais para sua própria transformação em senhores provinciais²⁵.

Ao longo do século XIV, no entanto, os *kokujin* foram firmando-se como senhores regionais e não deixaram de aumentar em poder, processo que já vinha ocorrendo desde o período Kamakura, quando os *jitō*, ou em outros casos, os *shōkan*, cada vez mais tomavam para si prerrogativas dos proprietários. Além disso, os *kokujin* formavam a base das lideranças guerreiras no início das Guerras Nanbokuchō, e serviam em troca de recompensas. Uma vez assimilados pelos *shugo*, a premissa da recompensa não desapareceu. De fato, no apogeu do governo de Yoshimitsu, conforme os *shugo* mudavam-se para a capital, eram representantes deles, os *shugo-dai* (守護代), posto ocupado muitas vezes por *kokujin*, que de fato cuidavam dos assuntos provinciais, e própria estrutura *bakufu-shugo* era garantidora, a nível local, do poder senhorial dos *kokujin*²⁶. Muitos destes *kokujin* tinham tornado-se proprietários, ou seguiam em postos administrativos nos *shōen*²⁷, tendo recebido-os como recompensa dos *shugo* ou dos proprietários. Os *shugo*, no entanto, do mesmo modo que os grandes proprietários, eram dependentes da colaboração dos elementos locais para o bom desempenho de suas funções, e para o usufruto pleno de seus poderes. Além do mais, estas famílias *kokujin* estavam muitas vezes enraizadas em suas províncias desde o século XIII, enquanto o posto de *shugo* foi tornando-se hereditário no fim do século XIV e ao longo do século XV, antes sendo frequentes as trocas de província²⁸. A estes senhores *kokujin* dá-se o nome de *kokujin ryōshu*

25 CONLAN, 2003, p. 85, 225.

26 MIYAGAWA, Mitsuru. From Shōen to Chigyō: Proprietary lordship and the Structure of Local Power. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977, p. 98-99.

27 NAGAHARA, 1990, p. 269-270.

28 IMATANI, 1990, p. 254-255.

(国人領主).

Cabe aqui entender melhor como eles se consolidaram, para além do que já foi dito, mas também à guisa de sucinta recapitulação. No século XIV, samurais que detinham posses espalhadas por diversas regiões buscaram formar bases de poder contíguas, abandonando *shiki* distantes, que não podiam defender e gerenciar diretamente, ao mesmo tempo que buscavam ampliar seu poder na região que decidiam estabelecer-se. Nesta busca, procuraram firmar *wayo* tanto com os proprietários de *shōen* locais como com os responsáveis pelo domínio público. Isso vem junto do crescente abandono da herança partilhada e adoção da transmissão de propriedade por unigenitura, e também junto do abandono do sistema *sōryō* para fins de organização militar: parentes que haviam consolidado ramos colaterais sólidos estavam, para todos os propósitos, independentes, e a nova parentela instituída por essa transmissão por unigenitura era muito mais dependente, mas por si só não bastava como força militar, de modo que estes magnatas militares provinciais buscaram militarizar os cultivadores mais ricos e avassalá-los, tornando-os guerreiros de seus bandos. Em troca do serviço militar, estes cultivadores abastados podiam receber reduções ou até mesmo isenções do *nengu*, por exemplo, este sendo apenas um dos mecanismos de cooptação disponíveis²⁹. Esta relação foi apresentada brevemente por outro nome, a relação entre *tōzama* e *miuchi*.

Estes *kokujin* controlavam seus territórios através de seu próprio poder militar, mas a longo prazo, para controlar os cultivadores e assegurar a solidez destes territórios, viram-se forçados a buscar formas mais legítimas de justificar o controle que exerciam. Por conta disso, muitos estabeleciam relações com os proprietários de *shōen* e passavam nominalmente a servi-los como administradores, o que lembra muito o caso dos próprios Tannowa enquanto *kumon* no século XIII. No entanto, aqui a balança de poder pendia inegavelmente para os *kokujin*, que entregavam tributos em quantidades muito menores que as originalmente devidas, e que usurparam, de uma vez por todas, uma série de poderes, especialmente *kendan* (検断), poder de policiamento³⁰, e enorme fonte de disputa entre os *jitō* e os proprietários e seus funcionários no século anterior.

Havia, no entanto, diferenças nítidas entre o que ocorria em Kinai e no resto do Japão. Em Kantō e Kyūshū, o poder dos *kokujin ryōshu* era marcadamente maior, enquanto em Kinai, dada a proximidade com a capital, e desenvolvimentos na própria organização dos camponeses, os *kokujin ryōshu* raramente usufruíram do mesmo nível de poder que seus pares distantes³¹. Isto também coibiu, em Kinai, ao menos até o último quarto do século XV, a

29 NAGAHARA, 1990, p. 270-271.

30 Ibidem, p. 272.

31 IMATANI, 1990, p. 254-256.

formação de ligas *kokujin* poderosas e duradouras³².

É para estas ligas que volto-me agora. As chamadas *kokujin ikki* (国人一揆) eram organizações horizontais formadas por compacto para fazer frente, no geral, a algum *shugo*, e começaram a surgir já na segunda metade do século XIV. Elas não eram anti-*bakufu* em natureza. Pelo contrário, buscavam eliminar o *shugo* como intermediário entre os *kokujin* e o *bakufu*. É o que ocorre em Shinano, onde em 1387 as forças dos Ninomiya, representantes do *shugo* Shiba Yoshimasa, figura extremamente exaltada no *bakufu*, foram derrotadas pelas famílias *kokujin* Ogasawara e Murakami. No fim das contas, depois de novos apontamentos e novas rejeições por parte dos *kokujin*, Shinano é feita *goryōkoku*, província administrada diretamente pelo *bakufu*, sem o intermédio de um *shugo*³³. Da mesma forma, os *kokujin* revoltam-se em Tanba em 1489, por sentirem-se excluídos do sistema administrativo local estabelecido por Hosokawa Masamoto³⁴. Em Kinai, na província de Izumi, uma *kokujin ikki* organizou-se em 1473. Os Tannowa não são citados, e há documentos deles por este período mostrando que estavam a serviço do *shugo*. Esta liga em particular foi esmagada com enorme violência pelos Hosokawa³⁵, mas este caso, assim como o de Tanba, são produtos já de outro período, dos turbulentos anos da Guerra Ōnin e do início do período Sengoku, e as condições no século XV eram diferentes o suficiente para encerrar aqui este comentário.

Os *kokujin* também podiam causar a derrota dos *shugo* que eram seus supostos senhores simplesmente abandonando-os em tempos de necessidade, como ocorreu com Yamana Mitsuyuki em 1391, e Akamatsu Mitsusuke em 1441, o que não significa que eram por natureza desleais, pois foi graças ao apoio de seus vassallos *kokujin* que Hatakeyama Yoshinari conseguiu resistir a um cerco por três anos entre 1460-1463³⁶.

Em resumo, ao longo do século XIV os *shugo* conquistaram uma série de poderes que permitiu-lhes avassalar guerreiros locais, os *kokujin*. Este processo, no entanto, encontrou resistências, muitas delas desenrolando-se em ligas *kokujin* no século XV. Os *shugo*, por sua vez, ao receberem sua província, recebiam a listagem dos guerreiros locais, e escolhiam quais destes eles recompensariam e firmariam uma relação de vassalagem, de modo que nem todos eram contemplados. Esta relação tênue entre os *shugo* e *kokujin* era agravada pelo fato de que as terras confiscadas de inimigos e as terras obtidas através do *hanzei* muitas vezes não bastavam para assegurar a lealdade de um número suficiente de vassallos importantes. Para além disso, as terras originais dos *kokujin* não tinham sido dadas pelos *shugo*, sendo domínios

32 Ibidem, p. 254.

33 Ibidem, p. 255.

34 Ibidem, p. 256.

35 Ibidem, p. 256.

36 Ibidem, p. 258-259.

consolidados no século XIV, por seus próprios meios, ou algumas vezes já ocupados por seus antepassados no século XIII³⁷. Esta relação continuaria tênue, agravando-se no século XV, e gerando rupturas por todo o Japão no século XVI, conforme muitos destes *kokujin* tornaram-se *sengoku daimyō*, os grandes senhores militares do século XVI.

3.2. Os Tannowa como exemplo de *kokujin ryōshu*

Depois deste longo apanhado, posso finalmente voltar aos Tannowa, e rumar para a parte final deste trabalho. Tal apanhado, todavia, é necessário diante do argumento que apresentarei: de que os Tannowa, da segunda metade do século XIV em diante, estabeleceram-se como *kokujin ryōshu* na província de Izumi, e tornaram-se guerreiros de moderado prestígio e poder. Antes disso, no entanto, será preciso desembaraçar alguns nós na documentação que resta ser analisada. Novos personagens entram em cena após os feitos de Tannowa Sukeshige e Tannowa Magogorō. Rapidamente, no entanto, os Tannowa passam a receber graus de Corte e cargos honoríficos, e como era comum na documentação da época, os documentos deixam de tratá-los pelos nomes, e passam a tratá-los pelos títulos, sinal de que não eram guerreiros sem importância ou prestígio.

3.2.1. Problemas documentais: identificando os Tannowa

Em 1354, Tannowa Tadashige, até então com o posto de *uemon shōjō* (右衛門少尉), é nomeado ao posto de *saemon shōjō* (左衛門少尉)³⁸. Sua nomeação para *uemon shōjō* deve ter sido igualmente documentada, mas tal documento, se existiu, não sobreviveu ao nosso tempo. Também não sabemos quem é Tadashige. Possivelmente, um filho de Tannowa Hikotarō Sukeshige, e dado o fato de que ele parece mais importante que seus contemporâneos, julguei a princípio seu herdeiro. Ele nos é apresentado neste documento, de 23-11-1354, enquanto Sukeshige deixa a cena no ano seguinte, mencionado pela última vez em convocação por Ashikaga Tadafuyu para punir Ashikaga Yoshiakira³⁹.

Em 23-6-1355, Tannowa Muneshige é nomeado *sahyōe no jō* (左兵衛尉)⁴⁰. Também não sabemos quem ele é, e qual sua relação com Tadashige e Sukeshige. O “honorável Tannowa *saemon no jō*” é recompensado em 12-8-1355⁴¹, enquanto em 27-11-1359 um tal de *sahyōe Suebayashi* (um Tannowa) é recompensado em Tannowa-no-shō⁴². Assumo que o

37 Ibidem, p. 258; NAGAHARA, 1990, p. 278-279.

38 Documento 4.2, p. 144.

39 Documento 3.15, p. 142.

40 Documento 4.3, p. 144.

41 Documento 2.2, p. 136.

42 Documento 1.8, p. 133.

“honorável Tannowa *saemon no jō*” seja ninguém menos que Tadashige, apesar de ser um posto bastante comum, pelo simples fato de nenhum outro Tannowa ser citado neste intervalo, exceto Muneshige, que assumo ser *sahyōe* Suebayashi (Muenshige era o único confirmadamente ligado à *sahyōe*, sendo *sahyōe no jō*, enquanto Suebayashi era provavelmente uma alcunha). Esta é a linha de raciocínio que terei que seguir: retrazar, de modo imperfeito, quem presumivelmente era quem nos documentos de acordo com os títulos recebidos e nomes mencionados, caminho tortuoso, que pode muito bem estar correto, como pode, da mesma forma, levar ao engano, pelo simples fato de que documentos foram perdidos no processo, e o compêndio documental analisado apresenta uma documentação parcial, inclusive deixando isto claro mais adiante.

Seguindo esta mesma linha, surge, em 8-8-1361, um Tannowa Mitsushige, nomeado *sakon no shōgen* em documento desta data⁴³. Em 5-8-1362, um documento sobre Tannowa-no-shō é encaminhado a *saemon shōjō* Tameshige⁴⁴. Ele também não é apresentado em documentação anterior, e tem o mesmo cargo que Tadashige recebeu em 1354. Tadashige é mencionado em outro documento em 9-12-1362⁴⁵, sem mencionar nenhum cargo de Corte, enquanto Tameshige *saemon shōjō* é recompensado em 15-3-1363⁴⁶. O Documento 1.12, de 15-8-1363, tem ligação direta com o Documento 1.8, de modo que pareceu-me, a princípio, que seu recipiente fosse Muneshige (é endereçado apenas ao *kumon* da parte oeste de Tannowa-no-shō, enquanto o documento 1.8 é encaminhado ao *kumon* de Tannowa-no-shō, assinado como recebido por *sahyōe* Suebayashi, que anteriormente liguei a Muneshige pelo cargo de *sahyōe no jō*).

Em um documento datado de 4-7-1365, *saemon no jō* (左衛門尉) Tadashige é elevado ao Quinto Grau Inferior⁴⁷. É por conta deste documento que assumo que o *saemon no jō* citado no Documento 2.2 seja Tadashige: nenhum outro Tannowa é nomeado *saemon no jō* até então, e em 1365 Tadashige já é tratado por *saemon no jō*, indicando que a nomeação ocorreu antes, e a documentação, mais uma vez, não sobreviveu. Acredito ser o caso de os próximos cinco documentos em ordem cronológica dizerem respeito a Tadashige. São eles os Documentos 4.6, 4.7, 2.5, 2.3, e 2.4. Vejamo-os com mais cautela.

Dois documentos foram emitidos em 12-9-1372, o Documento 4.6 e 4.7. Neles, Tannowa *saemon daibu* (左衛門大夫) tem serviços militares recentes reconhecidos por Chōkei

43 Documento 4.4, p. 144.

44 Documento 1.9, p. 133-134.

45 Documento 1.10, p. 134.

46 Documento 1.11, p. 134.

47 Documento 4.5, p. 144.

*tennō*⁴⁸, e também por ordem imperial, suas terras ancestrais, *honryō*, são protegidas⁴⁹. Em 2-10-1373, Tannowa Tarō *saemon no jō* recebe terras em Izumi por ordem de Kusunoki Masaaki⁵⁰ (assumo novamente tratar-se de Tadashige). Os documentos 2.3 e 2.4 são ambos datados de 20-9-1374: tratam-se das convocações de Kusunoki Masanori para que o tal Tannowa *saemon daibu* mude de lado, e passe para a Corte de Norte, durante o período que o próprio Masanori lutou pelo outro regime, frustrado pelo regime anti-conciliatório de Chōkei. Nos documentos, Masanori promete o *ryōke shiki* de Tannowa-no-shō⁵¹ e a segurança do *honryō* Tannowa⁵². Percebe-se que dos cinco documentos, quatro são encaminhados a *saemon daibu*, e um a *saemon no jō*. Por muito tempo, fiquei sem solução para esta questão, e sequer ligaria *saemon no jō* a *saemon daibu*. Ocorre que, primeiramente, não temos até aqui nenhum outro Tannowa explicitamente nomeado *saemon no jō* além de Tadashige, tornando-o recipiente provável do Documento 2.5. Após buscar incansavelmente e sem sucesso pelos mais variados glossários internacionais, encontro no glossário da tradução para português do *Livro do Travesseiro* de Sei Shōnagon uma definição para *daibu* que desvenda toda a questão: “escalão do Quinto Grau, (nobre) de Quinto Grau *taifu (daibu)* 大夫 termo genérico para qualquer oficial de Quinto Grau”⁵³, e ainda mais específico, “Oficial do Quinto Grau da Esquerda do Portal: *saemon daibu (saemon taifu, saemon tayū)*, 左衛門大夫, era subordinado ao Quartel da Esquerda da Guarda do Portal do Palácio Imperial (*emonfu*).”⁵⁴ Lembremos, o único Tannowa a receber o Quinto Grau de Corte (no caso, o único Tannowa documentado recebendo qualquer grau de Corte) é Tannowa Tadashige, no Documento 4.5, em 1365, documento que também revela que ele já ocupava a posição de *saemon no jō*.

Quebrando brevemente a análise cronológica, ainda outros dois documentos vieram da Corte do Norte, em 1379 e 1380, ambos recompensas dadas por Kusunoki Masanori a Tannowa *sakon no shōgen*⁵⁵. O único *sakon no shōgen* que temos até então é Tannowa Mitsushige, nomeado tal em 1361, quase vinte anos antes. Se, de fato, tratar-se de Mitsushige, significa que não só Tadashige mudou para a Corte do Norte com Kusunoki Masanori, mas também Mitsushige, e arrisco dizer que isso talvez seja indicativo forte o bastante para cogitar que Mitsushige fosse filho de Tadashige. Seria o caso de o filho ter acompanhado o pai, e o pai, supostamente Tadashige, ter falecido entre 1365 e 1379, tornando Mitsushige o novo

48 Documento 4.6, p. 145.

49 Documento 4.7, p. 145.

50 Documento 2.5, p. 137.

51 Documento 2.3, p. 136.

52 Documento 2.4, p. 136-137.

53 CORDARO, 2013, p. 556.

54 CORDARO, 2013, p. 559.

55 Documentos 2.6 e 2.8, p. 137.

recipiente de recompensas por parte de Masanori? É importante lembrar que havia mais de um recipiente de recompensas dentre os Tannowa enquanto estes lutaram pela Corte do Sul, mas Mitsushige só é citado recebendo a nomeação de *sakon no shōgen*, não recebendo nenhuma recompensa na forma de algum *shiki* até estes dois documentos, o que creio ser evidência suficientemente sólida para arriscar que ele servisse subordinado a Tadashige.

Voltando para 1375, um membro Tannowa identificado apenas pelo título, Inaba *gon no kami* (権守) recebe recompensas da Corte do Sul⁵⁶. Segundo o raciocínio que venho seguindo, tal Tannowa não poderia ser Tadashige nem Mitsushige, posto que neste período ambos estavam a serviço de Kusunoki Masanori, lutando pela Corte do Norte. Possivelmente, no entanto, trata-se do mesmo recipiente do documento 2.10, “Inaba *saemon no jō*”, neste caso, “o *saemon no jō* de Inaba” (que não era propriamente de Inaba, mas tinha ligação com Inaba pela honraria recebida, ou seja, seria ao mesmo tempo *gon no kami* da província de Inaba e *saemon no jō*). Quanto a este segundo documento, trata-se de uma recompensa em Kawachi, dada por Masanori, em 1386⁵⁷, quando ele já havia retornado à Corte do Sul. A ligação entre Inaba *gon no kami* e Inaba *saemon no jō*, no entanto, é mais uma conjectura, pois podem muito bem ser dois membros distintos da família Tannowa. Um ano antes, porém, Masanori, que já estava ao lado da Corte do Sul há algum tempo, recompensou com um *shiki* em Izumi um tal de Tannowa *Hayato no suke*, cuja identidade também é desconhecida⁵⁸. Parece que após retornar à Corte do Sul, Masanori tenha voltado a encarregar-se dos Tannowa como um todo. Por fim, um novo personagem aparece em 1391, Tannowa Shigetaka, que no documento passa de *uemon shōjō* para *saemon shōjō*⁵⁹. Há outros dois documentos, posteriores às Guerras Nanbokuchō, um de 1396 e outro de 1403, ambos sobre Tannowa Nagashige, ponto onde encerrarei a análise, mas disto tratarei adiante.

Espero, com este longo exercício, ter esboçado possíveis relações entre indivíduos e títulos, de modo a permitir uma melhor compreensão dos documentos. Até agora, no entanto, estes títulos foram amontoados uns sobre os outros, sem nada falar a respeito deles. Cabe, a seguir, explorar brevemente o tema, antes de rumar ao ponto central, que é o delineamento das conquistas territoriais dos Tannowa.

3.2.2. Os Tannowa e as honrarias de Corte

Os postos ou cargos aos quais os Tannowa foram nomeados em seu período na Corte

⁵⁶ Documento 4.8, p. 145.

⁵⁷ Documento 2.10, p. 138.

⁵⁸ Documento 2.9, p. 137-138.

⁵⁹ Documento 4.9, p. 145.

do Sul, os graus de Corte, e tudo mais eram parte da antiga burocracia do *ritsuryō*, e tiveram, a seu tempo, funções reais atreladas a si, mas para todos os propósitos, no século XIV, em especial talvez dentre a Corte do Sul, que estava desalojada do meio urbano e desprovida de muito da sua riqueza anterior, estas nomeações eram apenas honoríficas. Isto não é dizer que fossem dispensáveis: os Akamatsu, por exemplo, uma vez associados aos Ashikaga, receberam cinco títulos honorários de governadores provinciais, em Izu, Kōzuke, Shimotsuke, Tōtōmi e Noto⁶⁰, sem deter nenhum poder ou base nestas províncias. Como deixa claro John Whitney Hall, os líderes militares do século XIV competiam avidamente por estes títulos e graus de Corte que pareciam vazios e desprovidos de sentido, especialmente os líderes que buscavam exercer hegemonia, tais quais os Ashikaga, pois *status* na Corte Imperial continuava sendo uma via de legitimação para o exercício do poder político⁶¹.

Além disso, muito foi dito sobre a necessidade de recompensar serviços militares prestados. Recompensas, no entanto, não limitavam-se apenas a *shiki* envolvendo terras. Como diz Conlan:

Obviamente, recompensas vinham em muitas formas. O *kanji* do nome de alguém podia ser conferido a um guerreiro merecedor; flâmulas de batalha podiam ser dadas; podia-se conferir espadas a guerreiros valoros; terras natais (*honryō*) podiam ser confirmadas; novos direitos sobre terras, ou *shiki*, podiam ser conferidos; e terras e receitas podiam ser provisoriamente confiadas a guerreiros para o propósito de provisões militares. Independente da forma das recompensas (*on*), a largueza era um componente essencial da senhoria hegemônica.⁶²

Não há razão para pensar que dentre estas variadas formas de recompensar, títulos honoríficos e graus de Corte não fossem igualmente recompensas válidas. Futuramente, até mesmo artesãos e mercadores competiriam por tais honrarias em Kyōto⁶³. Para famílias como os Tannowa, que detinham, ao que tudo indica, moderado poder a nível regional, tais honrarias podiam servir como escudos contra rivais locais, fontes extras de legitimidade, e uma fonte de prestígio, ou, se preferir, capital simbólico, que os diferenciava daqueles pares que não detinham tais honrarias. Além disso, a Corte do Sul estava cada vez mais isolada, passando por penúrias, algo que nota-se fisicamente nos Documentos 4.3, 4.4 e 4.5: Conlan nos diz que um papel especial era usado para éditos imperiais, mas a partir do Documento 4.3, a Corte do Sul passa a tingir papel comum para dar aparência do papel reciclado de amoreira⁶⁴.

60 HALL, 1966, p. 214.

61 HALL, 1990, p. 191.

62 CONLAN, 2003, p. 150-151.

63 BERRY, 1994, p. 203-205.

64 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

Não que as honrarias que tenham recebido sejam espetaculares. Parece relativamente comum que guerreiros, ou ao menos guerreiros de médio porte, recebessem honrarias como o posto de *saemon no jō* e similares já desde o período Kamakura⁶⁵. Ainda assim, era um reconhecimento de sua ascensão social.

Cabe, entretanto, perguntar: em que consistiam tais títulos? Depois de longo processo de mudança e maturação, em 811 fixaram-se as Seis Guardas Imperiais⁶⁶, sendo três Guardas com divisões da Esquerda e Direita: *hyōefu* (兵衛府), *emonfu* (衛門府) e *kon'efu/konoefu* (近衛府), das menos para a mais prestigiosa. O oficialato, em nível ascendente, era diferente em cada uma das Guardas, e à época, exigia determinados graus de Corte, coisa que provavelmente não se aplicava mais no século XIII e XIV. Nas *hyōefu*: *shōsakan*, *daisakan*, *shōjō*, *daijō*, *suke*, e *kami*. Nas *emonfu*: *sakan*, *jō*, *suke*, *kami*. Nas *kon'efu*: *shōsō*, *shōgen*, *shōshō*, *chūjō*, *taishō*⁶⁷. A isto somava-se o componente de Esquerda e Direita, respectivamente *sa* (左) e *u* (右). Por razões que remontam à China, de onde tais modelos foram importados, Esquerda sempre era mais elevada no *ritsuryō*⁶⁸ (deixando claro que estas divisões obviamente não tinham nenhum significado ideológico análogo à divisão entre esquerda e direita na política ocidental).

Assim, estamos equipados para desvendar os cargos recebidos: *saemon no jō*, por exemplo, diz respeito ao *jō* da *emonfu* da Esquerda; *sahyōe no jō*, *jō* da *hyōefu* da Esquerda (posto que não consta no glossário, onde apresenta-se apenas *shōjō* e *daijō*, talvez uma adição posterior); *sakon no shōgen*, *shōgen* da *kon'efu* da Esquerda, e assim por diante. Em suma: adiciona-se o componente esquerda/direita (*sa/u*) ao nome da guarda, que perde o *fu* (*saemon*, *uhyōe*, *sakon*), para por fim adicionar-se o genitivo *no*, seguido do respectivo cargo.

Vemos, desta forma, que Tadashige recebe postos na *emonfu* (*uemon shōjō* para *saemon shōjō* em 1354⁶⁹; *saemon shōjō* para *saemon no jō* em algum momento entre 1354 e

65 Inumeros exemplos despontam em MASS, 1976 e 1989. Cito apenas uns poucos: MASS, 1976, p. 54 (doc. 33), p. 94-96 (doc. 73), p. 125-128 (doc. 99), p. 142 (doc. 118); MASS, 1989, p. 142-143 (doc. 20), p. 154 (doc. 30), p. 166-167 (doc. 42), p. 175 (doc. 52), p. 200 (doc. 73). O próprio Documento 5.1 (p. 146) do compêndio analisado neste trabalho é um exemplo claro de como guerreiros acumulavam e eram afeitos a estas honrarias, e não nos esqueçamos que o primeiro Tannowa a ser tratado por algum título do gênero é Tannowa Shōen, que quando convocado no Documento 3.5 de 1333, é tratado por “Tannowa *uemon* Gorō *nyūdō* Shōen”, provavelmente *uemon no jō* que tornou-se *nyūdō* (“monge leigo”).

66 Para um estudo de sua formação e evolução até 811, ver FRIDAY, 1992, p. 56-65.

67 CORDARO, 2013, p. 550-551. As tradutoras traduzem tanto as Guardas quanto os cargos, mas não acho que tal exercício seja proveitoso aqui, posto que as equivalências são ilusórias, de modo que o que concebemos como capitão ou tenente não traduz realmente cargos das Guardas Imperiais japonesas fixados há mais de um milênio.

68 CORDARO, 2013, p. 549.

69 Documento 4.2, p. 144.

1355⁷⁰, e além disso, em 1365, é elevado ao Quinto Grau Inferior⁷¹, e a partir daí, referido por *saemon daibu*⁷²), Muneshige na *hyōefu* (*sahyōe no jō* em 1355⁷³), e Mitsushige, na *kon'efu* (*sakon no shōgen* em 1361⁷⁴, referido também em outros documentos). Além disso, temos Tameshige como *saemon shōjō*⁷⁵, Shigetaka, de *uemon shōjō* para *uemon no jō*⁷⁶, o tal *Hayato no suke*⁷⁷, e o personagem ligado a Inaba, que tratarei adiante.

Lembremos que Tadashige e Mitsushige, ou ao menos *saemon daibu* e *sakon no shōgen*, mudaram para a Corte do Norte com Kusunoki Masanori. Minha hipótese é de que Mitsushige seria filho de Tadashige. Ele, no entanto, é o indicado à Guarda mais prestigiosa das três, *kon'efu*. Por outro lado, seu posto é de *shōgen*, o segundo mais baixo. Tadashige ocupa primeiro o mais baixo dos postos, *saemon shōjō*, mas depois é elevado a *saemon no jō*, isto tendo ocorrido antes de Mitsushige ser nomeado *sakon no shōgen*⁷⁸. Ele também é o único mencionado a receber o Quinto Grau de Corte, tornando-o nominalmente um membro da média aristocracia.

Cabe falar brevemente sobre os graus de Corte, tópico bastante complexo, e que tratarei da forma mais sucinta possível. Tratava-se de um sistema estabelecido nos séculos VII e VIII que hierarquizava a aristocracia japonesa, e que não dizia respeito a cargos, mas estava atrelado a eles, de modo que determinados cargos eram reservados a detentores de determinados graus de Corte. O sistema era composto por 8 Graus, subdivididos em 48 divisões, dos quais os 3 primeiros graus eram reservados à alta nobreza, uns 20 clãs pelo início do período Heian. Ainda considerados membros da nobreza, em torno de 120 clãs ocupavam o Quarto e Quinto Grau⁷⁹. Originalmente, ao menos, o fato de ser detentor de um grau de Corte dava tratamento penal diferenciado, e direito a estipêndio de acordo com o grau⁸⁰.

Em algum momento entre os períodos Heian e Kamakura, estes graus ganharam

70 Documento 2.2, p. 136.

71 Documento 4.5, p. 144.

72 Documento 4.6, 4.7, p. 145; Documentos 2.3, 2.4, p. 136-137.

73 Documento 4.3, p. 144.

74 Documento 4.4, p. 144.

75 Documentos 1.9, 1.11, p. 133-134.

76 Documento 4.9, p. 145.

77 Documento 2.9, p. 137-138.

78 Documento 2.2, p. 136.

79 SHIVELY, Donald H., MCCULLOUGH, William H. Introduction. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 3-4; MCCULLOUGH, William H. The capital and its society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 130-131.

80 NAOKI, 1993, p. 238; TORAO, Toshiya. Nara economic and social institutions. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan**. New York: Cambridge History Press, 1993, p. 426-427.

conotação de honrarias, primeiramente concedidos aos líderes guerreiros mais eminentes (Minamoto Yoritomo, fundador do primeiro *bakufu*, recebeu o Segundo Grau Superior)⁸¹. Pelo século XIV, como podemos averiguar, estavam sendo conferidos a guerreiros provinciais muito mais baixos na escala de importância. Obviamente, estes graus de Corte concedidos como honrarias tinham perdido suas prerrogativas originais, mas carregavam consigo um capital simbólico que remontava à antiguidade japonesa.

Passando para *Hayato no suke*, minha busca foi infeliz. Encontrei apenas uma menção na Wikipedia inglesa sobre o povo *hayato*, minoria étnica de Kyūshū, com a nota (sem referência) de que *hayato no suke* também era usado como título por samurais⁸². De fato, no documento original, os *kanji* usados para *hayato* são os mesmos que designam o povo, mas a informação não só carece de referências como é muito vaga, não especificando exatamente o que cabia a um *hayato no suke*.

Gon no kami tratava-se do posto de governador provincial provisional⁸³, no caso, Inaba *gon no kami* seria “governador provisional da província de Inaba”. Este *gon*, que foi traduzido por “provisional” no *Livro do Travesseiro*, dizia respeito, mais especificamente, a postos que estavam sendo ocupados em excesso, para além do número normal de incumbentes⁸⁴, o que reforça o caráter honorífico e simbólico da posição. Não era incomum encontrar dentre os documentos já do período Kamakura referências a guerreiros com títulos honoríficos de governadores provinciais, mas isto só simboliza que os Tannowa estavam, de fato, ascendendo socialmente e consolidando-se como guerreiros de prestígio. Por sinal, aqui explico porque associo Inaba *gon no kami* a Inaba *saemon no jō*: era perfeitamente natural ocupar ambas as posições, uma civil, relativa ao governo provincial, outra militar, relativa ao oficialato de uma das seis Guardas Imperiais. Lembremos que em seu surgimento, os samurais eram magnatas provinciais e da baixa e média aristocracia central que buscavam, através do serviço das armas, meios de ingressar na burocracia civil, como visto no primeiro capítulo deste estudo. Forte exemplo desta mistura de postos civis e militares num designativo pessoal encontra-se no clássico literário *Genji Monogatari*, onde um personagem importante na obra, tratado apenas por *tō no chūjō* por boa parte do romance, traz a “contradição” em seu próprio designativo: ele era *tō* (“secretário”) do *kurōdodokoro*, órgão civil, e *chūjō* (“capitão”) da *kon'efu*, de modo que Royall Tyler traduziu “*tō no chūjō*” como “Capitão-Secretário” em

81 HALL, 1966, p. 150.

82 WIKIPEDIA. **Hayato people**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Hayato_people. Acesso em: 25 jun. 2021.

83 CORDARO, 2013, p. 556.

84 TYLER, Royall. **The Tale of Genji**. New York: Penguin Books, 2003, p. 1160.

sua tradução da obra para a língua inglesa⁸⁵. Por outro lado, nada impede que o *saemon no jō* de Inaba seja, por exemplo, um filho do *gon no kami* de Inaba, ficando conhecido como prole do Tannowa que recebeu um cargo honorífico em Inaba.

Todas as hipóteses levantadas com relação às possíveis identidades dos Tannowa tratados nos documentos seguem uma lógica clara, mas não são, nem de longe, certas. São meras conjecturas, na falta da possibilidade de afirmações mais concretas. Isto, no entanto, não nega o fato de que os Tannowa receberam estes títulos, e caso meu raciocínio esteja errado, e os títulos digam respeito não a algumas poucas figuras, mas a múltiplas, torna ainda mais forte o argumento de que eles cresceram muito em importância como *kokujin* de Izumi durante seu período de serviço na Corte do Sul. Isto, no entanto, parece-me muito pouco provável, pois se fosse o caso, os Tannowa provavelmente seriam uma família muito maior, mais bem conhecida, e mais bem documentada.

Em suma, os Tannowa, em seu período na Corte do Sul, deixaram de ser simples guerreiros provinciais, e adquiriram honrarias que somavam ao seu capital simbólico, e os distinguiam perante seus pares desprovidos destes honoríficos, chegando a entrar, ao menos nominalmente, nas bordas da média aristocracia. Parto agora para uma detalhada análise da evolução de suas posses territoriais.

3.2.3. Uma análise da evolução das posses territoriais dos Tannowa

Lembremos, a trajetória dos Tannowa começou de forma bastante humilde: pela documentação, durante o século XIII mantiveram um só *shiki*, o de *kumon* de Tannowa-no-shō, para o qual Tachibana Shigemoto foi apontado originalmente em 1237⁸⁶, reconfirmado após presumível disputa ou desentendimento com o proprietário em 1249⁸⁷, e nomeado mais uma vez, desta vez como *kumon* apenas da parte leste do *shōen* em 1262⁸⁸. Este *kumon shiki* da parte leste foi herdado por Kinnara, que foi nomeado *kumon* em 1298⁸⁹. Após seus serviços militares na derrubada do *bakufu*, os Tannowa foram recompensados com o *gesu shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō em 1334, embora o mesmo documento seja endereçado ao *azukari-dokoro* da parte leste de Tannowa-no-shō⁹⁰. Tannowa Suketarō Shigeuji, por melhor que seja seu registro de serviço militar⁹¹, não tem nenhum documento de recompensa em seu nome. Em 1348, no entanto, Tannowa Magogorō recebe metade das terras do distrito de

85 Ibidem, p. 1160, 1161, 1166.

86 Documento 1.3, p. 131-132.

87 Documento 1.4, p. 132.

88 Documento 1.5, p. 132.

89 Documento 1.6, p. 133.

90 Documento 1.7, p. 133.

91 Documentos 3.6 e 3.7, p. 139-140.

Sennan como *hyōrōryō* (兵糧料)⁹², ao que tudo indica um sinônimo de *hyōrōmai* (兵糧米), ou seja, terras para provisões militares onde podia-se extrair metade a dois terços do *nengu*. Aqui, algumas notas: não é dito no documento se isto dizia respeito apenas às terras públicas – *kōryō* – ou também aos *shōen* localizados na região. É plausível assumir também que esta recompensa tenha sido temporária, pois esta era a natureza das concessões de *hyōrōmai*, muito embora guerreiros poderosos ocasionalmente ignorassem tal fato.

Poucos anos depois, Tannowa Hikotarō Sukeshige muda para o lado da Corte do Sul, entre 1350 e 1351⁹³. Magogorō é visto na documentação apenas mais uma vez, em 1352, onde é laudado pelo meritoso serviço de ser ferido em batalha⁹⁴. Nada mais sabe-se a seu respeito, ou de possíveis descendentes seus, de modo que todos os demais documentos seguem os Tannowa que mudaram para a Corte do Sul. Aqui ignorarei os inúmeros documentos citados nos trechos anteriores, onde os Tannowa recebem apenas títulos honoríficos, voltando minha atenção para os documentos onde recebem *shiki* ou outro tipo de direitos sobre terras.

Em 1355, Tannowa *saemon no jō* (Tadashige) recebe um terço dos rendimentos de *gunzeibun* (軍勢分) da parte leste de Tannowa-no-shō⁹⁵. *Gunzei* (軍勢) traduz-se por forças militares, mas *bun* (分), neste sentido, por porção, provavelmente porção pertinente às forças militares. Neste caso, um terço disto é conferido aos Tannowa, embora novamente pode tratar-se de uma recompensa temporária. Assumo que o recipiente seja Tadashige com base no título de *saemon no jō*.

Em 1359, o proprietário de Tannowa-no-shō, presumivelmente Kujō Tadaaki (de acordo com como o documento foi posteriormente intitulado em japonês), transmite em sua integralidade um tributo extra de caráter hereditário, *kyōbun*⁹⁶. A natureza deste tributo não é mencionada, mas a linguagem de sua transmissão é *chigyō*, aqui provavelmente indicando posse, e sendo o emolumento de natureza hereditária, não há porque assumir que ao ser transmitido aos Tannowa ele tenha perdido este caráter, dada a importância das práticas consuetudinárias na administração local. Neste caso, no entanto, cabe uma dúvida quanto a quem tal recompensa era endereçada: o documento a envia Tannowa-no-shō *kumon-dono* (淡輪庄公文殿), traduzido por escritório do *kumon* de Tannowa-no-shō, ou residência do *kumon* de Tannowa-no-shō. Os Tannowa tinham mantido o *kumon shiki*, e posteriormente referir-se-á novamente ao *gesu shiki*, mas neste período é incerto se eles o detinham. O documento é assinado como “recebido” (奉) por *Sahyōe no jō* Suebayashi, que anteriormente identifiquei

92 Documento 3.10, p. 140-141.

93 Documentos 4.1, p. 143; 2.1, p. 135-136.

94 Documento 3.14, p. 142.

95 Documento 2.2, p. 136.

96 Documento 1.8, p. 133.

como Tannowa Muneshige. No entanto, minha hipótese original era de que Tadashige fosse o líder dos Tannowa, e portanto, provavelmente o detentor do *kumon shiki* de Tannowa-no-shō. As possibilidades que vi foram: (1) Muneshige assinou o documento por Tadashige; (2) Muneshige era o *kumon*, e Tadashige talvez ocupasse o *gesu shiki*; (3) talvez Muneshige fosse o *kumon* e Tadashige tivesse formado uma base em torno de outros *shiki*, ou não fosse, de fato, o líder dos Tannowa.

A hipótese 1 parece pouco usual, mas se correta, confirmaria a subordinação de Muneshige a Tadashige, e sua impossibilidade de ser recipiente de recompensas em seu próprio nome. Se este for o caso, temos que ignorar as honrarias de Corte, pois elas são dadas a diversos Tannowa, e não só aos líderes. Isso parece plausível, pois o mesmo ocorre, por exemplo, no caso citado dos Akamatsu. Mais que isso, era comum que guerreiros buscassem honrarias para familiares, especialmente herdeiros. A hipótese 2 é problemática, pois em momento algum Tadashige é mencionado como *gesu*, nem Muneshige explicitamente como *kumon*. A hipótese 3, no entanto, é a menos arriscada: Muneshige não é chamado de *kumon* diretamente, mas *sahyōe no jō* Suebayashi confirma o recebimento de um documento endereçado ao *kumon*, e assumo que *sahyōe no jō* Suebayashi seja Muneshige pelas mesmas razões que assumi que o *saemon no jō* do Documento 2.2 é Tadashige.

Em outro documento de Kujō Tadaaki, datado de 5-8-1362, descobrimos que o *kumon* dos Tannowa, nesta época, tinha direito a uma taxa sobre os campos públicos (*kōden* 公田) na parte oeste de Tannowa-no-shō, e pela primeira vez temos uma quantidade explicitada: seis *shō* e três *gō* por *tan* de terra (cerca de 4,5 litros por cada 1.190m²), além de quantidades não especificadas de couro de cavalo. O documento, no entanto, é uma admoestação de Kujō Tadaaki a terceiros, pois ao que parece, tais receitas foram tomadas para provisões militares, e ele faz uma exortação para que tais direitos sejam restituídos e não mais violados⁹⁷.

Paremos um pouco para considerar a questão: em 1228 Kaneshige foi acusado de atos ultrajantes quando tentou aumentar seus rendimentos enquanto *gesu* de 2 para 5 *shō* por *tan*, de modo a tornar-se autogenicamente um *shinpō jitō*⁹⁸. Aqui vemos que os Tannowa já tinham consolidado, para além de quais fossem seus direitos como *kumon* ou *gesu* de Tannowa-no-shō, o tributo extra hereditário mencionado acima, e esta receita extra sobre campos públicos a oeste de Tannowa-no-shō que sozinha somava 6 *shō* e 3 *gō* por *tan*, além do couro de cavalo. É razoável assumir que quando foram apontados *kumon* de Tannowa-no-shō pela primeira vez tivessem uma receita inferior a que Kaneshige tenha tentado tomar para si, até

97 Documento 1.9, p. 133-134.

98 Documento 1.1, p. 130-131.

porque originalmente ele era *gesu*, estando acima do *kumon*. Aqui, só esta receita adicional já ultrapassa o que na época de Kaneshige foi considerado ultrajante.

Outro documento de 1362 confirma que Tadashige não era o *kumon* de Tannowa-no-shō. Trata-se do *shōtomai*, tributo não definido, sobre um *tan* em Munetomo-myō, *kōden* na parte oeste de Tannowa-no-shō. Eis o que se diz: embora estivessem no registro das posses do *kumon*, tinham sido concedidos a Tadashige, e portanto, estavam isentos (do *kumon*)⁹⁹. Toda e qualquer hipótese de que Tadashige fosse *kumon* é portanto invalidada. Tratava-se, além disso, de uma disputa familiar. Tadashige não podia ser o líder dos Tannowa, mas acredito que não houvesse mais uma liderança unificada, mas dois ramos distintos.

O *kumon* era então Tameshige, *saemon shōjō*, pois é ele quem recebe o Documento 1.9, e quem também recebe o documento 1.11. Neste documento, de 1363, ele recebeu as terras abertas (*kōya* 広野, “planícies”, “campos”) de Tannowa-no-shō, tendo também direitos sobre as águas e montanhas, benesses concedidas por Kujō Tadaaki, proprietário de Tannowa-no-shō¹⁰⁰. Isto dava a Tameshige poderes imensos: o controle das montanhas muitas vezes indicava controle de bosques, podendo indicar a possibilidade de extração de madeira, ou ao menos, de direitos de caça. O controle das águas, mais importante ainda, era fonte de inumeráveis disputas dentro dos *shōen*¹⁰¹, e com *shōen* vizinhos. Através destes poderes, era possível eleger que campos seriam mais beneficiados com projetos de irrigação, por exemplo.

Minha hipótese é que temos duas linhas dos Tannowa com algum grau de competição: uma deriva de Tadashige, outra de Muneshige. Acredito que Muneshige fosse *kumon* de Tannowa-no-shō na época do Documento 1.8, e que tenha sido sucedido por Tameshige, possivelmente seu filho. As evidências para crer que Tameshige fosse o *kumon*, além das listadas acima, e a evidência que me leva a crer na relação sucessória de Muneshige para Tameshige, encontram-se no Documento 1.12, de 1363.

Nele, o proprietário, Kujō Tadaaki, fala novamente do *kyōbun* da parte oeste de Tannowa-no-shō devido ao *kumon*, lembrando que no ano 14 da era Shōhei (calendário da Corte do Sul, 1359), foi estipulado que a taxa do proprietário era de três *tō* por *tan* (1 *tō* = 10 *shō*), e que o *kyōbun* era direito permanente do *kumon*¹⁰². O proprietário parece estar reforçando o que já era conhecido. Em que situações isto ocorria? Primeiramente, no caso de alguma tentativa de engrandecimento por uma das partes às custas da outra, ou qualquer

99 Documento 1.10, p. 134.

100 Documento 1.11, p. 134.

101 GARRETT, Philip. Bad Neighbors and Monastic Influence: Border Disputes in Medieval Kii. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018, p. 377.

102 Documento 1.12, p. 134-135.

desentendimento similar. Em segundo lugar, como reconhecimento dos direitos adquiridos anteriormente, por um predecessor, e que deveriam ser mantidos para com o herdeiro. O documento faz referência clara ao que foi estabelecido anteriormente com Muneshige, no Documento 1.8 de 1359. Tameshige provavelmente era *kumon* antes da emissão do Documento 1.9, de 1362, e estava recebendo este documento como confirmação destes direitos hereditários específicos.

Seguindo a ordem cronológica, em 1373 um Tannowa *saemon no jō* recebe de Kusunoki Masaaki um terço do “legado” (*ato* 跡) do *jōza* – título de administrador monástico – de Shinke, na província de Izumi¹⁰³. Por nenhum outro *saemon no jō* ter sido mencionado até aqui dentre os Tannowa, assumo tratar-se de Tadashige, embora estranhe ele não ser tratado por *saemon daibu*, como vinha sendo tratado nos documentos anteriores e continuaria a ser tratado nos posteriores. Provavelmente tratavam-se de terras confiscadas. Se tratar-se, de fato, de Tadashige, isso aumentava sua base de poder em Izumi.

Em seguida, Tadashige muda de lado ao ser convocado por Kusunoki Masanori, como dito anteriormente, mas Masanori é incapaz de manter suas promessas originais de recompensas, dando outras recompensas não a ele, mas a Tannowa *sakon no shōgen* Mitsushige, que argumenta ser seu sucessor.

Que recompensas foram estas? Um terço das receitas do *ryōke shiki* de Hashiwa, em Kawachi (o documento não indica *no-shō* 庄, tão comumente seguido ao nome de *shōen*), terra que curiosamente havia sido tomada em tempos recentes pelos habitantes locais¹⁰⁴, e além disso, terras confiscadas “daqueles que cometeram ultrajes” (*rōzekinin* 狼藉人), em Ueda, também na província de Kawachi¹⁰⁵. Os documentos são, respectivamente, de 1379 e 1380, cinco e seis anos depois da convocação de Tadashige para mudar de lado, e como Kusunoki Masanori explica no Documento 2.6, o Tannowa *sakon no shōgen* estava recebendo estas terras em Kawachi porque as terras (prometidas) em Izumi não puderam ser confirmadas. Como já citado anteriormente, Conlan esclarece que Izumi estava fortemente nas mãos da Corte do Sul, enquanto Kusunoki Masanori tinha uma base firme em Kawachi, província vizinha. Estas posses em Kawachi ficaram com os Tannowa? Não faz-se mais menção a elas posteriormente, e os Tannowa parecem ter continuado firmemente guarnecidos em Izumi, muito embora as províncias fossem vizinhas. Kawachi, no entanto, ficou firmemente nas mãos dos Hatakeyama depois de Masanori, e continuou em suas mãos ao longo do século XV, enquanto como foi mencionado, os Tannowa voltaram para a Corte do

103Documento 2.5, p. 137.

104Documento 2.6, p. 137.

105Documento 2.8, p. 137.

Sul, e quando o conflito acabou, firmaram fortes laços com os Hosokawa, *shugo* de Izumi nos séculos XV e XVI¹⁰⁶. De todo modo, depois destes documentos, Tadashige e Mitsushige, ou, de modo mais certo, *saemon daibu* e *sakon no shōgen*, saem de cena, assim como sai de cena Tameshige (o último documento que o menciona explicitamente é o Documento 1.11, de 1363, embora ele possivelmente seja o recipiente do Documento 1.12, do mesmo ano, conforme argumentei).

Nesse meio tempo, no entanto, enquanto Tadashige e Mitsushige lutavam pela Corte do Norte, outro Tannowa é recompensado na Corte do Sul. Trata-se de Inaba *gon no kami*, personagem tratado apenas por seu título. Temo arriscar demais tentando especular a identidade desta figura em especial. De todo modo, a ele são dadas as terras confiscadas de um tal de Sakyō no Suke Tadaaki, em Tottori-no-shō, província de Izumi, em 1375. A ordem vem de Chōkei *tennō*¹⁰⁷. Com isso, a base de poder dos Tannowa em Izumi cresce ainda mais, estendendo-se por mais um *shōen* na província. Dez anos mais tarde, em 1385, outro Tannowa desconhecido, o tal *Hayato no suke*, recebeu o *kumon shiki* de Hako-zukuri-no-shō, ainda outro *shōen* em Izumi, além das terras confiscadas de um tal Shinya Hachirō¹⁰⁸. Em Kawachi, os Tannowa obtiveram as terras confiscadas de um tal Hanada Rokurō, por ordem de Masanori¹⁰⁹. O recipiente é Inaba *saemon no jō*, possivelmente o mesmo Inaba *gon no kami*. Novamente levanto a questão de se os Tannowa foram capazes de manter suas posses em Kawachi após o término do Nanbokuchō.

Por fim, é possível ver que em um espaço de tempo relativamente curto, os Tannowa, de *kumon* da parte leste de Tannowa-no-shō, adquiriram o *gesu shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō, estenderam seus domínios para terras públicas na parte oeste do *shōen*, receberam recompensas diversas em Tannowa-no-shō e na província de Izumi como um todo (incluindo *shiki* em outros *shōen* de Izumi), além de domínios na província de Kawachi. Dentre as recompensas diversas, destaco os campos abertos, montanhas, e águas de Tannowa-no-shō. Infelizmente, a maioria dos documentos cita “o legado de tal”, “terras em tal *shōen*”, mas são completamente reticentes quanto à extensão ou valor destas posses. Ainda assim, pelo grande número de éditos imperiais que receberam, e documentos do eminente Kusunoki Masanori, e pela simples soma das recompensas recebidas, não resta dúvidas que durante seu período de serviço na Corte do Sul, os Tannowa foram capazes de consolidar-se firmemente como *kokujin ryōshu* de poder respeitável em Izumi.

106Cf. Documentos 3.16, 3.17, e 3.18, p. 142-143.

107Documento 4.8, p. 145.

108Documento 2.9, p. 137-138.

109Documento 2.10, p. 138.

3.2.4. Os Tannowa entre as duas Cortes: estratégias e conflitos familiares

Com a adoção gradual da unigenitura, conforme a parentela lateral tornava-se mais economicamente dependente das fortunas do ramo central, os clãs tornaram-se mais solidários e coesos¹¹⁰. Os conselhos de clãs, onde os membros importantes davam suas opiniões sobre matérias de interesse comum, tornaram-se mais comuns, e com o vão político surgido das Guerras Nanbokuchō, onde ambos os lados clamavam legitimidade, e nenhum dos lados tinha legitimidade irrestrita, algumas famílias decidiram apostar nos dois lados, por vezes mudando de um lado para o outro mais de uma vez¹¹¹, ou, ainda, como mostra o juramento dos Amano que Conlan reproduz, decidindo premeditadamente dividir a família, parte lutando de um lado, parte de outro, de modo que por mais que membros individuais tivessem muito a perder – inclusive as vidas – coletivamente, as fortunas da família estariam asseguradas¹¹².

O que passou-se pela cabeça de Tannowa Hikotarō Sukeshige quando, depois de ter lutado sob ordens dos irmãos Kō e de Hatakeyama Kunikiyo, viu Kō no Moronao e Kō no Moroyasu serem mortos, Ashikaga Tadayoshi e Takauji travarem batalhas um contra o outro – em suma, indícios dos mais diversos de que o regime que ele servia estava prestes a implodir – e recebeu a missiva de Go-Murakami para mudar de lado? Ele provavelmente estava guarnecendo o castelo de Iyama, em sua província natal, Izumi, e pelo tempo entre a convocação e o primeiro feito declarado, deve ter passado longos meses considerando os próximos passos, conforme a situação agravava-se para os Ashikaga e para o regime da Corte do Norte.

Como vimos, ele decide mudar de lado, mas o mesmo não ocorre com Tannowa Magogorō. Teria sido uma diferença ideológica? O próprio Thomas Conlan, que presume que Magogorō fosse filho de Sukeshige, diz “os Tannowa salvaguardaram suas apostas ao lutar por ambos os lados no conflito.”¹¹³ Não tenho ferramentas que me permitam afirmar ter sido este o caso, mas da mesma forma, não é possível descartar tal possibilidade.

Se algum deles sobrou na Corte do Norte depois de Magogorō, este alguém foi eclipsado por seus parentes da Corte do Sul, e se houve algum documento a respeito em posse dos Tannowa responsáveis pela compilação do presente compêndio, este foi propositalmente omitido. A história que os Tannowa contam é vaga em partes pelo tipo de fontes, documentos opacos e insípidos, que além de tudo sobraram apenas parcialmente. Por outro lado, esta história parece vaga propositalmente, por um jogo muito astuto de seleções, onde não se sabe

110MIYAGAWA, 1977, p. 96-97; IKEGAMI, 1997, p. 126-127.

111CONLAN, 2003, p. 6, 142-143.

112CONLAN, 2003, p. 6.

113PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

por qual razão Shigemoto foi removido do posto de *kumon* pelo proprietário, ou qual foi o motivo que o levou de *kumon* de Tannowa-no-shō para *kumon* da parte leste de Tannowa-no-shō. Da mesma forma, é uma história que esmaece possíveis disputas no seio da própria família. É uma história que nada preserva de suas mulheres, que nunca cita a morte de seus homens, que não estabelece os laços de parentesco. Como e quando morreu Suketarō? Ou Tadashige? Muneshige, Mitsushige, Tameshige? Não sabemos. Para todos os propósitos, eles apenas saíram de cena.

Os Tannowa também souberam adotar bem a cartilha dos *kokujin ryōshu*. Seu serviço de batalha tem caráter eminentemente local: eles lutam em Kinai, principalmente em Izumi e Kawachi. Suas recompensas não são espalhadas, e eles com toda certeza quiseram que elas não o fossem, pois os guerreiros montavam estratégias com relação à sua base de poder, lutando em troca de recompensas que fossem condizentes com estas estratégias. Deste modo, a dominação, tanto quanto possível, de Tannowa-no-shō, e a formação de outras bases de poder na pequena província de Izumi eram suas prioridades claras. As recompensas em Kawachi foram mais incidentais que planejadas.

Quando, no entanto, parte da família decide seguir com Kusunoki Masanori para a Corte do Norte, eu não creio que tenha sido em nome da boa fortuna dos Tannowa. Se lembrarmos bem, *sahyōe* Suebayashi, que assumo ser Muneshige, nomeado *sahyōe no jō* em em 1355¹¹⁴, já era *kumon* em 1359¹¹⁵. No entanto, alguns anos antes, dois meses depois de Muneshige ser nomeado *sahyōe no jō*, Tadashige recebe, em Tannowa-no-shō, “um terço das receitas do proprietário aporcionadas para provisões militares na parte leste de Tannowa-no-shō”¹¹⁶. Tratava-se de um enclave de um outro Tannowa no meio da base de poder do *kumon*. Não posso afirmar, no entanto, que a este tempo Muneshige já fosse o *kumon*. Minha hipótese é que Tannowa Hikotarō Sukeshige era pai de Muneshige e Tadashige, e ao mudar de lado em 1351¹¹⁷, tenha obviamente ficado como *kumon* e líder dos Tannowa que mudaram com ele – presumo, os filhos – e tenha assegurado as honrarias que estes receberam daí em diante. Dele são os últimos grandes registros de feitos militares. Daí em diante, a documentação lida quase que exclusivamente com nomeações e recompensas por todo o resto do século XIV. É de se esperar que se ele tivesse levado os filhos para a Corte do Sul, e estes fossem adultos, eles tenham lutado sob ordens do pai. Ele provavelmente continuou a ser *kumon* por algum tempo entre 1351 e 1355, e acredito que seus designios para os herdeiros não tinham a unigenitura

114Documento 4.3, p. 144.

115Documento 1.8, p. 133.

116Documento 2.2, p. 136.

117Documento 2.1, p. 135-136.

em mente.

Curiosamente, Tadashige recebe nomeações honoríficas antes de Muneshige. Em 1354, ele já era *uemon shōjō* quando é elevado a *saemon shōjō*¹¹⁸. Muneshige é feito *sahyōe no jō* no ano seguinte¹¹⁹, sendo *jō* superior a *shōjō*, apesar de integrarem Guardas distintas (um a *emonfu* da esquerda, outro a *hyōefu* da esquerda), mas dois meses mais tarde temos um documento endereçado a *saemon no jō*¹²⁰, provavelmente Tadashige, pois quando recebe sua próxima honraria, em 1365, já era *saemon no jō*¹²¹. Quando ele foi promovido de *saemon shōjō* para *saemon no jō* os documentos não dizem, entretanto, o *kumon* Tameshige, citado pela primeira vez como tal em 1362¹²², era *saemon shōjō*, enquanto Mitsushige, o único citado mudando posteriormente para a Corte do Norte com Tadashige, razão pela qual julgo ser seu filho ou sucessor, foi nomeado *sakon no shōgen* um ano antes¹²³, integrando a mais prestigiosa das seis Guardas, a *kon'efu* da esquerda. Para além disso, a ocasião que nos revela que Tadashige já era *saemon no jō*, provavelmente sendo o *saemon no jō* de 1355, é a mesma que o promove ao Quinto Grau Inferior¹²⁴, sendo ele o único Tannowa a *explicitamente* receber um Grau de Corte.

Interessa, além disso, saber que para além de um terço das receitas do proprietário reservadas para provisões militares na parte leste de Tannowa-no-shō, ele também tinha campos públicos tributáveis, *kōden*, na parte oeste de Tannowa-no-shō, dentro do domínio do *kumon*. Tais terras, de fato, constavam no registro das terras do *kumon*, mas foram em algum momento concedidas a Tadashige, e o *kumon*, então Tameshige, provavelmente quis fazer valer seus direitos, de modo que Tadashige recorreu, e um agente do proprietário esclareceu que estas terras eram isentas da tributação do *kumon*¹²⁵. Tal querela é de 1362.

Independente de Tameshige ser o *kumon*, Tadashige ainda assim parece a figura sênior, ou ao menos com melhores ligações. Em 1372, já enquanto *saemon daibu*, único Tannowa com Quinto Grau de Corte, ele recebe um *rinji* do Imperador Chōkei dizendo que a posse plena de seu *honryō* deveria ser preservada sem distúrbios¹²⁶. Qual seria seu *honryō*? Algo em Tannowa-no-shō, muito provavelmente, mas qual *shiki*? Teria ele alguma reivindicação ao *kumon shiki*? Ou ao não mais mencionado *gesu shiki*? Independente disso, quem mais

118Documento 4.2, p. 144.

119Documento 4.3, p. 144.

120Documento 2.2, p. 136.

121Documento 4.5, p. 144.

122Documento 1.9, p. 133-134.

123Documento 4.4, p. 144.

124Documento 4.5, p. 144.

125Documento 1.10, p. 134.

126Documento 4.7, p. 145.

indicado para ameaçar seu *honryō* que o *kumon* de Tannowa-no-shō, seu parente?

Ao meu ver, fica claro que havia uma fissura entre os Tannowa. Não à toa, Tadashige é convocado por Kusunoki Masanori a mudar para a Corte do Norte no ano seguinte, em 1374, sob duas promessas distintas, cada qual em um documento: a de que receberia o *ryōke shiki* de Tannowa-no-shō¹²⁷, e a de que se prestasse serviço militar para Masanori, *suas reivindicações sobre honryō não seriam questionadas*¹²⁸. Ou seja, ele tinha reivindicações disputáveis sobre Tannowa-no-shō, que não resolvidas até então, o levam a mudar de lado e tentar tomá-las pela força, passando para a Corte do Norte. Obviamente, ele agarrou a oportunidade que viu. Mas por que só ele e Mitsushige mudaram para a Corte do Norte? Para mim, a resposta é clara: Tadashige foi convocado justamente por ter razões para mudar de lado, enquanto a linhagem Muneshige-Tameshige não tinha tais razões. Além do quê, ele pretendia disputar com seus parentes, pois cobiçava dominar a base de poder destes (mais acertadamente, a base de poder que já disputava com eles, através de seus enclaves territoriais em Tannowa-no-shō). Se Masanori convocasse seus parentes rivais, não teria nada a prometer a Tadashige que pudesse tentá-lo a mudar de lado. Tais parentes somem da documentação, mas a prova de que eles continuavam dominando Tannowa-no-shō é justamente a admissão de Masanori de sua incapacidade de conceder as recompensas prometidas, recompensando Mitsushige com terras em Kawachi¹²⁹. Depois de outro documento com recompensas a Mitsushige em Kawachi, em 1380¹³⁰, a documentação salta 5 anos.

Nestes cinco anos, muita coisa aconteceu. Masanori voltou para a Corte do Sul. Mitsushige, no entanto, não é mais citado. Não é possível saber se ele voltou para a Corte do Sul. Da mesma forma, não é possível saber quem são os próximos Tannowa, *Hayato no suke* e *Inaba saemon no jō*. *Inaba gon no kami* é recompensado por ordem de Chōkei *tennō*, da Corte do Sul, em 1375, enquanto Masanori, Tadashige, e Mitsushige estavam lutando pela Corte do Norte¹³¹. Se *Inaba gon no kami* for o mesmo que *Inaba saemon no jō*, ou se o segundo for sucessor do primeiro, comprova-se que são da linhagem que não mudou para a Corte do Norte, uma vez que *gon no kami* foi recompensado durante o período que Masanori e os Tannowa aliados a ele lutaram pelo regime rival. Se a linhagem Tadashige-Mitsushige teve continuidade na Corte do Sul, foi por meio ou de *Hayato no suke*, ou de *Shigetaka saemon shōjō*, mas isto é mera especulação, pois não há evidência alguma em favor de tal hipótese, apenas silêncio documental.

¹²⁷Documento 2.3, p. 136.

¹²⁸Documento 2.4, p. 136-137.

¹²⁹Documento 2.6, p. 137.

¹³⁰Documento 2.8, p. 137.

¹³¹Documento 4.8, p. 145.

O que, no entanto, levou os Tannowa a preservar os documentos de Tadashige, que os traiu e mudou de lado? Por que ele recebe tanta atenção? Podemos até ser tentados a pensar que sua linhagem foi a que teve continuidade, no fim das contas, justamente por seu peso nos documentos. Entretanto, depois de muito refletir sobre a questão, a conclusão que chego é que a linhagem que perpetuou-se como linhagem principal dos Tannowa, e continuou dominando Tannowa-no-shō, foi a linhagem de Muneshige-Tameshige. Eis o argumento que apresento: era necessário para eles preservar tantos documentos de Tadashige quanto pudessem, de modo a mostrar quais eram os direitos de sua linhagem, pois assim, deixavam implicitamente claro *quais não o eram*. Da mesma forma, mostrá-lo mudando de lado e lutando pelo outro regime deixa claro que ele tentou tomar por força o que não foi capaz de tomar por outros meios. Ainda assim, os documentos foram preservados do modo mais minimalista possível, onde a ruptura familiar vê-se apenas de soslaio, ocultando-se nas entrelinhas. Dessa forma, é possível que seu ramo tenha sido reintegrado, mas o ramo rival tinha amparo documental para impor-se como ramo principal.

Dadas estas considerações, encaminho-me agora para o fim do estudo, analisando brevemente a situação dos Tannowa depois do término das Guerras Nanbokuchō, com a reintegração da Corte do Sul, derrotada, e o *bakufu* dos Ashikaga no auge do seus poderes, poderes encerrados na figura de seu terceiro *shōgun*, Ashikaga Yoshimitsu.

3.5. Os Tannowa no fim do século XIV

A próxima notícia que temos dos Tannowa surge num documento escrito por Tannowa Nagashige, datado de 2-8-1396. Trata-se de um documento explicando que durante a era Ōan (1368-1375, Calendário da Corte do Norte), documentos foram perdidos, incluindo dois *gechijō*, uma carta de nomeação do proprietário, e uma genealogia dos Tannowa. Tais documentos teriam sido confiados a Nagao Munehide, da província de Kii, mas durante os distúrbios daquela era, foram queimados e perdidos. Estes documentos supostamente comprovariam quem tinha direito ao *gesu shiki* e *kumon shiki* de Tannowa-no-shō. Para dar validade ao documento de Nagashige, os “*jitō* e *gokenin*” da província assinaram-no coletivamente, com um total de onze assinaturas¹³². Thomas Conlan diz que os Tannowa estavam em disputa, nesta época, sobre quem tinha direito legítimo ao *gesu shiki* e *kumon shiki* de Tannowa-no-shō, e para ele, o documento 5.1 é estranho, pois normalmente seria assinado pelo *shugo*, neste caso, Ōuchi Yoshihiro, que confirmou outras perdas documentais, mas não a dos Tannowa, levando os guerreiros provinciais a juntarem-se e jurar coletivamente

¹³²Documento 5.1, p. 146.

a veracidade do que afirmavam. Segundo Conlan, o escriba que redigiu o documento cometeu vários erros, e de todo modo, como ele afirma¹³³, e como já veremos, o assunto não ficou resolvido.

Encontramos os Tannowa uns anos mais tarde, desta vez numa ordem do *kanrei* Hatakeyama Motokuni datada de 15-12-1403. A ordem é encaminhada ao *sōkandensho* (惣官田所) de Izumi, cargo que traduz-se por “oficial responsável por todos os campos e cargos”, e fala que com relação às reivindicações ao *gesu shiki* e *kumon shiki* de Tannowa-no-shō feitas por Tannowa *Inaba no Kami* Nagashige, juramentos deveriam ser feitos confirmando ou não sua veracidade, e posteriormente, seu conteúdo deveria ser transmitido¹³⁴, provavelmente às autoridades cabíveis.

Esta é a última notícia que temos de tal disputa. Fora estes documentos, restam outros dois da segunda metade do século XV, e um da primeira metade do século XVI, onde os Tannowa lutaram pelos *shugo* de Izumi no século XV, os Hosokawa. Por qual razão os juramentos feitos não foram aceitos não fica claro, mas provavelmente por conta dos erros apontados por Conlan. Também não é dito quem estava na disputa. Por tudo que expus até aqui, presumo que tratava-se de uma disputa entre os descendentes de Tadashige e os descendentes de Muneshige. Não sabemos a qual linha Nagashige pertencia (em verdade, estou esboçando estas linhagens conjecturalmente, seguindo a linha de raciocínio que venho apresentando ao longo deste capítulo), mas creio que uma pista encontra-se em seu cargo honorário de *Inaba no kami*, “governador provincial de Inaba”. Este cargo era uma mera ficção, como havia sido com o *Inaba gon no kami*. Estas ficções, entretanto, eram muito mais facilmente transmitidas linearmente, quando transmitidas, do que transmitidas para a parentela horizontal, especialmente no caso de estes parentes estarem em disputa com relação a outras questões. Isso me leva a crer que Nagashige é descendente de *Inaba gon no kami*, que foi recompensado enquanto Tadashige e Mitsushige lutavam ao lado de Masanori na Corte do Norte. Ou seja, segundo este raciocínio, Nagashige era da linhagem de Muneshige-Tameshige.

Como dito, a disputa fica não resolvida nos documentos, mas certamente ela teve uma resolução na época. Explica-se, assim, porque sabemos tão pouco dos Tannowa, porque sua documentação é tão genérica quanto ao que diz respeito às relações de parentesco, aos detalhes das posses territoriais, e assim por diante. Explica-se, quero dizer, parcialmente. O compêndio documental, afinal, foi compilado muito depois destas disputas. Com certeza os

133PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

134Documento 1.15, p. 135.

compiladores tinham uma gama bem maior de documentos que decidiram omitir, ou por não julgar importantes, ou por contradizer uma narrativa que eles queriam retratar. Quem quer que os tenha compilado, no entanto, os herdou de gerações passadas, e cada geração dos Tannowa teve, a seu tempo, o mesmo poder de seleção, de modo que o que decidiram legar, seja para nosso deleite ou frustração, foram estes 53 documentos, por fim colados em cinco rolos.

Ao meu ver, o lado vencedor da disputa está claro, mesmo que não haja documentos mostrando a vitória. Trata-se do próprio Nagashige. Por que não temos documentada a resolução da disputa? Pode ser que a mesma tenha sido perdida, mas pode muito bem ser que, uma vez resolvida, em algum momento alguém não viu necessidade de preservar seus papéis, especialmente se a resolução ainda deixava margem para dúvidas. E por que digo que o vencedor da disputa foi Nagashige? Pela simples razão de que o outro lado não existe nos documentos. Sequer sabemos com quem ele estava disputando, e quais argumentos tal lado apresentava. É de se esperar que o lado vencedor tenha silenciado, tanto quanto possível, o lado perdedor.

Independente de tudo isso, uma coisa é certa: os Tannowa, de origens humildes no século XIII, firmaram forte base em Izumi ao longo do século XIV, foram cobiçados como líderes *tōzama* por ambos os regimes, tiveram poder e autonomia suficiente para escolher de que lado lutar, mudando de lado mais de uma vez, e ao fim do século, estavam firmemente consolidados como parte dos *kokujin ryōshu* de Izumi, levando os *shugo* Hosokawa a reconhecerem seu valor e decidirem avassalá-los no século XV.

CONCLUSÃO

Os Tannowa, originalmente Tachibana, parecem ter estabelecido-se em Tannowa-no-shō, província de Izumi, no século XIII. Ali, fariam parte dos *shōkan*, ocupando o *shiki* de *kumon* ao longo do século. O florescer de suas fortunas, porém, é uma história do século XIV: de *gokenin* à *tōzama*, ajudando na derrubada do primeiro *bakufu* e no estabelecimento do segundo, lutaram por mais de uma década ao lado dos Ashikaga. Foi, no entanto, em sua mudança para a Corte do Sul que atingiram seu apogeu enquanto *kokujin ryōshu*, consolidando vastos territórios em Izumi, e possivelmente algo de duradouro em Kawachi. A família entrou em disputa pelo terço final do século XIV, mas isto por si só não caracteriza exceção alguma. No século XV, não há um traço sequer dos conflitos familiares, esmaecidos nos próprios documentos que os apresentam.

Os Tannowa, assim, são antes de mais nada, prototípicos: servem de perfeito exemplo para ilustrar a autonomia dos *tōzama*, a consolidação regional dos *kokujin ryōshu*, a lealdade condicional subentendida no termo *chūsetsu*, dentre outros casos.

Por outro lado, os Tannowa são exceção. Primeiramente, por serem de Kinai, e pouco ter sobrado em termos de documentação de feitos de guerra de famílias da região no século XIV¹. Em segundo lugar, por começarem sua trajetória fora da estrutura do *bakufu*, pois embora haja estudos que tratem destes casos, estes são em número muito inferior aos que tratam dos *gokenin*.

Os Tannowa, por fim, são misteriosos. Misteriosos ao ponto da frustração. Seus laços familiares podem ser presumidos apenas com muito esforço, e nenhuma certeza. Seus membros não morrem, apenas deixam de ser citados. As mulheres de suas famílias não existem. Nada, em absoluto, é dito sobre suas crenças ou afiliações religiosas, exceto pelo fato de Tannowa Shōen ser um monge-leigo. De qual vertente? Não sabemos. A própria terra que habitam, Tannowa-no-shō, é muito parcamente delineada: posse dos Kujō, enclave dos Tannowa, um *shōen* pequeno em Izumi, mas o que mais?

Muitas destas perguntas talvez tenham respostas em estudos posteriores, ou com amparo documental extra. Outras muitas são sem solução.

Apesar de tudo isso, percorrendo com eles em especial esta jornada de dois séculos, os documentos acabaram dizendo muito. Muito do que eu queria buscar eles não disseram, e muito do que neles encontrei, aqui expus, mas com certeza há uma infinidade de outras coisas a serem exploradas.

1 PRINCETON UNIVERSITY, 2020.

Creio que podemos saber mais da administração de Tannowa-no-shō nos séculos XIII e XIV através dos diversos emissores presentes nos documentos, entendendo melhor como tal *shōen* encaixava-se no portfólio de terras dos proprietários. Quem sabe a própria relação dos Tannowa para com os proprietários possa ser melhor estudada numa análise mais cautelosa. Sem dúvidas é possível saber mais detalhes de seus feitos enquanto guerreiros: as batalhas e os castelos citados, em algum grau, devem ser passíveis de reconstrução, havendo documentação que as ampare. Na existência de tal documentação, seria possível delinear seus movimentos em campanha, e ter melhor entendimento de seu papel nas guerras Nanbokuchō.

Isso ainda é só tocar a superfície de um mar de possibilidades. Os Documentos Tannowa podem ensejar ricos estudos sobre agência e estrutura, podem ajudar, junto de outros documentos, a esboçar um *ethos* guerreiro no século XIV, assim como servir de quadro comparativo para a consolidação dos *kokujin ryōshu* em Kinai e regiões como Kantō e Kyūshū. Sobretudo o registro de seus anos na Corte do Sul deve, sem dúvidas, abrir-se a novas possibilidades de estudo. Se isoladamente rendem inúmeros estudos de caso, junto de outros documentos devem trazer à luz várias outras questões que sequer posso conjecturar.

Este trabalho introdutório é nada mais que um primeiro passo, ainda às escuras, na exploração desta documentação contraditória, que é rica em alguns pontos, enquanto deixa lacunas irreparáveis em outros, mas que sem dúvidas será fonte de numerosos estudos futuros.

APÊNDICE I: ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA DOS DOCUMENTOS TANNOWA

Abaixo segue a listagem dos Documentos Tannowa em ordem cronológica. “XX”, neste caso, significa que o dia ou mês não é explicitado no documento. Os documentos 1.13** e 1.14 não possuem ano de emissão, e não constam na listagem cronológica.

Documento 1.1: XX-05-1228	Documento 2.2: 12-08-1355
Documento 1.2: 20-05-1234	Documento 1.8: 27-11-1359
Documento 1.3: 15-02-1237	Documento 4.4: 08-08-1361
Documento 1.4: XX-10-1249	Documento 1.9: 05-08-1362
Documento 1.5: XX-08-1262	Documento 1.10: 09-12-1362
Documento 1.6: 25-09-1298	Documento 1.11: 15-03-1363
Documento 3.4: 25-08-1324**	Documento 1.12: 15-08-1363
Documento 3.5: 11-05-1333	Documento 4.5: 04-07-1365
Documento 1.7: 08-05-1334	Documento 4.6: 12-09-1372
Documento 3.1: 19-07-1336	Documento 4.7: 12-09-1372
Documento 3.6: 13-10-1336	Documento 2.5: 02-10-1373
Documento 3.8: 15-06-1337	Documento 2.3: 20-09-1374
Documento 3.7: 21-10-1337	Documento 2.4: 20-09-1374
Documento 3.9: 12-02-1338	Documento 4.8: 14-05-1375
Documento 3.10: 27-10-1348	Documento 2.6: 11-08-1379
Documento 3.11: XX-08-1349	Documento 2.7: 17-09-1380**
Documento 3.12: XX-08-1350	Documento 2.8: 05-11-1380
Documento 3.2: 21-11-1350	Documento 2.9: 04-08-1385
Documento 3.13: 07-12-1350	Documento 2.10: 19-04-1386
Documento 4.1: 26-12-1350	Documento 4.9: 28-05-1391
Documento 3.3: 22-04-1352**	Documento 5.1: 22-08-1396
Documento 3.14: 07-05-1352	Documento 1.15: 15-12-1403
Documento 2.1: XX-06-1352	Documento 3.16: 12-12-1460
Documento 4.2: 23-11-1354	Documento 3.17: 27-05-1467
Documento 3.15: 09-02-1355	Documento 3.18: 16-08-1517*
Documento 4.3: 23-06-1355	

*Ano incerto, presumido pelos tradutores da versão inglesa

**Documento sem tradução para o inglês e português

APÊNDICE II: TRADUÇÃO DOS DOCUMENTOS TANNOWA

Os documentos apresentados a seguir estão dispostos em sua ordem original. Para a ordem cronológica dos documentos, checar Apêndice 1.

Eventuais notas das traduções inglesas foram aqui omitidas, mas podem ser encontradas nos links de acesso que acompanham cada documento. As traduções apresentadas abaixo são de caráter provisório, feitas majoritariamente em cima das traduções inglesas, com consulta aos originais em japonês para esclarecer determinadas questões. Nos casos que houver grande discordância das traduções inglesas, é porque o original em japonês sugeria uma via diferente que considere mais adequada.

O objetivo principal destas traduções é apresentar a documentação para consulta ao longo da leitura do trabalho, assim como para o uso de alunos de graduação. Deste modo, um esforço especial foi feito no sentido de reforçar a legibilidade fluidez de leitura, evitando notas e comentários sobre termos específicos. Ainda pretendo apresentar uma versão mais acadêmica destes documentos, a título de projeto futuro.

Por fim, reforço meus agradecimentos à minha amiga Clara Ályyegra Lyra Petter, bolsista MEXT de pesquisa na Universidade de Nagoya, cuja ajuda com questões de japonês foi essencial tanto para juntar material para uma versão futura, mais definitiva destes documentos, quanto para esclarecer questões próprias das traduções aqui apresentadas.

Documento 1.1

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-0>

禪定從二位家政所下文

Zenjō Jū Nii Ke Mandokoro Kudashibumi

Kudashibumi do mandokoro de Zenjō, Segundo Grau Inferior

[quinto mês, Antei 2 (1228)]

Ordem do *mandokoro* de Zenjō, Segundo Grau Inferior

Para os *satanin* de Tannowa-no-shō, província de Izumi

Ponham fim imediato às desordens do *gesu saemon-no-jō* Kaneshige.

Kaneshige, supracitado, violando precedentes, tem frustrado o tributo anual fixo [calculado sobre arrozais]. Isto perturba a ordem regular das coisas e sua tranquilidade, e é muito desconcertante. Todavia, precedentes o provêm com um *kachō* de dois *shō* por *tan* de terra de tributos em trigo no que diz respeito às terras elevadas, mas o *risshi* Kujō, quando servindo sob a capacidade de *azukari-dokoro*, por compaixão [a Kaneshige, pagou a ele 3 *shō* por *tan* de terra adicionais]. Agora, nos é relatado que [Kaneshige] pretende aumentar seu *kachō* para cinco *shō* por *tan* de terra.

Se isto for verdade, é altamente impróprio. Além do que, o seguinte foi declarado na ordem emitida pelo falecido *utaishō* de Kamakura: “*saemon-no-jō* Kaneshige deve ser feito *gesu*; reserve quatro *tan* de arrozais dos quais ele receberá seus rendimentos. Ele não deverá

intrometer-se em nenhum outro assunto.”

Deste modo, Kaneshige está violando seriamente tal decreto. Suas intromissões com residentes e obstrução na coleta de tributos são inovações e crimes dos mais sérios. Daqui em diante, de acordo com a ordem da Casa do *shōgun*, Kaneshige não deve ter nenhum envolvimento com terras para além das fixadas como suas. Este *shōen* é especialmente pequeno, e se tais ultrajes não cessarem, a tranquilidade dos *hyakushō* será perturbada.

Além disso, com relação às terras de Fujimatsu-myō, foi relatado que ele, o *risshi* Kujō, tem sido recalitrante. Isto é muito revoltante. De agora em diante, estas devem ser de responsabilidade do [novo] *azukari-dokoro*. Assim é ordenado. Que os *satanin hyakushō* tomem nota e não sejam negligentes. Portanto, esta ordem.

Quinto mês do segundo ano de Antei [1228]

Anzu Sashishō Ki (monograma)

Chikeji Ukajō Ki (monograma)

Bettō Saki no Oki no Kami Minamoto Ason (monograma)

Saki no Bingo no Kami Minamoto Ason (monograma)

Documento 1.2

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-1>

前左大臣 (九条良平) 家政所下文

Zen sadaijin (Kujō Yoshihira) Ke Mandokoro Kudashibumi

Kudashibumi do mandokoro do ex-sadaijin, Kujō Yoshihira

[20° Dia, Quinto mês, Tenpuku 2 (1234)]

Ordem do *mandokoro* do ex-*sadaijin* [Kujō Yoshihira]

De acordo com ordens de Kamakura, é de extrema urgência pôr fim à obstinada administração de *saemon no jō* Kaneshige. Ele deve ser um *gesu*, como antes, e parar de administrar Tannowa-no-shō sob a designação de *jitō*. Anexada, uma ordem de Kamakura.

Pertinente às duas ordens de Kantō [= do *bakufu*] submetidas por Kaneshige, citadas anteriormente, seu *shiki* como *gesu* é claro. Ele utilizou-se de artifícios astuciosos para desordeiramente afirmar que ele próprio era um *jitō*, e, ano a ano, apropriou-se de uma parcela significativa dos tributos devidos ao proprietário, cobrando outros tributos, incluindo o *kachō*, [tributos] sobre novos campos recém-doados, e custos do entretenimento do *jitō*.

Estas ofensas são numerosas, e ele cometeu enorme quantidade de males sem paralelos. Kamakura adjudicou de acordo com a razoabilidade. Sem demoras, de acordo com este documento e com os precedentes, os direitos apropriados ao *gesu* devem ser respeitados, e não deve haver mais intromissão nos assuntos do *shōen*. Tal é nossa ordem. Os *satanin hyakushō* do *shōen* devem tomar nota e compreender tais disposições. Não sejam negligentes. Portanto, esta ordem.

Vigésimo dia do quinto mês do segundo ano de Tenpuku [1234]

Koremune, *daijū danjō no shōchū* (monograma)

Bettō kageyu no suke, Fujiwara Ason (monograma)

Documento 1.3

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-2>

淡輪庄公文職補任状

Tannowa(-no-)shō Kumon Shiki Honinjō

Honinjō do kumon shiki de Tannowa-no-shō

[15° Dia, Segundo Mês, Katei 3 (1237)]

(monograma)

Ordem do *mandokoro* de Tannowa-no-shō

Tratando da nomeação de Tachibana no Shigemoto para o *kumon shiki*

Relativo ao supracitado, como ocupante deste *shiki*, seu papel é calcular os tributos, do *nengu* ao *kuji*, tanto maiores quanto menores, de maneira diligente e seguindo os precedentes. Assim é ordenado. Consequentemente, os *satanin hyakushō* do *shōen* devem reconhecer estas provisões e comportar-se de acordo. Assim sendo, esta ordem.

Terceiro ano de Katei [1237], segundo mês, décimo quinto dia
Fujiwara, *shuri no jō* (monograma)

Documento 1.4

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-3>

淡輪主公文職補任状

Tannowa(-no-)shō Kumon Shiki Honinjō

Honinjō do kumon shiki de Tannowa-no-shō

[Décimo Mês, Kenchō (1249)]

Ordem da administração de *hōinbō*, em Seion'in

Tratando da declarada nomeação ao *kumon shiki* de Tannowa-no-shō, Província de Izumi

De *Gyōbunosuke* Tachibana Shigemoto

Com relação ao disposto acima, esta pessoa deve, tal como antes, ser nomeada ao *kumon shiki*. Ele deverá calcular tributos indo do significativo *nengu* ao *kuji*, maiores e menores, de acordo com os precedentes e de modo diligente. Shigemoto é a pessoa cujo *shiki* foi transmitido hereditariamente. Ainda assim, posto que ele não foi negligente de forma alguma, seria muito inapropriado que ele fosse privado deste *shiki*. Existem precedentes e costumes não-escritos em favor de que o *honke* tenha o controle administrativo sobre os *shiki* do *shōen*. Não obstante, no que concerne a Shigemoto, ele deve, como antes, ser investido com o *kumon shiki* de modo expediente. Tal é nossa ordem. Os *satanin hyakushō* do *shōen* devem tomar nota e compreender tais disposições. Não sejam negligentes. Portanto, esta ordem.

Décimo mês do primeiro ano de Kenchō [1249]

Inshihosshi Chinsei

Bettō Hōgan oshō-i (monograma)

Documento 1.5

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-4>

淡輪東方公文職補任状

Tannowa Tōhō Kumon Shiki Honinjō

Honinjō do kumon shiki da parte leste de Tannowa-no-shō

[Oitavo Mês, Kōchō 2 (1262)]

(Monograma)

Quanto à nomeação de *Gyōbunosuke* Tachibana Shigemoto como *kumon* da parte leste de Tannowa-no-shō, província de Izumi.

A pessoa mencionada acima deve ser nomeada a esta posição da mesma forma que antes. O *nengu*, e todos os *kuji* regulares e provisórios devem ser calculados sem negligência. Os *satanin hyakushō* do *shōen* devem ser informados. Assim é ordenado. Não aja com negligência. Portanto, esta ordem.

Oitavo mês, segundo ano de Kōchō [1262]

Shōkenmotsu Fujiwara (monograma)

Documento 1.6

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-5>

淡輪東方公文職補任状

Tannowa Tōhō Kumon Shiki Honinjō

Honinjō do *kumon shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō

[25º dia, nono mês, Einin 6 (1298)]

Kinnara deve ser nomeado ao *kumon shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō, província de Izumi.

A pessoa supracitada deve ser nomeada ao *kumon shiki*. Que não haja distúrbios. Você deve calcular o *nengu* e o *kuji* devidos ao proprietário, e não ser negligente. Tal sua nomeação.

Vigésimo quinto dia, nono mês, Einin 6 [1298]

Gonjō (monograma)

Documento 1.7

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-6>

和泉国目代去勤施行状

Izumi no kuni Mokudai Hōtatsu Shigyōjō

Shigyōjō emitida pelo *mokudai* do governador de Izumi

[8º dia, quinto mês, Kenmu 1 (1334)]

Pertinente ao *gesu shiki* da parte leste de Tannowa-no-shō, província de Izumi

De acordo com édito do governador, no vigésimo quinto dia do mês passado, foi-lhe dada a posse desta terra.

Que não haja distúrbios no que concerne seus territórios. Portanto, assim transmitido.

Oitavo dia, quinto mês, Kenmu 1 [1334]

Mokudai Hōtatsu (monograma)

Para o *azukaridokoro-dono* da parte leste de Tannowa-no-shō

Documento 1.8

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-7>

淡輪庄領家 (九条中将某) 御教書

Tannowa(-no-)shō (Kujō Chūjōbō) Migyōsho

Migyōsho emitida pelo proprietário de Tannowa-no-shō, Kujō Tadaaki (?)

[27º dia, 11º mês, Shōhei 14 (1359, calendário da Corte do Sul)]

(Monograma)

Migyōsho emitida pelo proprietário de Tannowa-no-shō

O proprietário ordena que você possua em sua totalidade o *kyōbun* extra hereditário de Tannowa-no-shō.

Décimo primeiro mês, vigésimo sétimo dia, Shōhei 14 [1359]

Sahyōe no jō Suebayashi (recebido)

Para o escritório do *kumon* de Tannowa-no-shō

Documento 1.9

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-8>

淡輪庄領家 (九条中将某) 御教書

Tannowa(-no-)shō (Kujō Chūjōbō) Migyōsho

Migyōsho emitida pelo proprietário de Tannowa-no-shō, Kujō Tadaaki

[5º dia, 8º mês, Shōhei 17 (1362, calendário da Corte do Sul)]

(Monograma)

Com relação aos *kōden* da região oeste de Tannowa-no-shō, na província de Izumi, a parte principal da renda do *kumon* é calculada numa taxa de seis *shō* e três *gō* por *tan*, e também é devido a ele couro de cavalo. É muito inapropriado que isto tenha sido tomado. Daqui em diante, como originalmente, não deve haver distúrbios com estes direitos permanentes. Por ordem do proprietário, o *chūjo-dono* da Casa Kujō. Portanto, assim transmitido.

Quinto dia do oitavo mês, Shōhei 17 [1362]

Saemon shōjō Tameshige (recebido)

Tannowa-no-shō, o Honorável *Kumon*

Documento 1.10

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-9>

藤原為重書下

Fujiwara no Tameshige Kakikudashi

Kakikudashi de *Fujiwara no Tameshige*

[9º dia, 12º mês, Shōhei 17 (1362, calendário da Corte do Sul)]

(Monograma)

Pertinente ao *shotōmai* de um *tan* da terra de Ayama, e um *tan* da terra de Nuda em Munetomo-myō nos *kōden* da parte oeste de Tannowa-no-shō. Embora eles estejam listados no registro *mokuroku* do *kumon*, eles foram concedidos a Tadashige, e são, por meio deste documento, isentos. Portanto [assim transmitido].

Décimo segundo mês, nono dia, Shōhei 17 (1362)

Tsushima no kami Fujiwara Tameshige (monograma)

Documento 1.11

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-10>

淡輪主領家 (九条中将某) 御教書

Migyōsho emitida pelo proprietário de Tannowa-no-shō, Kujō Tadaaki

[15º dia, 3º mês, Shōhei 18 (1363, calendário da Corte do Sul)]

(Monograma)

Foi determinado que você deve possuir as terras abertas de Tannowa-no-shō, província de Izumi. As montanhas e águas são suas em perpetuidade. Que não haja distúrbios. Tal é a decisão do proprietário, o *chūjo-dono* da Casa Kujō. Eu, portanto, transmito sua vontade.

Terceiro mês, décimo quinto dia, Shōhei 18 [1363]

Recebido por Tameshige, *saemon shōjō*

Atenciosamente, *kumon-dono*

Documento 1.12

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-11>

淡輪主領家 (九条中将某) 下知状

Tannowa(-no-)shō (Kujō Chūjōbō) Gechijō

Gechijō do proprietário de Tannowa-no-shō, Kujō Tadaaki

[15º dia, 8º mês, Shōhei 18 (1363, calendário da Corte do Sul)]

(Monograma)

Uma ordem de *kyōbun* para o *kumon* da parte oeste de Tannowa-no-shō, província de Izumi

Em suma:

De acordo com o registro de Shōhei 14 [1359], a soma anteriormente citada do tributo de arroz do proprietário é calculada numa taxa de três *tō* por *tan*. Com relação ao *kyōbun*, este é um direito permanente do *kumon*. Deste modo, assim transmite-se esta ordem.

Décimo quinto dia, oitavo mês, Shōhei 18 [1363]

Documento 1.14

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-13>

藤原邦久書状

Fujiwara no Kunihisa Shojō

Shojō de Fujiwara no Kunihisa

[20° dia, 7° mês, ano desconhecido]

Os três *tan* de terra, Ōi de Miyanaga-myō, Ayamesho-myō, e Nuda de Munetomo-myō, foram designados como terras públicas tributáveis na época do registro ao começo da era Shōwa [1312]. Entretanto, as terras Ōi foram designadas como terras do *kumon*, enquanto Nuda e Ayamesho foram designadas como campos ocultos, isentos de tributos. Embora tenha sido declarado que, de acordo com os precedentes, estas terras receberam repetidas isenções, o que foi escrito nos registros não pode ser livremente mudado, muito embora um número de anos tenha se passado. Ainda assim, é deplorável que isto tenha causado tão intenso lamento, e por conta disso, tal acreagem é daqui em diante isenta do *shotōmai*, como se fossem terras incultiváveis e não-tributáveis. Tal intenção deve fazer-se conhecida.

Respeitavelmente,

Vigésimo dia, sétimo mês

Fujiwara Kunihisa (monograma)

Para o *nyūdō-dono*, *kumon* Tannowa

Documento 1.15

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=0-14>

管領畠山基国奉書

Kanrei Hatakeyama Motokuni Hōsho

Hōsho do kanrei Hatakeyama Motokuni

[15° dia, 12° mês, Ōei 10 (1403)]

Com relação às reivindicações de Tannowa *Inaba no Kami* Nagashige sobre o *gesu shiki* e *kumon shiki* de Tannowa-no-shō. A despeito de ele estar ou não em posse [de tais *shiki*], juramentos devem ser feitos, e seu conteúdo transmitido. Assim é ordenado e assim é transmitido.

Décimo quinto dia do décimo segundo ano, Ōei 10 [1403]

Shami (Monograma)

Para o *sōkandensho* da Província de Izumi

Documento 2.1

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-0>

淡輪助重軍忠状

Tannowa Sukeshige Gunchūjō

Gunchūjō de Tannowa Sukeshige

[6° mês, Shōhei 7 (1352, calendário da Corte do Sul)]

O *gokenin* da província de Izumi, Tannowa Hikotarō Sukeshige, declara seu serviço militar:

Em 25 do 7° mês do ano passado [Shōhei 6 - 1351], quando [Masanori] partiu do castelo Sueki, eu realizei serviço militar.

Em 4 do 8º mês do mesmo ano, nós saqueamos o castelo Iyama, e incineramos o interior de um acampamento rebelde.

Do dia 6 do 9º mês daquele ano, até o dia 17 do mesmo mês, durante o tempo em que fortificaram o castelo Sano, eu realizei serviço militar.

Em 18 do mesmo mês, quando fortificando o castelo Kashii, nós estivemos dentre os sitiados até o dia 25 do 12º mês, e neste tempo realizamos serviço militar de batalha diariamente. Nakamura Mikawa Kurō sabe disso.

No mesmo dia 6 do décimo mês nós saqueamos o castelo de Iyama e realizamos serviço de batalha.

No dia 20 do segundo mês intercalar, na época das batalhas em Kyōto, nós rendemos serviço.

No mesmo [ano], no dia 27 do 3º mês, no Monte Arasaka, eu realizei serviço militar.

No mesmo [ano], no dia 6 do 5º mês, em Matsumura, província de Izumi, eu prestei serviço.

No dia 16 do mesmo [mês] no distrito de Kamori, eu realizei serviço militar.

Eu prestei serviço militar repetidamente e desejo receber um monograma para refletir minhas ações. Portanto, tal petição.

Sexto mês, Shōhei 7 [1352]

Inspecionado e adicionado (Monograma [Kusunoki Masanori])

Documento 2.2

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-1>

楠木正義書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

Kakikudashi de Kusunoki Masanori

[12º dia, 8º mês, Shōhei 10 (1355, calendário da Corte do Sul)]

Você deve tomar posse de um terço das receitas do proprietário aporcionadas para provisões militares na parte leste de Tannowa-no-shō, província de Izumi. Portanto, esta missiva.

Décimo segundo dia, oitavo mês, Shōhei 10 [1355]

Saemon shojō (Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa Tarō *saemon-no-jō-dono*

Documento 2.3

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-2>

楠木正義書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

Kakikudashi de Kusunoki Masanori

[20º dia, 9º mês, Ōan 7 (1374, calendário da Corte do Norte)]

Caso você junte-se a nós e realize serviço militar em nosso favor, você receberá o *ryōke shiki* de Tannowa-no-shō. Portanto, tal missiva.

Nono mês, vigésimo dia, Ōan 7 [1374]

(Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa *saemon daibu-dono*

Documento 2.4

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-3>

楠木正義書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

Kakikudashi de Kusunoki Masanori

[20° dia, 9° mês, Ōan 7 (1374, calendário da Corte do Norte)]

Caso você junte-se a nós e realize serviço militar em nosso favor, seus direitos sobre *honryō* não serão questionados. Portanto, tal missiva.

Nakatsukasa no taisuke (Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa *saemon daibu-dono*

Documento 2.5

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-4>

楠木正顕書下

Kusunoki Masaaki Kakikudashi

[2° dia, 10° mês, Bunchū 2 (1373, calendário da Corte do Sul)]

Você deve tomar posse de um terço do legado do administrador monástico de Shinke, na província de Izumi.

Portanto, assim transmitido.

Segundo dia do décimo mês, Bunchū 2 [1373]

Iyo no Kami (Monograma [Kusunoki Masaaki])

Para Tannowa Tarō *Saemon-no-jō-dono*

Documento 2.6

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-5>

楠木正儀書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

Kakikudashi de Kusunoki Masanori

[11° dia, 8° mês, Kōryaku 1 (1379, calendário da Corte do Norte)]

Relativo a um terço das receitas do *ryōke shiki* de Hashiwa, província de Kawachi (recentemente em posse dos habitantes locais). Como posses em Izumi não podem ser confirmadas, você deve tomar posse destas.

Portanto, assim transmitido.

Décimo primeiro dia, oitavo mês, Kōryaku 1 [1379]

Nakatsukasa no taisuke (Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa *Sakon no shōgen-dono*

Documento 2.8

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-7>

楠木正儀書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

Kakikudashi de Kusunoki Masanori

[5° dia, 11° mês, Kōryaku 2 (1380, calendário da Corte do Norte)]

Os legados daqueles que cometeram ultrajes – Kō-Ami e Nen-Ami, etc. - de Ueda, na província de Kawachi, devem tornar-se possessões suas. Assim [declarado].

Quinto dia, décimo primeiro mês, Kōryaku 2 [1380]

Nakatsukasa no taisuke (Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa *Sakon no shōgen-dono*

Documento 2.9

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-8>

楠木正儀書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi

***Kakikudashi* de Kusunoki Masanori**

[4° dia, 8° mês, Genchū 2 (1385, calendário da Corte do Sul)]

Você deve possuir o *kumon shiki* de Hakozukuri-no-shō, na província de Izumi, assim como o legado de Shinya Hachirō. Assim [declarado].

Quarto dia, oitavo mês, Genchū 2 [1385]

Kusunoki Masanori (Monograma)

Para Tannowa *Hayato no suke-dono***Documento 2.10**Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=1-9>

楠木正儀書下

Kusunoki Masanori Kakikudashi***Kakikudashi* de Kusunoki Masanori**

[19° dia, 4° mês, Genchū 3 (1386, calendário da Corte do Sul)]

Você deve possuir o legado de Hanada Rokurō, da província de Kawachi. Assim [declarado].

Décimo nono dia, quarto mês, Genchū 3 [1386]

(Monograma [Kusunoki Masanori])

Para Tannowa *Inaba saemon no jō-dono***Documento 3.1**Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-0>

足利尊氏御畔帷教書 (小切紙)

Ashikaga Takauji Gohan Migyōjō (kogirigami)***Migyōjō* de Ashikaga Takauji (*kogirigami*)**

[19° dia, 7° mês, Kenmu 3 (1336)]

Puna Nitta Yoshisada e seus rebeldes. Venha de imediato, com rapidez, e preste serviço militar. Assim [ordenado].

Sétimo mês, décimo nono dia, Kenmu 3 [1336]

(Monograma [Ashikaga Takauji])

Para Tannowa Suketarō-dono

Documento 3.2Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-1>

足利直義書下

Ashikaga Tadayoshi Kakikudashi***Kakikudashi* de Ashikaga Tadayoshi**

[21° dia, 11° mês, Kannō 1 (1350, calendário da Corte do Norte)]

Puna Moronao e Moroyasu.

Você deve prestar serviço militar rapidamente. Assim [ordenado].

Décimo primeiro mês, vigésimo primeiro dia, Kannō 1 [1350]

(Monograma [Ashikaga Tadayoshi])

Para Tannowa Hikotarō-dono

Documento 3.5Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-4>

淡輪正円着到狀

Tannowa Shōen Chakutōjō

***Chakutōjō* de Tannowa Shōen**
[11° dia, 5° mês, Genkō 3 (1333)]

Tannowa *uemon* Gorō *nyūdō* Shōen, *gokenin* da província de Izumi, deve vir rapidamente e prestar serviço de batalha. Tome conhecimento desta ordem.

Respeitosamente,

Décimo primeiro dia, quinto mês, Genkō 3 [1333]

Shami Shōen

Respeitosamente encaminhado ao *bugyōsho*

Recebido. (Monograma [Ashikaga Takauji])

Documento 3.6

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-5>

淡輪重氏軍忠状

Tannowa Shigeuji Gunchūjō

***Gunchūjō* de Tannowa Shigeuji**

[13° dia, 10° mês, Kenmu 3 (1336)]

Tannowa Suketarō Shigeuji, da província de Izumi, declara:

No sexto dia do ido nono mês, quando o grande general [Hatakeyama Kunikiyo] partiu para Izumi, meu representante e irmão mais novo, Taifubō, foi a Kinoshima – *chakutōjō*] emitido. No sétimo dia ele avançou sobre o castelo Yagi, e no oitavo dia – chuvoso – ele prestou serviço militar. A seguir, meu *wakatō*, Hikojirō, estava no Castelo de Miyao em Sobura. No segundo dia deste mês, em Busshōji, Shindachi-no-shō, ele uniu forças a Kashii Hikogorō *nyūdō* e [relatou sua] chegada. Ele então partiu e prestou diversos serviços militares em várias localidades. Além disso, no oitavo dia, em Koshima, na mesma província, nós capturamos o fugitivo Hikohachi. Além disso, nós prestamos amplo serviço militar durante a batalha no castelo de Ōki. Para concluir, desejamos que este documento seja monogramado, de modo que sirva no futuro como prova [de nosso serviço]. Assim humildemente declaro.

Décimo terceiro dia, décimo mês, Kenmu 3 [1336]

Tachibana Shigeuji

Respeitavelmente encaminhado ao *bugyōsho*

Recebido. (Monogramado [Hatakeyama Kunikiyo])

Documento 3.7

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-6>

淡輪重氏軍忠状

Tannowa Shigeuji Gunchūjō

***Gunchūjō* de Tannowa Shigeuji**

[21° dia, 10° mês, Kenmu 4 (1337, calendário da Corte do Norte)]

Suketarō Shigeuji, de Tannowa na província de Izumi, declara os seguintes serviços militares:

No dia 13 deste mês, na batalha de Yokoyama, onde Tsuzuki Heizō serviu de testemunha;

No dia 15 do mesmo, na batalha de Tsuboi, onde Kadoma *hyōgo no jō* serviu de testemunha;

No dia 19 do mesmo, batalha de Amano, província de Kawachi, onde nós prestamos serviço militar sob o comando do *taishō* [possivelmente Hatakeyama Kunikiyo].

Assim faz-se claros os detalhes das batalhas, tal como nossa participação nestas; caso você cheque com aliados e companheiros, você não encontrará razão para duvidar deste

relato. Assim sendo, nós respeitavelmente requisitamos que você carimbe seu selo sem demoras de modo que tal documento possa servir como prova no futuro. Com esperanças que você revele o conteúdo deste relatório ao comandante, coisa que humildemente peço a você.

Décimo mês, vigésimo quinto dia, Kenmu 4 [1337]

Relatado por Tachibana no Shigeuji

Recebido e aprovado por Kunitoshi (Monograma)

Respeitavelmente encaminhado para o *bugyōsho*

Documento 3.8

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-7> (tradução colocada por acidente junto do documento anterior, em <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-6>)

武蔵大夫將監某書下 (小切紙)

Musashi Taifu Shōgen Bō Kakikudashi (Kōgirigami)

Kakikudashi de Musashi taifu shōgen (Kōgirigami)

[15º dia, 6º mês, Engen 2 (1337, calendário da Corte do Sul)]

Esta ordem diz respeito à punição dos inimigos da Corte, Takauji e Tadayoshi e seus seguidores, e é hora de enviar as tropas legítimas.

Reúna imediatamente sua família e venha rápido para o nosso lado.

Se você prestar serviço militar, recompensas serão calculadas.

Portanto, tal ordem.

Décimo quinto dia, sexto mês, Engen 2 [1337]

Musashi taifu shōgen (Monograma)

Para Tannowa Suketarō-dono

Documento 3.9

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-8>

左近將監某書下 (小切紙)

Sakon Shōgen Bō Kakikudashi (Kōgirigami)

Kakikudashi de sakon no shōgen (Kōgirigami)

[12º dia, 2º mês, Engen 3 (1338, calendário da Corte do Sul)]

Esta ordem diz respeito à punição dos inimigos da Corte, Takauji e Tadayoshi e seus seguidores, sendo tempo de enviar as tropas legítimas.

Reúna sua família e venha rápido para o nosso lado.

Se você prestar serviço militar, recompensas serão calculadas.

Portanto, tal ordem.

Décimo dia, segundo mês, Engen 3 [1338]

Sakon no shōgen (Monograma)

Para o *kumon-dono* de Tannowa

Documento 3.10

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-9>

高師泰奉書

Kō no Moroyasu Hōsho

Hōsho de Kō no Moroyasu

[27º dia, 10º mês, Jōwa 4 (1348, calendário da Corte do Norte)]

Metade das terras no distrito de Sennan, província de Izumi, devem ser reservadas como terras para provisões militares.

Siga com presteza os precedentes e distribua tais fundos. Assim, tal missiva.

Tal é nosso comando.

Vigésimo sétimo dia, décimo mês, Jōwa 4 [1348]

Echigo no Kami (Monograma)

Para: o Honorável Tannowa Magogorō

Documento 3.11

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-10>

淡輪助重軍忠状

Tannowa Sukeshige Gunchūjō

Gunchūjō de Tannowa Sukeshige

[8º mês, Jōwa 5 (1349, calendário da Corte do Norte)]

Relativo à elaboração do mérito militar pelo *gokenin* Tannowa Hikotarō Sukeshige, da província de Izumi, [este] declara:

Com relação ao dito anteriormente. Desde o décimo mês de Jōwa 3 [1347], enquanto sitiado no castelo de Iyama, eu aguardei por reforços do *taishō* [possivelmente, Hatakeyama Kunikiyo]. No oitavo dia do primeiro mês de Jōwa 4 [1348], quando o comandante deveria partir por Tōjō, eu avancei rapidamente para o porto de Sakai, e servi junto dele. Posteriormente, eu uni forças com o *shugo-dai* Tsuchida Kurō. No sexto dia do segundo mês, eu prestei serviço militar na batalha de Harukidani. No décimo quinto dia do quinto mês do mesmo ano, quando invadindo Yokoyama e Miyazato, eu ateei fogo ao acampamento inimigo. No quarto dia do nono mês, tensionando cada nervo para prestar serviço militar durante o segundo ataque contra Miyazato, Matashirō, um de meus *wakatō*, foi ferido. No vigésimo dia do décimo mês, quando você foi forçado a acampar em Ikeda, eu prestei serviço de batalha diariamente. Este ano, durante as batalhas de Jiden na província de Kawachi no décimo quinto dia do terceiro mês, de Yamada no décimo oitavo dia do mesmo mês, e de Hino-Takaoka no vigésimo segundo dia do quarto mês, eu estava na vanguarda, lutando sem consideração alguma pela própria vida. Enquanto lutando em várias batalhas, eu capturei parte de um inimigo. Isto foi testemunhado por Tsuchida Kurō. No entanto, de modo a servir como modelo para o futuro, por favor, conceda-me reconhecimento o quanto antes. Assim sendo, eu respeitosamente apresento estas palavras.

Algum dia no oitavo mês, Jōwa 5 [1349]

Recebido (Monograma [Kō no Moroyasu])

Documento 3.12

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-11>

淡輪助重軍忠状

Tannowa Sukeshige Gunchūjō

Gunchūjō de Tannowa Sukeshige

[8º mês, Kannō 1 (1350, calendário da Corte do Norte)]

Tannowa Hikotarō Sukeshige, um *gokenin* da província de Izumi, relata seu serviço militar.

Com relação ao dito anteriormente, quando inimigos refugiaram-se no templo Kōnoji nesta província, nós corremos para Kawaikuchi Ichizaka no vigésimo terceiro dia do mês passado. Eu prestei o serviço de batalha de avançar na vanguarda e dispersar o inimigo. Isto foi testemunhado por Jinbo Jirō *saemon no jō*. Portanto, para que sirva de prova, eu requisito seu monograma com presteza. Assim declaro humildemente.

Oitavo mês, Kannō 1 [1350]

Recebido. (Monograma [Hatakeyama Kunikiyo])

Documento 3.13

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-12>

畠山国清書下

Hatakeyama Kunikiyo Kakikudashi

Kakikudashi de Hatakeyama Kunikiyo

[7º dia, 12º mês, Kannō 1 (1350, calendário da Corte do Norte)]

Com relação ao serviço de guarda no castelo de Iyama, província de Izumi. Você deve servir ferventemente nesta função. Assim [ordenado].

Sétimo dia, décimo segundo mês, Kannō 1 [1350]

Sakon no shōgen (Monograma)

Para Tannowa Hikotarō-dono

Documento 3.14

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-13>

小俣竹一丸感状 (小切紙)

Omata Take-ichimaru Kanjō (Kogirigami)

Kanjō emitido por Minamoto Take-ichimaru

[7º dia, 5º mês, Kannō 3 (1352, calendário da Corte do Norte)]

Você foi o primeiro a juntar-se a nós quando partimos no quarto dia deste mês. Conforme rumávamos para o castelo Tsuchimaru, você sofreu um ferimento por um golpe. Isto é muito valoroso. No que diz respeito a recompensas, mencionarei seus feitos em seu favor.

Sétimo dia, quinto mês, Kannō 3 [1352]

Minamoto Take-ichimaru (Monograma)

Para Tannowa Magogorō-dono

Documento 3.15

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-14>

足利直冬書下 (小切紙)

Ashikaga Tadafuyu Kakikudashi (Kogirimi)

Kakikudashi de Ashikaga Tadafuyu (*Kogirimi*)

[9º dia, 2º mês, Shōhei 10 (1355, calendário da Corte do Sul)]

Um *rinji* foi concedido com relação à perseguição e destruição do inimigo da Corte Yoshiakira. Você deve rapidamente juntar-se a nossas forças e prestar serviço militar. Assim [ordenado].

Nono dia, segundo mês, Shōhei 10 [1355]

(Monograma)

Para Tannowa Hikotarō-dono

Documento 3.16

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-15>

細川常有感状

Hosokawa Tsuneari Kanjō

Kanjō de Hosokawa Tsuneari

[12º dia, 12º mês, Chōroku 4 (1460)]

Com relação a sua participação na supressão de Hatakeyama *uemon no suke*. Eu fiquei impressionado pelo fato de você ter reportado em nosso acampamento e prestado serviço

militar. Por conta disso, eu tomarei as ações necessárias no que diz respeito ao seu pedido para uma nomeação na Corte.

Décimo segundo mês, décimo segundo dia, Chōroku 4 [1460]
keifu no jō (Monograma [Hosokawa Tsuneari?])
 Para Tannowa Jirō *saemon no jō-dono*

Documento 3.17

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-16>

細川常有感状

Hosokawa Tsuneari Kanjō

Kanjō de Hosokawa Tsuneari

[27° dia, 5° mês, Ōnin 1 (1467)]

Durante o dia 26, você lutou bem na batalha no cruzamento entre Ichijō e Ōmiya. Não só você, mas também seus *hikan* e os mais baixos sob sua proteção foram feridos. Isto é muito impressionante.

Respeitavelmente,
 No vigésimo sétimo dia, quinto mês
 Tsuneari (Monograma)
 Para Tannowa Jirō *saemon no jō-dono*

Documento 3.18

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=2-17>

細川高国感状

Hosokawa Takakuni Kanjō

Kanjō de Hosokawa Takakuni

[16° dia, 8° mês (1517?)]

Nesta ocasião, o serviço militar prestado em alto mar foi do mais admirável. Portanto, você deve ser apontado como *Yamato no Kami*. Kagawa *Mimasaka no Kami* [Mototsune] deverá informá-lo dos detalhes.

Respeitavelmente,
 Décimo sexto dia, oitavo mês
 Takakuni (Monograma)
 Para Tannowa Tō *saemon no jō-dono*

Documento 4.1

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-0>

後村上天皇綸旨 (小切紙)

Go-Murakami Tennō Rinji (Kogirigami)

Rinji de Go-Murakami tennō

[26° dia, 12° mês, Shōhei 5 (1350)]

“Você é requerido a juntar-se ao meu lado e reunir os membros de sua Casa de modo a prestar serviço militar em meu favor. Caso você demonstre particular mérito, você será selecionado para recompensas.” Conheça a vontade do Soberano, que por meio desta eu transmito.

Vigésimo sexto dia, décimo segundo mês, Shōhei 5 [1350]
Sachūben
 Para a residência de Tannowa Hikotarō

Documento 4.2

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-1>

後村上天皇口宣案

Go-Murakami Tennō Kuzen'an

Kuzen'an de Go-Murakami tennō

[23° dia, 11° mês, Shōhei 9 (1354, calendário da Corte do Sul)]

Uma ordem do vigésimo terceiro dia, décimo primeiro mês, Shōhei 9 [1354].

Tachibana Tadashige *uemon shōjō* é de agora em diante nomeado *saemon shōjō*.

Escrito pelo *kurodo no tō, ukon no chūjō* Fujiwara no Kinka (recebido)

Shōke: Tōin, novo *dainagon*

Documento 4.3

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-2>

後村上天皇口宣案

Go-Murakami Tennō Kuzen'an

Kuzen'an de Go-Murakami tennō

[23° dia, 6° mês, Shōhei 10 (1355, calendário da Corte do Sul)]

Uma ordem do décimo terceiro dia, sexto mês, Shōhei 10 [1355]

Tachibana Muneshige é de agora em diante nomeado *sahyōe no jō*.

Escrito pelo *kurodo no tō, ukon no chūjō* Fujiwara no Kinka (recebido)

Shōke: *gon dainagon*

Documento 4.4

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-3>

後村上天皇口宣案

Go-Murakami Tennō Kuzen'an

Kuzen'an de Go-Murakami tennō

[8° dia, 8° mês, Shōhei 16 (1361, calendário da Corte do Sul)]

Shōke: Imadegawa *dainagon*

Uma ordem do oitavo dia, oitavo mês, Shōhei 16 [1361]

Tachibana Mitsushige é de agora em diante nomeado *sakon no shōgen*.

Escrito pelo *kurodo no tō, sakoben*, Fujiwara Tsunekiyo

(Recebido)

Documento 4.5

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-4>

後村上天皇口宣案

Go-Murakami Tennō Kuzen'an

Kuzen'an de Go-Murakami tennō

[4° dia, 7° mês, Shōhei 20 (1365, calendário da Corte do Sul)]

Shōke: *azechi chūnagon*

Uma ordem do quarto dia, sétimo mês, Shōhei 20 [1365]

Tachibana Tadashige *saemon no jō* é de agora em diante elevado ao Quinto Grau Inferior

Escrito pelo *kurodo no tō, sakoben*, Fujiwara Tsunekiyo

(Recebido)

Documento 4.6

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-5>

長慶天皇繪旨

Chōkei Tennō Rinji

Rinji de Chōkei tennō

[12º dia, 9º mês, Bunchū 1 (1372, calendário da Corte do Sul)]

“Eu ouvi que você prestou serviço militar em meu favor durante a batalha que ocorreu no sexto dia deste mês. Isto é muito impressionante.” Conheça a vontade do Soberano, que por meio desta eu transmito.

Décimo segundo dia, nono mês, Bunchū 1 [1372]

Ushōben (Monograma)

Para a casa de Tannowa *saemon daibu*

Documento 4.7

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-6>

長慶天皇繪旨

Chōkei Tennō Rinji

Rinji de Chōkei tennō

[12º dia, 9º mês, Bunchū 1 (1372, calendário da Corte do Sul)]

“Não deve haver distúrbios com relação à posse plena de seu *honryō*.” Conheça a vontade do Soberano, que por meio desta eu transmito.

Décimo segundo dia, nono mês, Bunchū 1 [1372]

Sachūben (Monograma)

Para a casa de Tannowa *saemon daibu*

Documento 4.8

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-7>

長慶天皇繪旨

Chōkei Tennō Rinji

Rinji de Chōkei tennō

[14º dia, 5º mês, Bunchū 3 (1375, calendário da Corte do Sul)]

“Você deve tomar posse do legado de Sakyō no Suke Tadaaki em Tottori-shō, província de Izumi.” Conheça a vontade do Soberano, que por meio desta eu transmito.

Décimo quarto dia, quinto mês, Bunchū 3 [1375]

Sachūben (Monograma)

Para a casa de Tannowa Inaba *Gon no Kami*

Documento 4.9

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=3-8>

後龜山天皇口宣案

Go-Kameyama Tennō Kuzen'an

Kuzen'an de Go-Kameyama tennō

[28º dia, 5º mês, Genchū 8 (1391, calendário da Corte do Sul)]

Shōke: Gon Dainagon

Ordem do vigésimo oitavo dia, quinto mês, Genchū 8 [1391]

Tachibana Shigetaka *uemon shōjō* é daqui em diante nomeado *saemon shōjō*.

Escrito pelo *kurodo no tō, saemon no gon no chūjō*, Fujiwara Kaneuji

(Recebido)

Documento 5.1

Link de acesso: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/view.html?t=4-0>

淡輪長助下司職文書紛失状

Tannowa Nagashige genshi shiki monjo funshitsujō

Declaração de perda de documentos relativos ao *gesu shiki* de Tannowa Nagashige

[22º dia, 8º mês, Ōei 3 (1396)]

A respeito da perda de documentos relativos ao *gesu shiki* pertencentes ao *honryō* de Tannowa Inaba *no Kami* Nagashige, da província de Izumi.

Com relação ao supracitado, duas *gechijō* de Rokuhara, uma *honinjō* do *ryōke*, e, além disso, uma genealogia familiar, foram confiadas a Nagao Munehide, da província de Kii. Durante os distúrbios da era Ōan [1368-75], estes documentos foram queimados e perdidos. Os *jitō* e *gokenin* desta província assinam coletivamente este documento de perda. Assim [declarado].

Vigésimo segundo dia, oitavo mês, Ōei 3 [1396]

Tottori

Kadeno *saemon no jō* Masakatsu (monograma)

Imai

Saburō *saemon no jō* Munesada (monograma)

Sakō

Shirō *saemon no jō* Yoritada (Monograma)

Tottori

Tōtōmi *no kami* Tadatsugu (monograma)

Tadokoro

shūri no suke Motoie (monograma)

Sōkan

Shirō *saemon no jō* Kagetoshi (monograma)

Kashii

Iwami *no kami* Sadaaki (monograma)

Sano

Hayato *no suke* Tomokage (monograma)

Sukematsu

Saburō *saemon no jō* Masakatsu (monograma)

Sueki

Mimasaka *no kami* Masamoto (monograma)

Tashiro

Buzen *no kami* Suetsuna (monograma)

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias auxiliares ou mencionadas

ACKROYD, Joyce. **Lessons from History: the tokushi yoron** by arai hakuseki. London: University Of Queensland Press, 1982.

MASS, Jeffrey P. **The Kamakura Bakufu: A Study in Documents**. Stanford: Stanford University Press, 1976.

MASS, Jeffrey P. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

MCCULLOUGH, Helen Craig. **The Taiheiki: A Chronicle of Medieval Japan**. North Clarenton: Tuttle Publishing, 1956.

SEIDEN, Kyoko; PIGGOTT, Joan. Selections from the Taiheiki: The Chronicle of Great Peace. **The Asia-pacific Journal: Japan Focus**, [S.L.], v. 14, n. 14, p.1-11, jul. 2016.

STRAVOS, Matthew; KURIOKA, Norika. Imperial Progress to the Muromachi Palace, 1381: a study and annotated translation of sakayuku hana. **Japan Review**, [S.L.], v. 1, n. 28, p. 3-46, 2015.

TYLER, Royall. **Before Heike and After: Hogen, Heiji, and Jokyuki**. Charley's Forest: Blue-tongue Books, 2016.

TYLER, Royall; CONLAN, Thomas D.; UYENAKA, Shuzo. **From Baishōron to Nantaiheiki**. Charley's Forest: Blue-tongue Books, 2016.

TYLER, Royall. **The Tale of Heike**. New York: Viking, 2012.

Obras, capítulos e artigos citados

ADOLPHSON, Mikael S. **The Teeth and Claws of the Buddha: monastic warriors and sōhei in japanese history**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2007.

ARNESEN, Peter J. Suō Province in the Age of Kamakura. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 92-120.

BERRY, Mary Elizabeth. **The Culture of Civil War in Kyoto**. Berkeley: University Of California Press, 1997.

BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan**. New York: Cambridge University Press, 1993.

CONLAN, Thomas Donald. **State of War: The Violent Order of Fourteenth-Century Japan**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies The University Of Michigan, 2003.

CORDARO, Madalena Hashimoto (org.). **O Livro do Travesseiro**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FARRIS, William Wayne. **Japan to 1600: A Social and Economic History**. Honolulu: Hawai'i University Press, 2009.

FRIDAY, Karl F.. **Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

FRIDAY, Karl. **Samurai, Warfare and the State in Early Medieval Japan**. New York: Routledge, 2004.

GARRETT, Philip. Bad Neighbors and Monastic Influence: Border Disputes in Medieval Kii. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018. p. 377-402.

GOBLE, Andrew. The Hōjō and Consultative Government. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 168-190.

GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (Ed.). **Land, Power, and the Sacred: The Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018.

GOODWIN, Janet R. Introduction. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018. p. xxv-xxxvii.

GROSSBERG, Kenneth Alan. **Japan's Renaissance: The Politics of the Muromachi Bakufu**. Ithaca: The Cornell East Asia Series, 2000.

HALL, John Whitney. **Government and Local Power in Japan, 500 to 1700: A Study Based on Bizen Province**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies University Of Michigan, 1966.

HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977.

HALL, John Whitney. Terms and Concepts in Japanese Medieval History: an inquiry into the problems of translation. **The Journal Of Japanese Studies**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-32, inverno 1983.

HALL, John Whitney. The Muromachi bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 175-230.

HARRINGTON, Lorraine F. Social Control and the Significance of *Akutō*. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 221-250.

HURST, G. Cameron III. *Insei*. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 576-643.

HURST, G. Cameron III. The Kōbu Polity: Court-Bakufu Relations in Kamakura Japan. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 3-28.

IMATANI, Akira. Muromachi local government: *shugo* and *kokujin*. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 231-259.

IKEGAMI, Eiko. **The Taming of the Samurai: Honorific Individualism and the Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

ISHII, Susumu. The decline of the Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 128-174.

KAWAI, Masaharu. Shogun and Shugo: The Provincial Aspects of Muromachi Politics. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977. p. 65-86.

KEEGAN, John. **A History of Warfare**. New York: Alfred A. Knopf, 1994.

KILEY, Cornelius J. Provincial administration and land tenure in early Heian. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 236-340.

KILEY, Cornelius J. The Imperial Court as a Legal Authority in the Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 29-44.

KOJI, Hirota. Hine Estate in Izumi Province: archaeology, landscape reconstruction, and village structures. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018. p. 105-140.

MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982.

MASS, Jeffrey P. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System.** Stanford: Stanford University Press, 1989.

MASS, Jeffrey P. The Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan.** New York: Cambridge University Press, 1990. p. 46-88.

MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century.** Stanford: Stanford University Press, 1997.

MASS, Jeffrey P. **Yoritomo and the Founding of the First Bakufu: The Origins of Dual Government in Japan.** Stanford: Stanford University Press, 1999.

MCCULLOUGH, William H. The capital and its society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan.** New York: Cambridge University Press, 1999. p. 97-182.

MITSUSADA, Inoue. The century of reform. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan.** New York: Cambridge University Press, 1993. p. 163-220.

MIYAGAWA, Mitsuru. From Shōen to Chigyō: Proprietary lordship and the Structure of Local Power. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age.** Los Angeles: University Of California Press, 1977. p. 89-106.

MORRIS, Dana. Land and society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan.** New York: Cambridge University Press, 1999. p. 183-235.

NAOKI, Kōjirō. The Nara state. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan.** New York: Cambridge University Press, 1993. p. 221-267.

NAGAHARA, Keiji. The decline of the *shōen* system. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan.** New York: Cambridge University Press, 1990. p. 128-174.

ŌYAMA, Kyōhei. Medieval *shōen*. In: YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan.** New York: Cambridge University Press, 1990. p. 89-127.

PIGGOTT, Joan (ed.). **Capital and Countryside in Japan, 300-1180: japanese historians in english.** Ithaca: Cornell University, 2010.

PIGGOTT, Joan R. Estates: Their History and Historiography. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (Ed.). **Land, Power, and the Sacred: The Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018. p. 3-36.

PIGGOTT, Joan R. Hierarchy and Economics in Early Medieval Tōdaiji. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 45-91.

PIGGOTT, Joan. Introduction to the Taiheiki: the chronicle of great peace. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-6, 15 jul. 2016..

RIZŌ, Takeuchi. The rise of the warriors. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 644-709.

SAMSON, George. **A History of Japan to 1334**. Charles E. Tuttle Company: Rutland, 1963.

SATŌ, Shin'ichi. The Ashikaga Shogun and the Muromachi Bakufu Administration. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977. p. 45-52.

SEIICHIRO, Seno. The Kikuchi and Their Enemies in the 1330s. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 65-77.

SHERER, Dan. The *Akutō* on Ōbe Estate: Lawsuits, Evidence, and Participation in the Late Kamakura Legal System. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the estate system in medieval japan**. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2018. p. 403-426.

SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999.

SHIVELY, Donald H., MCCULLOUGH, William H. Introduction. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: heian japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 1-19.

TONOMURA, Hitomi. Re-envisioning Women in the Post-Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 138-169.

TORAO, Toshiya. Nara economic and social institutions. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: ancient japan**. New York: Cambridge History Press, 1993. p. 415-452.

TYLER, Royall. **The Tale of Genji**. New York: Penguin Books, 2003.

VARLEY, H. Paul. Ashikaga Yoshimitsu and the World of Kitayama: Social Change and Shogunal Patronage in Early Muromachi Japan. In: HALL, John Whitney; TAKESHI, Toyoda (Ed.). **Japan in the Muromachi Age**. Los Angeles: University Of California Press, 1977. p. 183-204.

VARLEY, Paul. **The Onin War: History of Its Origins and Background With a Selective Translation of The Chronicle of Onin**. New York: Columbia University Press, 1967.

VARLEY, H. Paul. Cultural Life of the Warrior Elite in the Fourteenth Century. In: MASS, Jeffrey P. (Ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 192-208.

WHITE, Hayden. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

YAMAMURA, Kozo (Ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990.

Documentos em meio digital

COMPLETE JAPANESE ENCYCLOPEDIA (ENCYCLOPEDIA NIPPONICA). “和泉国”. Disponível em: <https://japanknowledge.com>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ENCYCLOPEDIA OF JAPANESE HISTORY. **いづみのくに【和泉国】**. Disponível em: <https://japanknowledge.com>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **Tannowa Collection: the Kyoto-Princeton Project**. 2020. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **Komonjo**. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

THE HISTORIOGRAPHICAL INSTITUTE THE UNIVERSITY OF TOKYO (Japão). **Database List**. Disponível em: <https://wwwap.hi.u-tokyo.ac.jp/ships/shipscontroller-e>. Acesso em: 25 jun. 2021.